

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2006

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006. As principais informações deste Relatório referem-se às atividades da Controladora e das Empresas nas quais o controle é exercido integralmente, destacando-se a Cemig Distribuição S.A e a Cemig Geração e Transmissão S.A.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

“Crescer e agregar valor”

O ano de 2006 foi marcante, pois cumprimos os objetivos estabelecidos no nosso Plano Diretor de crescer e agregar valor aos investimentos de nossos acionistas, não apenas por meio da busca da melhoria operacional de nossas empresas, como também da incorporação de novos ativos, posicionando a Companhia como líder no processo de consolidação da indústria de energia elétrica no Brasil.

A identificação de oportunidades e a firme determinação de buscar o retorno adequado em relação ao risco envolvido, mantendo firme disciplina financeira nos investimentos, contribuiu e contribuirá para a aceleração de nosso crescimento tornando-o sustentável. A conclusão, em 2006, das negociações que permitiram a aquisição de participações acionárias mostra nossa capacidade de empreender em bases sólidas que gerem valor significativo para nossos acionistas.

Adquirimos a participação em 5 empresas transmissoras de energia, cujas linhas alcançam a extensão de 2.190 quilômetros, localizadas principalmente na Região Norte do país, reunidas sob a denominação de Transmissoras Brasileiras de Eletricidade – TBE. De forma destacada, adquirimos também a participação no controle da Light S.A, empresa centenária, símbolo da evolução do Setor Elétrico Brasileiro e uma das maiores distribuidoras de eletricidade do país, com quase 4 milhões de consumidores e localizada no Estado do Rio de Janeiro.

Essas aquisições consolidam nossa estratégia de buscar o crescimento também fora do Estado de Minas Gerais. Hoje servimos a consumidores localizados na Região Sul e nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Vendemos energia para todas as Distribuidoras do Sistema Interligado, além de construirmos linhas de transmissão no Chile, o primeiro passo para tornar a Empresa um importante investidor internacional.

Nossos ativos superam a R\$23 bilhões, tornando a Empresa uma das maiores concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do país.

Crescemos também com a construção de novos ativos, conforme nossa estratégia de buscar uma carteira adequada de investimentos, favorecendo a mitigação de riscos e o aumento sustentável dos resultados. Em 2006, expandimos nossa capacidade de geração em 401 MW, com a conclusão da usina de Capim Branco I, com capacidade de 51 MW e investimentos de R\$43 milhões, e da usina de Irapé, com capacidade de 360 MW e investimentos de R\$1,2 bilhão, no Vale do Jequitinhonha, região que certamente terá forte impulso no seu desenvolvimento econômico e social com a nova usina.

Executamos com sucesso a estratégia de comercialização da energia de nossa geração, alcançando os preços máximos para a energia das novas usinas no mercado regulado – venda para distribuidoras através de leilões organizados pela ANEEL, e mantendo nossa posição de liderança no mercado de clientes livres do País.

Em 2006, ligamos mais de 230 mil consumidores em Minas Gerais, sendo 87 mil através do Programa Luz para Todos. Esse Programa, que tem como objetivo a universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, com foco nos consumidores de baixa renda da área rural, já consumiu recursos no valor de R\$1,4 bilhão e tem previsão para conclusão no ano de 2008, quando então teremos atendida pela Empresa praticamente toda a população da área de concessão no Estado de Minas Gerais.

Apesar da redução do nosso lucro líquido de R\$1.718 milhões (R\$10,6 por lote de mil ações) em 2006 na comparação com aquele obtido em 2005 de R\$2.003 milhões, decorrente basicamente de receitas não recorrentes registradas no ano anterior, ocorreu uma melhora significativa dos nossos indicadores financeiros.

Atingimos receitas operacionais brutas superiores a R\$13,5 bilhões, um crescimento de 15,9% em comparação com aquelas obtidas em 2005. A nossa geração de caixa, medida pelo Lajida (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), ajustada pelos itens não recorrentes, superou os R\$3.302 milhões, um crescimento de 36,6% em relação ao ano anterior.

Os consistentes resultados econômicos e operacionais da Companhia se refletiram na valorização dos investimentos realizados pelos nossos acionistas. Nossas ações ON e PN tiveram uma expressiva valorização de 10,5% e 14,5% no ano, respectivamente.

Estamos propondo aos acionistas um pagamento de dividendos de aproximadamente R\$1.382 milhões, ou R\$8,53 por mil ações, dos quais R\$497 milhões considerados dividendos extraordinários. O retorno dos dividendos somado à valorização das ações representa um retorno total para os acionistas da ordem de 19,5%.

No que se refere à gestão da nossa dívida, apesar do aumento das nossas obrigações com empréstimos e financiamentos, resultante das aquisições mencionadas anteriormente, obtivemos grande sucesso em refinanciá-las a menores custos e com prazos mais longos, reduzindo a exposição cambial e capturando a tendência de baixa da taxa de juros. A solidez de nossa situação econômico-financeira, aliada à adequada estratégia de crescimento, levou à revisão de nossa classificação de risco, com a elevação do nosso *rating*, pela Agência Fitch Ratings, de A- para A+.

Com relação à gestão de riscos e à melhoria dos controles internos, desenvolvemos uma série de ações para assegurarmos a precisão e a qualidade das informações que prestamos aos acionistas e ao público em geral, atendendo ao requisito estabelecido na Lei Sarbanes-Oxley, a qual estamos sujeitos por termos as ações registradas na *Securities and Exchange Commission* – SEC dos EUA. Mais do que atender a Lei, consideramos essa medida uma oportunidade de investirmos na gestão de riscos da Companhia, com a revisão dos controles internos e identificação dos pontos de melhoria, o que reduz ainda mais a exposição da Empresa frente aos diversos riscos empresariais.

Cuidamos também de nosso capital humano, uma vez que estamos conscientes do papel fundamental de nossos empregados na continuidade da expansão de nossas atividades e do aumento da produtividade e da lucratividade. Investimos permanentemente no treinamento e desenvolvimento das pessoas, destacando-se o Programa de Desenvolvimento de Competências, realizado em 2006, que visa a preparação de profissionais para liderar as atuais e futuras transformações da Companhia.

Nosso investimento em treinamento foi superior a R\$16 milhões em 2006, com 19.312 participações dos empregados, além dos outros programas de gestão de pessoas, como o de identificação e mapeamento das competências, além de um modelo de gestão do desempenho alinhado ao planejamento estratégico da Companhia.

Como reconhecimento público às boas práticas de gestão de pessoas, fomos classificados pela Revista Exame entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no país.

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a nossa atuação. Em 2006, investimos mais de R\$58 milhões no meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas regiões onde atuamos.

A inclusão da CEMIG pela sétima vez consecutiva entre as companhias que compõem o Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones, como única empresa do Setor Elétrico Brasileiro, representa o reconhecimento do esforço da administração em atender aos interesses de longo prazo de nossos acionistas e empregados e da sociedade onde estamos presentes.

As nossas ações durante o ano de 2006 reafirmam nossa confiança no futuro, em nossa capacidade de continuar crescendo de forma sustentável, preservando os fundamentos que fizeram da CEMIG uma das melhores concessionárias de eletricidade da América Latina, com geração contínua de valor para os nossos acionistas e para a sociedade.

Finalizando, agradecemos aos acionistas pela confiança em nosso trabalho, e de forma especial ao nosso acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, representado pelo Governador Aécio Neves. Agradecemos ainda aos nossos empregados pelo comprometimento e dedicação, aos nossos clientes, mais de 10 milhões em todo o país, aos nossos parceiros em geral, reiterando o compromisso de atender aos interesses de longo prazo de nossos acionistas e aos anseios da comunidade que servimos.

CENÁRIO ECONÔMICO

Em 2006, o crescimento econômico brasileiro foi de 2,7%, inferior às expectativas do começo do ano que apontavam para um aumento do PIB de 3,5%. Como comparação, o crescimento médio da economia mundial no mesmo ano foi de 5,1%. Apesar do baixo desempenho da economia brasileira, o consumo de energia elétrica cresceu 3,8% no País em 2006 na comparação com o ano anterior.

A inflação medida pelo IPCA foi de 3,1%, bastante abaixo da meta oficial de inflação de 4,5% estabelecida pelo Banco Central. Aproveitando a credibilidade conquistada nos últimos anos, o Banco Central manteve uma política monetária restritiva, com juros elevados e aquisições de Dólar, visando evitar uma valorização excessiva do Real, que teve também como conseqüência o crescimento das reservas internacionais, quase R\$80 bilhões no final de 2006.

No entanto, o câmbio valorizado não reduziu o saldo da balança comercial em 2006, que fechou o ano com um superávit recorde de aproximadamente US\$45 bilhões, fruto da forte expansão do comércio internacional.

A combinação do superávit da balança comercial, com o aumento das reservas internacionais e o saldo positivo em conta corrente indicam redução na vulnerabilidade da economia brasileira, refletindo na queda do risco-país, medido pelo Banco JP Morgan Chase, que atingiu 193 pontos no final de 2006 e também no fluxo positivo de investimentos estrangeiros no País, cerca de R\$16 bilhões no ano.

A manutenção do ajuste fiscal apresenta-se como desafio para o futuro através da contenção dos gastos públicos, de forma a gerar superávits primários que garantam a redução da relação entre dívida pública líquida e o PIB, fator primordial para que o Brasil alcance o Grau de Investimento, índice medido pelas agências internacionais de rating.

Adicionalmente, investimentos em infra-estrutura e mudanças no ambiente de negócios que estimulem os investimentos contribuirão para o crescimento do País, de forma sustentada, em índices maiores aos verificados, aproveitando todo o potencial da economia brasileira.

AMBIENTE REGULATÓRIO - LEILÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A CEMIG, como concessionária de serviço público de energia elétrica, está sujeita à regulamentação estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O marco regulador, implantado em 2003, compreende os três segmentos dorsais do setor elétrico, a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com regulamentações específicas para cada um.

Destaca-se o início da revisão da receita de transmissão concedida aos nossos ativos constituídos em período anterior à 1997. Essa revisão tem a sua conclusão prevista para 2007 e a Companhia tem uma expectativa positiva, com um possível aumento em sua receita.

Também, a ANEEL iniciou o processo de reavaliação da metodologia a ser empregada na próxima revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, tendo patrocinado diversas audiências públicas nas quais foram tratados os critérios a serem utilizados no processo.

Conforme estabelecido pela regulamentação, leilões de capacidade de geração de energia foram promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ao longo do ano de 2006. A Companhia participou dos dois leilões de capacidade nova de geração de energia, denominados A-3 e A-5.

No leilão A-3, cujo início de suprimento é janeiro de 2009, a Cemig Geração e Transmissão negociou 355 MW médios, referentes à quase totalidade de sua capacidade de geração de energia de fonte hidráulica a um preço médio de R\$125,48/MWh, em contratos com duração de 30 anos. Nesse mesmo leilão, a Cemig Distribuição comprou 98 MW médios a um preço médio de R\$128,12/MWh, em contratos com prazos de 15 anos (fonte térmica) e 30 anos (fonte hidráulica).

No leilão A-5, cujo início de suprimento é janeiro de 2011, a Cemig Geração não negociou nenhuma capacidade de geração e tampouco arrematou novas usinas, cujas concessões foram licitadas. Entretanto, a Cemig Distribuição comprou 48 MW médios a um preço médio de R\$128,90/MWh, em contratos com prazos de 15 anos (fonte térmica) e 30 anos (fonte hidráulica).

Para os leilões de capacidade nova de geração, programados para 2007, a Cemig Geração e Transmissão terá disponibilidade de vender até 43 MW médios, através de contratos com início de fornecimento em 2010 ou 2012 e com prazo de 30 anos.

Para melhor visualização das negociações no ambiente regulatório, veja tabela abaixo:

Energia negociada em 2006			
	CEMIG - D		CEMIG - GT
	Compra	Venda	
Leilões ocorridos em 2006			
	A-5	A-3	A-3
Volume negociado (MWh)	48	98	355
Prazo do Contrato (anos) – Fonte Térmica	15	15	-
Prazo do Contrato (anos) – Fonte Hidráulica	30	30	30
Preço (R\$/MWh)	128,90	128,12	125,48
Início de fornecimento	2011	2009	2009

Com relação às operações da Cemig Geração e Transmissão na CCEE, a Empresa fechou o ano com aproximadamente 5,0% de sua energia não vinculada a contratos e vendida na CCEE em 2006 pelo preço médio de R\$67,31/MWh.

Com relação às operações da Cemig Distribuição na CCEE, a Companhia fechou o ano com aproximadamente 2,7% de sobras de energia em relação à demanda. Essas sobras também foram vendidas na CCEE pelo mesmo preço médio mencionado no parágrafo anterior.

NOSSOS NEGÓCIOS

A CEMIG é uma empresa com atuação expressiva no setor elétrico, tendo constituído diversas empresas para o gerenciamento de seus ativos.

Na área de geração, principalmente através da Cemig Geração e Transmissão S.A. e de diversas participações em outras empresas, atingimos uma capacidade de geração de energia elétrica de 6.692 MW, correspondente a uma participação de mercado de 7%, representando o quinto maior parque gerador do país.

Na área de distribuição de Energia Elétrica, atuamos através da Cemig Distribuição S.A. no Estado de Minas Gerais e da Light S.A. no Estado do Rio de Janeiro.

Atuação Geográfica

Conforme pode ser observado no mapa abaixo, a CEMIG atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, com previsão de início de operação em janeiro de 2008.

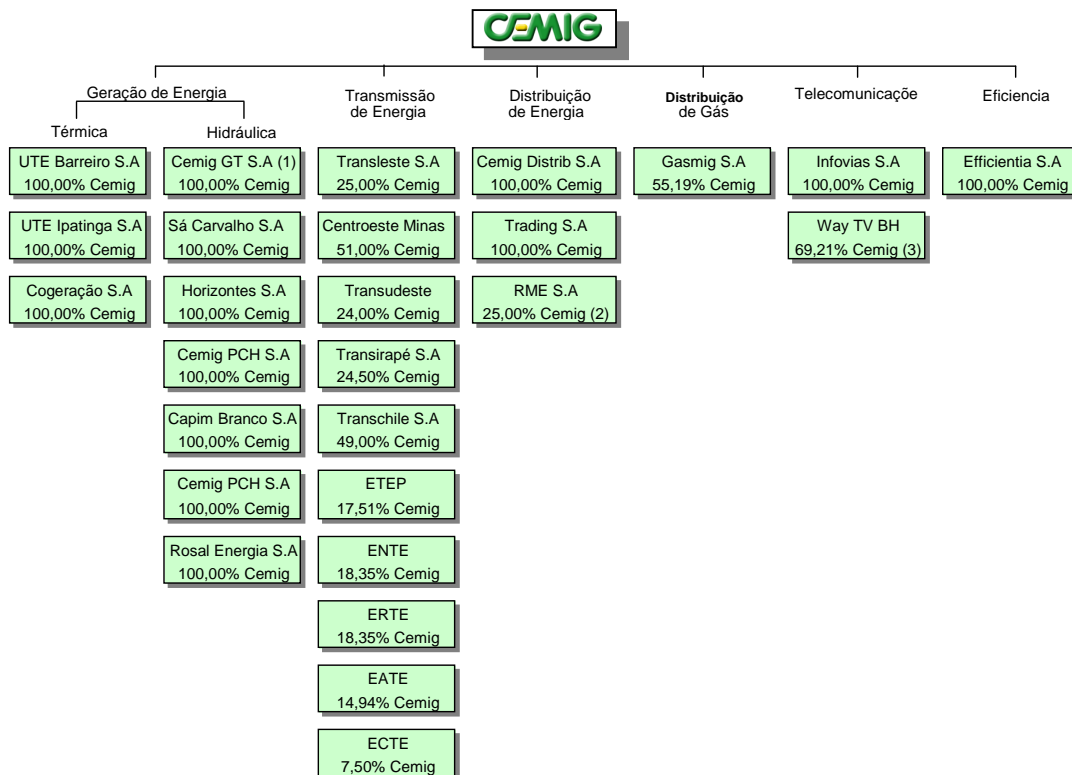
O mapa geográfico ilustra a atuação da CEMIG. No topo, um mapa do mundo destaca o Brasil em verde. Abaixo dele, um mapa do Brasil mostra os estados com siglas: RR, AP, AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, TO, DF, GO, MT, MS, MG, ES, RJ, SP, PR, SC, RS. Ícones de torres de transmissão, casas e fábricas são distribuídos sobre o mapa. Um mapa do Chile está à esquerda, com uma seta verde apontando para ele e um ícone de torre de transmissão. Um ícone de casa e um ícone de fábrica também estão presentes. Um box na parte inferior esquerda contém uma legenda:

- Linhas de transmissão
- Consumidor Residencial
- Usinas Hidrelétricas
- Consumidores Industriais

7

Estrutura Societária

A estrutura da CEMIG após a desverticalização é conforme segue:



(1) Possui também atividades de transmissão de energia elétrica

(2) A Rio Minas Energia detém uma participação de 79,39% no capital da Light S.A.

(3) Refere-se ao percentual de participação da CEMIG através de sua controlada Empresa de Infovias S.A.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio de um equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos. Dessa forma, procuramos sempre aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, colaboradores, fornecedores e todos os que estão envolvidos com as nossas atividades, além de atuar com responsabilidade na interação com a sociedade e com o meio ambiente.

Temos duas classes de ações que possuem direitos diferenciados: a ação ordinária nominativa, ON (tem o direito de voto e possui todos os direitos outorgados pela lei 6404/76, incluindo a eleição de conselheiros de administração) e a ação preferencial nominativa, PN (tem preferência no recebimento de dividendos e pode eleger um membro do Conselho de Administração). Essas ações são comercializadas na Bolsa de São Paulo e seu desempenho é divulgado na seção "Mercado de Capitais".

Em 2001, aderimos ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos nossos acionistas melhores práticas de relacionamento com os investidores. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN, nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Adicionalmente, as nossas ações preferenciais estão cotadas, desde 2002, na LATIBEX, segmento da Bolsa de Madri, dedicado a empresas latino-americanas.

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Para aumentar a eficiência de sua atuação, o Conselho constituiu 5 (cinco) comitês que atuam de forma mais específica nas questões relacionadas a Estratégia, Governança, Finanças, Auditoria e Riscos e Recursos Humanos. Em 2006, foram realizadas 31 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 (cinco) membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao *Securities Act* e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2006 foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, uma estrutura de comitês composta de executivos de diversas áreas, garante a tomada de decisões estratégicas a partir do suporte de critérios técnicos.

A recente implementação do processo de gerenciamento de riscos e a constituição de um Comitê de Gerenciamento do Risco Corporativo têm o objetivo de reduzir o risco de nosso negócio, diminuindo assim nosso custo de capital.

Anualmente, realizamos nosso encontro com analistas do mercado de capitais e com investidores para divulgar informações sobre a situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, além de realizarmos diversas reuniões com as associações regionais de analistas.

O nosso Estatuto foi modificado para incluir as metas do Plano Diretor e da nova política de dividendos, conforme abaixo:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a 2 (duas) vezes o Lajida;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do Lajida;
- o montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do Lajida (excepcionalmente para 2006 de 55% do Lajida);
- investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manter as despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do Lajida;

Acordo de acionistas

O acordo de acionistas assinado em 1997 entre o governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Ltda. – SEB, encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nossa Empresa é regida por um Plano Diretor que abrange o planejamento estratégico de longo prazo, os fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos pela Companhia, e sua política de dividendos, sendo revisado anualmente pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano Diretor nos coloca ante o desafio de nos tornarmos uma empresa cada vez mais competitiva em cada um dos mercados onde atuamos. Sua abrangência alcança todos os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas da Companhia, de suas controladas e dos consórcios dos quais participa, direta ou indiretamente, incluindo o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual. Ele foi desenhado a partir da análise das oportunidades de mercado e das condições específicas da CEMIG.

O planejamento estratégico da CEMIG se desenvolve sob duas grandes diretrizes do acionista controlador: crescer e agregar valor. Esses pilares orientaram a elaboração do Plano Diretor 2005/2035, que estabelece as bases para os ciclos de planejamento estratégico. Podemos destacar, dentre outros, dois fundamentos essenciais do Plano Diretor para a formulação da estratégia corporativa: expansão até os limites regulatórios, com crescimento sustentável – segurança e agregação valor – e revisão do Plano Diretor anualmente, no ciclo do planejamento estratégico.

Assim, a visão de futuro da CEMIG contempla um grande crescimento, em todos os negócios, através de construção e aquisição.

É esperado um movimento de fusões e aquisições no qual a CEMIG pretende atuar fortemente, de forma a se tornar um *player* ainda mais importante no Setor Elétrico Brasileiro. Para tanto, deve buscar oportunidades de aquisição de ativos existentes e aumento da competitividade nos leilões da expansão de geração e de transmissão nos quais participa. Recentemente, foram adquiridas parcelas importantes de empresas como a distribuidora Light e a TBE, que possui linhas de transmissão em diversos estados do país. Essas aquisições já fazem parte desse esforço de crescer com agregação de valor.

Outros passos importantes já estão sendo dados. Um deles é o aprimoramento da gestão da estratégia corporativa, com a utilização do *Balanced Scorecard* – BSC. Essa ferramenta ajudará a CEMIG a se tornar uma organização focada na estratégia. O BSC é um sistema de gestão, derivado da visão e do direcionamento estratégico, que reflete os fatores críticos para o sucesso corporativo e de cada negócio. Ao relacionar objetivos, iniciativas, indicadores e metas com a estratégia da Empresa, o BSC garante o alinhamento das ações das diferentes áreas organizacionais em torno do entendimento comum dos objetivos estratégicos e das metas a atingir, permitindo, desta forma, avaliar e atualizar a própria estratégia.

Na CEMIG, o processo de implantação desta ferramenta focou fortemente a tradução da estratégia corporativa em termos operacionais, tendo sido atualizados e validados os mapas estratégicos dos negócios.

Os indicadores de desempenho selecionados vão monitorar a geração de caixa para sustentar os investimentos e a política de dividendos, a criação de valor econômico, a participação no mercado e a eficiência dos processos que sustentam os negócios.

Todos esses esforços objetivam tornar a CEMIG ainda maior, dentre as empresas nacionais do setor elétrico. Assim, para a Companhia, crescer torna-se um desafio e, além disso, uma condição de sobrevivência em um mercado que tende a reduzir o número de empresas do setor.

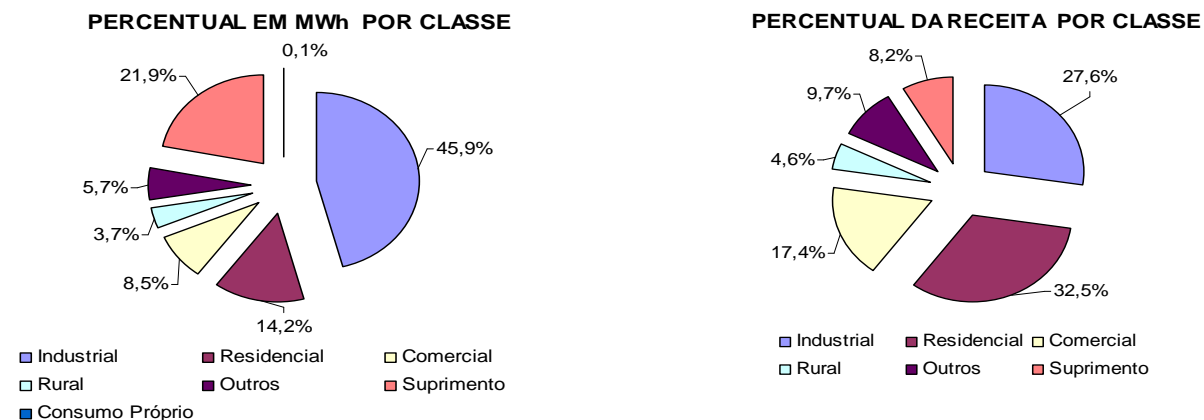
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No volume de vendas de energia, a CEMIG apresenta aumentos crescentes conforme tabela abaixo.

Venda de Energia - GWh						
Classe	2002	2003	2004	2005	2006	Var.% 2006/2005
Industrial	21.906	21.715	23.071	23.472	23.973	2,1
Residencial	6.360	6.529	6.526	6.590	7.430	12,7
Comercial	3.283	3.402	3.537	3.754	4.439	18,2
Rural	1.705	1.783	1.846	1.941	1.942	0,1
Outros	2.330	2.478	2.499	2.573	2.970	15,4
Total Vendido a Consumidores Finais	35.584	35.907	37.479	38.330	40.754	6,3
Suprimento	313	621	364	1.255	11.472	814,1
Consumo próprio	50	55	54	29	37	27,6
Total	35.947	36.583	37.897	39.614	52.263	31,9

A aquisição de 19,85% do capital da Light S.A. através da Rio Minas Energia S.A. contribuiu para o crescimento das vendas em 2006, representando um acréscimo de 3.770 MWh, correspondente à proporção da participação acionária adquirida.

As classes comercial e residencial apresentaram a maior variação positiva em relação às demais, com crescimentos de 18,2% e 12,7%, respectivamente. O crescimento nas respectivas classes deve-se à participação na Light que contribuiu com 783 MWh na classe residencial e 588 MWh na classe comercial. Somadas, as duas classes correspondem a 36,4% dos 3.770 MWh fornecidos pela Light.



Reajustes tarifários

Tarifa de distribuição

O reajuste das tarifas da Cemig Distribuição foi homologado pela Resolução da ANEEL nº 310 de 6 de abril de 2006, e detalhado pela Nota Técnica nº 127/2006.

O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumidores. O impacto médio do reajuste nas contas de energia foi de 7,05%, sendo que o efeito na fatura dos consumidores de baixa tensão foi de 5,14% enquanto nas tarifas dos consumidores de alta tensão foi de 10,32%.

Receita da Transmissão

Em 27 de junho de 2006, data do reajuste anual das receitas permitidas das concessionárias de transmissão, a ANEEL publicou os valores reajustados através da Resolução Homologatória nº 355, para vigorarem a partir de primeiro de julho de 2006 até 30 de junho de 2007.

A receita anual da Transmissora sofreu um ajuste negativo de 10,49%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado até maio, no valor de - 0,33%, e da compensação de valores repassados a maior em períodos anteriores referentes ao reajuste da alíquota do PASEP-COFINS. Com base na nova interpretação da ANEEL, as alíquotas dos impostos mencionados a incidir sobre os contratos das transmissoras deveriam ser aquelas praticadas antes do aumento pelo Governo Federal (PASEP - 0,65% e COFINS - 3,00%), o que implicou na devolução de valores incluídos a maior na tarifa em período anterior.

Proteção da Receita - Gestão das Perdas

Os últimos anos têm sido marcados pelo aumento nas perdas comerciais, motivado principalmente pelas regras impostas pelo racionamento de energia elétrica em 2001 e pela situação econômica do País, com reflexo no poder aquisitivo dos clientes da Empresa.

Atualmente, a perda comercial da Empresa encontra-se em 0,9% do montante de energia ingressada no sistema de distribuição, enquanto a média nacional em 2005 ficou em torno de 6%. Os resultados de identificação e recuperação de perdas comerciais totalizaram 132,5 GWh, representando um aumento de 439% no período de 2000 a 2005.

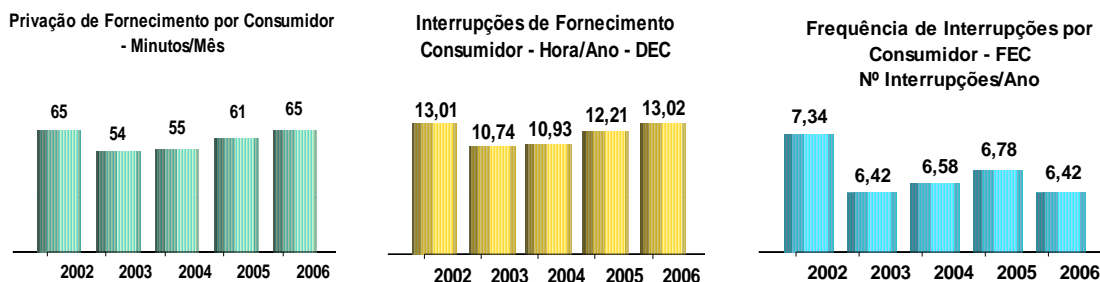
No período de janeiro a dezembro de 2006, foram recuperados cerca de R\$90 milhões (crescimento de 10% em relação a 2005 ou 120% em relação a 2004), além de, aproximadamente, R\$110 milhões decorrentes da perda evitada ou incremento de consumo das unidades consumidoras regularizadas.

Neste ano, visando melhorar a capacidade de reação da Companhia ao aumento da prática de irregularidades, foram implementadas várias ações, dentre as quais destacamos:

- melhorias no sistema de Gestão de Ordens de Inspeção via Web (WGOI), buscando maior eficiência na identificação de unidades com irregularidade;
- implantação de sistema corporativo para controle de selos e medidores disponibilizados, buscando garantir a rastreabilidade desses dispositivos e equipamentos;
- elaboração e aprovação do Projeto de Agregação de Valor (PAV) para Proteção da Receita, o qual demonstrou a viabilidade econômica das ações de combate às perdas e inadimplência, propiciando maior aporte de recursos nessas atividades, com a conseqüente agregação de receita;
- elaboração do Plano de Proteção da Receita com foco na medição, agregando em um grande projeto, tecnologias e ações para blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte e aplicação de tecnologias complementares para os demais consumidores.

Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade da Cemig Distribuição, em conformidade aos índices requeridos pela ANEEL.



Em relação aos valores apurados para esses índices, cerca de 25% do DEC e 12% do FEC se referem aos desligamentos programados realizados para melhorias na rede elétrica. Esses desligamentos são precedidos de avisos aos consumidores e, portanto, reduzem o impacto do corte temporário de energia.

Política de atendimento

A CEMIG implementa, de forma contínua, ações de melhorias na estrutura de atendimento aos seus clientes, objetivando estabelecer canais de comunicação mais eficientes e agilidade no atendimento. Dentre as várias ações no ano de 2006, destacamos:

- Reestruturação e Modernização das Agências de Atendimento: Estamos em processo de adequação das 127 Agências de Atendimento a uma nova filosofia de relacionamento, com aplicação das áreas de auto-atendimento e instalação de linhas telefônicas com acesso direto à Central de Atendimento "Fale com a Cemig"
- Cemig Postal: Implementação e Manutenção do Cemig Postal, um canal desenvolvido para os nossos clientes no qual são utilizados formulários com postagem "pré-paga", disponíveis gratuitamente em locais sinalizados nos agentes Cemig Fácil.
- Projeto Agência Móvel: Como projeto piloto implantado no primeiro semestre de 2005, no sul de Minas Gerais, permitiu estender o atendimento ao público, através de um trailer equipado. Em 2006 foram percorridos mais de 100 municípios onde a Empresa não tem estrutura de representatividade.

- ♦ PAS - Posto de Atendimento Simplificado: Numa parceria com as Prefeituras Municipais, foi possível a criação de mais este canal de relacionamento com os clientes, em municípios que não possuem Agência de Atendimento. O atendimento é feito por um funcionário da prefeitura, devidamente treinado por agentes da CEMIG. Atualmente já estão em funcionamento 30 postos.
- ♦ Agência Virtual: Com a primeira etapa do projeto concluída em dezembro de 2006, a Agência Virtual, disponibiliza para os clientes mais conforto e comodidade. Destacamos no nosso site, a acessibilidade para deficientes visuais e o atendimento personalizado para as imobiliárias que demandam um grande volume de serviços. O site visa aumentar a produtividade dos processos comerciais, minimizando os custos e melhorando a agilidade dos resultados.
- ♦ Fale com a Cemig: Hoje, o “Fale com a Cemig” está estruturado com 357 posições de atendimento para atender aos nossos clientes 24 horas por dia, via telefone, portal da Cemig e e-mail, permitindo maior eficiência nos serviços e garantindo comodidade e conforto aos clientes, que solicitam os serviços sem sair de casa. A capacidade de atendimento é superior a 60.000 chamadas/dia, tendo ultrapassado, em dias atípicos, o volume de 82.000 chamadas/dia.
- ♦ Criação do Canal Direto Procon, que disponibiliza um 0800 específico para atendimento aos Procon's estadual e municipais, com equipe capacitada e exclusiva para esses atendimentos.
- ♦ Em implantação os projetos de Tele-medição de 750 grandes consumidores industriais do Grupo A4 e Automação da Medição de Unidades Consumidoras de Baixa Tensão de São João Del Rei que permitem a simplificação do faturamento, o acompanhamento da medição, o monitoramento remoto da curva de carga do cliente e a redução de custo no processo de leitura, agilizando o atendimento aos consumidores.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro Líquido

A CEMIG apresentou, no exercício de 2006, um lucro líquido de R\$1.719 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$2.003 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 14,2%. Apesar da redução no lucro, deve ser ressaltado que no exercício anterior foi registrada uma receita extraordinária, no montante de R\$591 milhões referente ao reajuste tarifário diferido. Sem a inclusão dessa receita extraordinária, pode-se concluir que ocorreu uma melhoria na lucratividade da Companhia.

Conforme apresentado na tabela abaixo, a maior contribuição para o resultado da CEMIG é proveniente da Cemig Geração e Transmissão e da Cemig Distribuição:

	2006	%	2005	%
CEMIG - Controladora	124	7,2	453	22,6
Cemig Distribuição S.A.	770	44,8	990	49,4
Cemig Geração e Transmissão S.A.	614	35,7	468	23,4
Gasmig	44	2,6	29	1,4
Rio Minas Energia.	35	2,0	-	-
Outras	132	7,7	63	3,2
Lucro Líquido Consolidado	1.719	100,0	2.003	100,0

Receitas operacionais

RECEITAS OPERACIONAIS – R\$ milhões			
	2006	2005	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia elétrica	11.135	9.156	21,6
Consumidores finais	10.226	8.919	14,7
Suprimento a outras concessionárias	709	114	521,9
Transações com energia na CCEE	200	123	62,6
Reajuste Tarifário Diferido	-	591	-
Receitas de uso da rede	1.928	1.523	26,6
Outras	507	433	17,1
	13.570	11.703	16,0

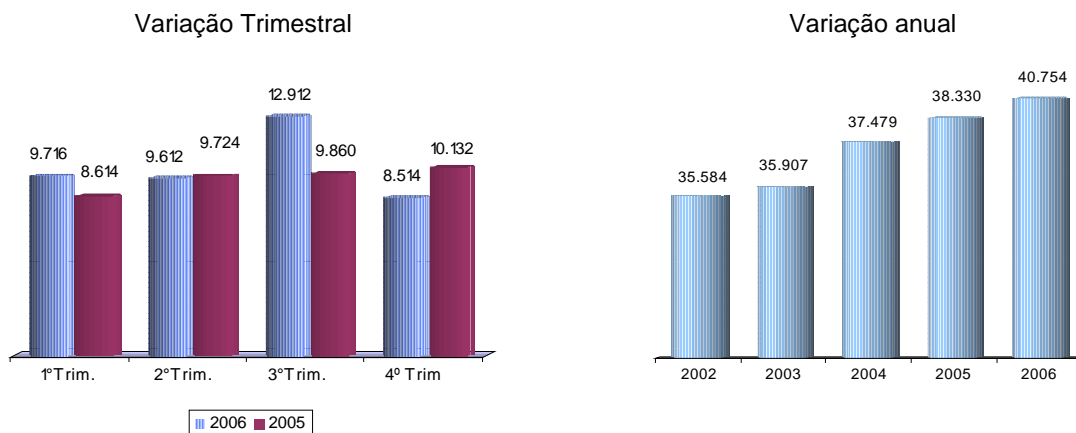
Consumidores finais

Os principais impactos na receita de 2006 decorreram dos seguintes fatores:

- Aumento de 6,6% na tarifa média, de R\$229,14 (em 2005) para R\$244,30 (em 2006) em função dos reajustes nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2005 (efeito integral no resultado do exercício de 2006) e 8 de abril de 2006.
- Aumento de 6,3% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.

As variações trimestrais e anuais no fornecimento podem ser observadas nos gráficos a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Mais comentários sobre o fornecimento de energia elétrica e reajuste tarifário podem ser obtidos no item “Comercialização de energia elétrica”.

Suprimento a outras concessionárias

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 11.472 GWh no exercício de 2006 comparados a 1.255 GWh no exercício de 2005, correspondentes a R\$709 milhões e R\$114 milhões, respectivamente. Esse aumento expressivo decorre basicamente da venda da energia da Cemig Geração e Transmissão para outras distribuidoras em 2006, consequência do leilão de energia ocorrido no ano anterior. Em 2005, uma parcela substancial da venda de energia da Cemig Geração e Transmissão foi para a Cemig Distribuição e, dessa forma, foram eliminadas como operações entre companhias na apresentação da demonstração de resultado consolidada da CEMIG.

Reajuste Tarifário Diferido

Em abril de 2005 foi divulgado, de forma retroativa a abril de 2003, o resultado da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição, implicando em um direito de recomposição nas tarifas de 44,4%.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003 foi de 31,5%. Para compensar a CEMIG pela receita a menor faturada de abril de 2003 a abril de 2005, a ANEEL está incluindo um percentual adicional nos reajustes tarifários de 2004 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tinha direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores de 2003 a 2005 foi reconhecida como um ativo regulatório, no montante de R\$591 milhões, em contrapartida ao resultado do exercício de 2005.

Receita de uso da rede

A receita de uso da rede apresentou um crescimento de 26,6% correspondente a R\$405 milhões (R\$1.928 milhões em 2006 comparados a R\$1.523 milhões em 2005).

Este crescimento decorreu basicamente da maior utilização pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do Sistema Interligado Brasileiro, das instalações componentes da rede básica de transmissão da CEMIG em 2006. Os valores são definidos através de Resolução ANEEL sendo R\$409 milhões em 2006 comparados a R\$313 milhões em 2005.

Compõe ainda o saldo desta rubrica a receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") da Cemig Distribuição e da Light, no montante de R\$1.258 milhões (R\$1.201 milhões em 2005), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico, especialmente a Cemig Geração e Transmissão.

Custos e despesas operacionais

	2006	2005	Var.%
Custos não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.113	1.455	45,2
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	139	145	(4,1)
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	554	416	33,2
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	802	641	25,1
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	334	296	12,8
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	188	211	(10,9)
	4.130	3.164	30,5
Custos Controláveis			
Pessoal	1.088	846	28,6
Obrigações Pós-emprego	170	153	11,1
Materiais	82	95	(13,7)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	37	1	3.600,0
Serviços de Terceiros	504	423	19,2
Provisões Operacionais	52	127	(59,1)
Gás comprado para revenda	158	156	1,3
Participações dos Empregados	210	260	(19,1)
Depreciação e Amortização	672	595	12,9
Outras Despesas Líquidas	239	212	12,7
	3.212	2.868	12,0
	7.342	6.032	22,0

Custos não controláveis

Os valores dos custos e despesas não controláveis registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição do cálculo da tarifa a ser aplicada.

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (incluídos na parcela “A” do reajuste tarifário) que foram incluídos no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente ocorridos são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes por meio de um mecanismo denominado CVA - Compensação da variação dos itens da Parcela “A”.

Essas diferenças são registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas, caso a Companhia tenha desembolsado valores a maior do que havia sido considerado na tarifa, ou como obrigações no Passivo Circulante e Não Circulante, em caso contrário.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, segue abaixo a tabela com os valores de CVA que foram incluídos e excluídos do resultado de 2006.

	Despesa operacional sem os efeitos da CVA	Valores de CVA incluídos no resultado do período	Valores de CVA excluídos do resultado do período	Despesa efetiva reconhecida no resultado de 2006
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.015	140	(42)	2.113
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	127	12	-	139
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	586	(12)	(20)	554
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	680	7	115	802
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	331	10	(7)	334
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	194	10	(16)	188
Total	3.933	167	30	4.130

Energia Elétrica Comprada para Revenda

Parcela representativa da energia adquirida para revenda é advinda da usina de Itaipu e também em função do leilão da energia existente, ocorrido em 2005. Deve ser ressaltado que no ano anterior uma parcela substancial da energia comprada para revenda pela Cemig Distribuição foi oriunda da Cemig Geração e Transmissão e, desta forma, foram eliminadas as operações entre as Companhias na apresentação da demonstração de resultado consolidada da CEMIG. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A despesa com CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica conforme Resolução da ANEEL.

Encargos de Uso da Rede Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica conforme Resolução pela ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA referente aos encargos de uso da rede de transmissão integrantes da rede básica, a CEMIG reverteu no 1º trimestre de 2006, parcela da CVA constituída em 2005, no montante de R\$93 milhões, o que contribuiu para aumentar o valor da despesa em 2006.

Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,0% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados à receita de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Esse atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento à instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005 os gastos a serem realizados e para os quais já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$107 milhões, o que justificou a variação na despesa na comparação entre os dois exercícios em análise.

Deve ser ressaltado que a Companhia registrou, também em 2006, um valor adicional, no montante de R\$85 milhões, referente a valores de anos anteriores que foram aplicados no Imobilizado e que por determinação da ANEEL, deveriam, da mesma forma, serem registrados no Resultado.

Custos controláveis

Despesa com Pessoal

A variação na despesa com pessoal foi decorrente dos seguintes fatores:

- ❑ provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R\$178 milhões ;
- ❑ reajuste salarial da CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição de 7,6% em novembro de 2005 (efeito integral em 2006) e 4,00% em novembro de 2006;
- ❑ aumento do número de empregados da CEMIG e suas Controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, de 10.271 em dezembro de 2005 para 10.658 em dezembro de 2006, representando um aumento de 3,8%.
- ❑ Maior transferência para o ativo Imobilizado de custos com pessoal em função das obras do Programa Luz para Todos (R\$162 milhões no exercício de 2006 comparados a R\$116 milhões em 2005);

Vide composição da despesa com pessoal na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Obrigações Pós-emprego

A despesa com obrigações pós-emprego teve um crescimento em função dos custos com a implementação do plano odontológico pela Companhia no exercício de 2006, o que gerou uma despesa adicional de R\$10 milhões.

Provisões Operacionais

A redução nas provisões operacionais deve-se principalmente à reversão de R\$79 milhões referentes a contingências trabalhistas em função de revisão em cada uma das ações trabalhistas em aberto contra a Companhia. A maior provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2006 decorre principalmente de valores a receber de consumidores industriais que questionam a incidência de determinados encargos regulatórios sobre as contas de energia elétrica.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

LAJIDA

Em função das variações mencionadas anteriormente, segue abaixo o Lajida, ajustado pelos itens não recorrentes.

	2006	2005	Var. %
Lucro Líquido	1.719	2.003	(14,2)
+ Provisão IR e C.Social Correntes e Diferidos	527	471	11,9
+ Resultado não Operacional	37	52	(28,8)
+ Resultado Financeiro	219	313	(30,1)
- Reversão de Juros s/ Capital Próprio	(169)	(635)	(73,4)
+ Amortização e Depreciação	672	595	12,9
+ - Participação de Minoritários	7	(1)	(800,0)
LAJIDA	3.012	2.798	7,7
Ajustes não recorrentes (*)			
- Reajuste Tarifário Diferido	-	(488)	
+ Custos com eficiência energética de exercícios anteriores	85	107	(20,6)
+ Programa de Indenização do anuênio	178	-	
+ Recomposição da CVA da TUSD	93	-	
- Reversão da provisão da RGR	(66)	-	
LAJIDA AJUSTADO	3.302	2.417	36,6

(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro líquido em 2006 foi uma despesa de R\$219 milhões comparada a uma despesa de R\$313 milhões em 2005. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- ❑ Crescimento de R\$53 milhões na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica (R\$134 milhões no exercício de 2006 em comparação a R\$81 milhões no exercício de 2005).
- ❑ Receita com atualização monetária e juros incidentes sobre as contas a receber do Estado de Minas Gerais, adicionada pela reversão da provisão para perda, no montante de R\$140 milhões no exercício de 2006, comparada a R\$500 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 72,0%. A redução decorreu da transferência do saldo da CRC para um Fundo de Direitos Creditórios – FIDC em janeiro de 2006, e portanto, essa receita não mais teve registros no exercício de 2006. Adicionalmente, no exercício anterior, em função da renegociação da dívida, ocorreu uma reversão expressiva na provisão constituída. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- ❑ Receita com atualização monetária do FIDC no montante de R\$146 milhões em 2006.
- ❑ Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico em 2006 no montante de R\$322 milhões comparados a R\$432 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 25,5%. A redução deveu-se principalmente à menor variação em 2006 da SELIC, indexador dos ativos.
- ❑ A Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido em 2006 foi de R\$199 milhões comparados a R\$230 milhões no exercício de 2005, representando uma redução de 13,5%. No exercício anterior foi registrada uma maior receita em função da divulgação do resultado definitivo da revisão tarifária da CEMIG, o que implicou no registro de um ativo regulatório denominado “Reajuste Tarifário Diferido” e na atualização desse ativo de forma retroativa ao ano de 2003. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- ❑ Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2006, no montante de R\$86 milhões em comparação aos ganhos líquidos de R\$146 milhões no exercício de 2005, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A variação decorreu principalmente da redução do saldo devedor em moeda estrangeira em função dos critérios de rolagem da dívida e da variação cambial. O real apresentou uma valorização de 8,7% frente ao dólar norte-americano no exercício de 2006 em comparação a uma valorização de 11,8% no mesmo período de 2005.

- Despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$868 milhões no exercício de 2006 comparados a R\$565 milhões no exercício de 2005, representando um aumento de 53,6%. O aumento decorreu principalmente da variação monetária das quotas seniores do FIDC no montante de R\$146 milhões consideradas como dívida na consolidação e dos critérios de rolagem da dívida da Companhia, com a substituição de vários contratos de dívida em moeda estrangeira para moeda nacional, a partir do segundo semestre de 2005.
- Perda líquida com instrumentos financeiros utilizados em operações de hedge, no exercício de 2006, no montante de R\$92 milhões, comparada a uma perda líquida de R\$161 milhões no exercício de 2005. Esse resultado decorreu principalmente da variação cambial mencionada no item anterior.
- A Companhia registrou, como despesa financeira, a destinação dos juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos do exercício de 2006, no montante de R\$169 milhões (R\$635 milhões em 2005).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 30 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no exercício de 2006, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$528 milhões em relação ao lucro de R\$2.084 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,3%. No exercício de 2005, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$470 milhões em relação ao lucro de R\$1.838 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,6%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício somava R\$1.376 milhões (R\$1.344 milhões em 2005), um crescimento de R\$32 milhões.

O caixa gerado pelas operações foi de R\$2.097 milhões em comparação a R\$1.657 milhões em 2005. Este aumento no caixa gerado pelas operações pode ser explicado pelo maior lucro após os ajustes dos itens que não afetam o caixa (R\$2.394 milhões em 2006 e R\$1.477 milhões em 2005).

As atividades de financiamento representaram uma saída de caixa de R\$471 milhões comparada a entrada de caixa de R\$147 milhões em 2004. Em 2006 foram pagos dividendos no valor de R\$2.072 milhões (R\$591 milhões em 2005). Esta expressiva variação foi parcialmente compensada pelo maior volume de recursos, líquidos de amortizações, obtidos através de empréstimos e financiamentos em 2006 (R\$1.601 milhões em 2006 e R\$738 milhões em 2005).

No que se refere aos investimentos, a Companhia investiu R\$1.720 milhões em 2006 em comparação a R\$1.356 milhões em 2005, um acréscimo de 26,8%. Esse resultado deve-se principalmente ao maior volume de recursos investidos na atividade de Distribuição, com o lançamento do Programa Luz para Todos. Maiores informações sobre os investimentos serão descritas a seguir.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre o aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG foram como segue:

	2006	2005	Var. %
Geração			
- Usina de Aimorés	20	58	(65,5)
- Usina de Irapé	63	335	(81,2)
- Outros empreendimentos de geração	123	32	284,4
Total da Geração	206	425	(51,5)
Distribuição	1.130	845	33,7
Transmissão	359	45	697,8
Gás	-	17	-
Telecomunicações	25	21	19,1
Outros	-	3	-
	1.720	1.356	26,8

Aquisição de participação na Light

A CEMIG, através da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), constituída em parceria com a Andrade Gutierrez Concessões S.A., a J.L.A. Participações S.A. e o Pactual Energia Participações S.A. com participação de 25% (vinte e cinco por cento) para cada acionista, concluiu em 10 de agosto de 2006 o processo de aquisição da participação societária que a EDFI Internacional S.A. detinha, direta e indiretamente, na Light. Essa participação era correspondente a 79,4% do capital social total da Light, *holding* que controla integralmente, entre outras empresas, a concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A., a qual possui 3,8 milhões de consumidores (6,4% do mercado nacional) em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e a geradora Light Energia S.A., que detém 852 MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas.

A RME pagou o valor equivalente a US\$319.810 mil pela participação da EDFI na Light, sendo apurado um deságio na aquisição, correspondente à diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$360 milhões (a parcela da CEMIG corresponde a 25,0%).

Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

A CEMIG, em parceria com a MDU Brasil Ltda. e a Brascan Brasil Ltda. concluiu em 16 de agosto de 2006 o processo de aquisição das participações societárias que a Schahin Holding S.A. detinha em concessionárias de transmissão de energia elétrica. Em função dessa negociação e com a assinatura de acordo de acionistas, a Companhia passou a participar do controle das empresas transmissoras adquiridas, conforme maiores detalhes descritos abaixo:

Empresa	Participação Cemig %	Valor pago	Ágio Apurado
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	17,51	42.609	27.887
Empresa Norte de Transmissão de Energia	18,35	70.273	41.201
Empresa Regional de Transmissão de Energia	18,35	15.767	9.435
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	14,94	207.468	156.669
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	7,50	13.209	7.597
		349.326	242.789

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 62 usinas, sendo 57 hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada total de 6.523 MW.

Os principais empreendimentos com início de operação em 2006 e em construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação
Usina de Irapé	360 MW	100,00%	Julho/2006
Usina de Capim Branco I	240 MW	21,05%	fevereiro/2006
Usina de Capim Branco II	210 MW	21,05%	Janeiro/2007
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	Outubro/2009
PCH Cachoeirão	20 MW	49,00%	1º sem/2008
PCH Pipoca	27 MW	49,00%	1º sem/2008

Projetos de Reforma e Modernização

A Cemig Geração e Transmissão vem realizando um amplo programa de modernização e revitalização de algumas de suas usinas, com investimentos de aproximadamente R\$250 milhões no período de 2002 a 2009.

Estão em andamento três grandes projetos:

- Modernização da Usina de Três Marias com um investimento de R\$53 milhões, que prevê a atualização tecnológica de diversos sistemas de controle e reforma de suas unidades geradoras, possibilitando a automação da instalação através da implantação de Sistema de Supervisão e Controle das unidades.
- Modernização das unidades geradoras e a substituição dos transformadores da Usina de Jaguará, com investimento de R\$60 milhões, que possibilitará a extensão da vida útil da usina, a garantia da disponibilidade de suas unidades geradoras e o atendimento a demanda de energia requerida no sistema. Em 2006 foram concluídas as reformas dos geradores e as modernizações das unidades 2 e 3.
- Reforma dos 4 geradores e turbinas da Usina de Salto Grande, com investimento da ordem de R\$17 milhões.
- A partir de 2007 será iniciado o projeto de modernização e revitalização da UHE de Volta Grande, com investimentos previstos de R\$120 milhões.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Cemig Geração e Transmissão através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

A implantação e a exploração das PCH's serão feitas por intermédio de sociedades de propósito específico – SPE's, tendo como acionistas empresas autorizadas pela ANEEL, investidores e a Cemig Geração e Transmissão (com participação limitada a 49%). A comercialização da energia será feita através de contrato de venda (PPA), que será firmado entre a SPE e o consumidor.

O Programa foi lançado através de chamada pública em novembro de 2004 e continua aberto para a entrada de novos projetos.

Em novembro de 2006, foi assinado o contrato com a Empresa Luz e Força Santa Maria para construção da PCH Cachoeirão, com capacidade instalada de 27 MW e investimentos previstos de R\$100 milhões no rio Manhuaçu. Para a construção do empreendimento, foi criada em janeiro de 2007 a Hidrelétrica Cachoeirão S/A, com participação de 49% da Cemig Geração e Transmissão.

Em 31 de dezembro de 2006 a CEMIG estava com 565,5 MW em negociação, como se segue:

- 6 PCHs cadastradas, com 104 MW de potência instalada;
- 24 PCHs com Acordos de Confidencialidade (Pré-Viabilidade) assinados, com 303,5 MW de potência instalada;
- 3 PCHs com Memorandos de Entendimentos assinados, com 158 MW de potência instalada;

Transmissão

Os principais empreendimentos em andamento são:

- LT Furnas – Pimenta, 345 kV, com 75 km de extensão, a ser implantada pela Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, com participação da CEMIG (51%) e Furnas (49%);
- LT Itutinga – Juiz de Fora, 345 kV, com 140 km de extensão, em implantação pela Companhia Transudeste de Transmissão, com participação da CEMIG (24%), Alusa (41%), Furnas (25%) e Orteng (10%);
- LT Irapé – Araçuaí, 230 kV, com 65 km de extensão, e as subestações – SEs Irapé e Araçuaí, em implantação pela Companhia Transirapé de Transmissão, com participação da CEMIG (24,5%), Alusa (41%), Furnas (24,5%) e Orteng (10%).
- implantação da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV, circuito duplo, com 190 km de extensão e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A CEMIG participa com 49% e a Alusa com 51%. Juntas constituíram a empresa Transchile Charrúa Transmisión S.A. para implantar, operar e manter as instalações objeto da concorrência, com início de operação previsto para janeiro de 2008.

Distribuição

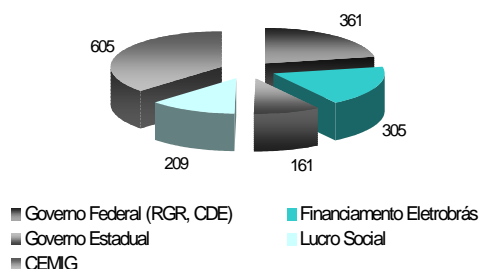
Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através de lei Federal que atribuiu à ANEEL a tarefa de estabelecer metas de universalização e do acesso ao serviço público de energia elétrica, nas quais o atendimento de novas ligações, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW atendidas em tensão secundária, deverá ser realizado sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado “Luz para Todos”, objetivou antecipar a meta de completar 100% da eletrificação no país até 2008, sem qualquer ônus para o consumidor.

O Programa foi formatado inicialmente com um orçamento estimado pela CEMIG em R\$1.641 milhões, com a construção de 65 mil quilômetros de rede rural para atendimento a 176 mil clientes. Em Minas Gerais, o Programa Luz para Todos, executado pela CEMIG, é o quarto maior do País, considerando o mercado potencial a ser atendido.

Estrutura de Financiamento do Programa - R\$ milhões



Do orçamento estimado para o Programa, 22% dos recursos são oriundos de repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Governo Federal), 18,6% de financiamento da Eletrobrás (a ser pago pela CEMIG), 9,8% de benefícios fiscais de ICMS (Governo Estadual) e 49,6% de recursos próprios da CEMIG.

Objetivando o cumprimento da meta e do cronograma estabelecidos para conclusão do Programa Luz para Todos, em junho de 2005 a CEMIG assinou contratos com empreiteiras com experiência em integração de grandes empreendimentos, para ligação de cerca de 140 mil clientes rurais do mercado potencial identificado em sua área de concessão, em regime de empreitada parcial.

Em função do aumento contínuo do Mercado Potencial para atendimento em todo o Estado, devido à ocorrência de desmembramentos de propriedades, construção de novas residências e ao próprio crescimento vegetativo, a execução do Programa prosseguirá no biênio 2007-2008. O mercado potencial estimado em 2006 já alcançou o número de 270 mil propriedades rurais.

Até o final de 2006, 113 municípios já estavam com suas obras concluídas, de acordo com o Mercado Potencial inicialmente levantado, e outros 446 municípios estavam com as obras em andamento. Foram ligadas aproximadamente 87 mil propriedades rurais em 2006.

Programa Campos de Luz

Com um custo orçado de R\$18 milhões, este Programa tem por objetivo incentivar a prática de esportes com a iluminação de campos de futebol, por meio de um convênio entre a CEMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais. Com a iluminação dos campos de futebol, permitindo a prática de esportes à noite, a violência e a criminalidade nas áreas circunvizinhas estão tendo uma acentuada redução. De acordo com o Instituto de Pesquisa Olhar, 92% dos moradores entrevistados aprovaram a iluminação do campo em sua comunidade. Até o final de 2006, 457 campos foram iluminados sendo 301 só no exercício de 2006.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública - Reluz

O objetivo principal deste programa é modernizar os sistemas de iluminação pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com diminuição dos gastos com operação e manutenção e aumento da segurança nas vias públicas.

Em 2006 foram modernizados cerca de 150 mil pontos de iluminação pública, principalmente em Belo Horizonte, com investimentos de R\$35 milhões, levando a uma redução anual de 21.000 MWh no consumo de energia e de cerca de R\$3 milhões na fatura anual de energia das prefeituras municipais.

Foi também negociado o projeto de iluminação na rodovia MG-010, que é o principal acesso de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. Já foram implantados cerca de 8,77 km de extensão de rede de distribuição subterrânea, para alimentação do sistema de iluminação pública nos 22,54 km de rodovia entre Belo Horizonte e o aeroporto. Esse projeto complementou a expansão da iluminação pública nesse importante corredor de tráfego da cidade com a utilização de tecnologia mais eficiente, atendendo aos trechos ainda não iluminados, totalizando cerca de 13,76 km de expansão de rede, com um custo total de R\$2 milhões.

Programa Cresce Minas

Como resultado da realização do diagnóstico do sistema elétrico de distribuição para atendimento às exigências do mercado e dos órgãos reguladores, foi constituído um programa de obras, denominado Cresce Minas. Este programa deverá ser executado em três anos a partir de 2006, no valor global de R\$759 milhões, visando:

- a recuperação das condições do sistema elétrico para o atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada do crescimento;
- a expansão da irrigação e dos agronegócios;
- o restabelecimento das condições operativas do sistema da Transmissão e Distribuição: e,
- a manutenção dos níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulados.

Este conjunto de obras beneficiará aproximadamente 340 municípios (41% do total), uma população aproximada de 4,1 milhões e cerca de 1,1 milhão de consumidores em todo o estado.

Gás Natural

A indústria do gás natural no Brasil bateu recordes de consumo em 2006 em que pese toda a série de revezes ocorridos ao longo do ano. No quadro regulatório pouco evoluíram as discussões sobre a Lei do Gás. Os custos do barril de petróleo acenaram com novas perspectivas de elevação dos preços de suprimento. Adicionalmente, vivenciaram-se possibilidades de restrição no fornecimento devido às fortes tempestades na área de passagem do gasoduto entre Brasil e Bolívia - Gasbol e por motivos até então inusitados como as práticas de expropriação sobre os ativos da Petrobras adotadas pelo governo boliviano.

A expansão da rede da GASMIG permitiu a ampliação da distribuição do gás natural aos clientes que, ao final de 2006 somaram 261 sendo 162 empresas, 83 postos de gás natural veicular e 2 usinas termelétricas, além de 6 bases de distribuição de Gás Natural Comprimido – GNC, além de 8 clientes consumindo Gás Natural Liquefeito - GNL. O número de clientes atendidos pela GASMIG apresentou um crescimento de 11,1 % em relação a 2005. O total do volume de vendas cresceu em 4,2% influenciado pelo segmento termelétrico. No entanto, considerando-se apenas o mercado de gás convencional, o volume de gás vendido diminuiu 1,3% em razão da redução de consumo dos clientes do setor de Cal.

O faturamento total da GASMIG evoluiu 12,5% de 2005 para 2006, aumentando de R\$480 milhões para R\$540 milhões, o que ratifica a tendência de crescimento da Companhia. Cabe ressaltar que, no que se refere ao mercado convencional, representado pelo gás destinado aos segmentos industrial, automotivo e uso geral, o crescimento do faturamento atingiu 22,6%. O faturamento para as Usinas Termelétricas foi de R\$113 milhões e apresentou uma redução de 14,4% em razão do menor despacho das UTE Juiz de Fora e UTE Ibiritermo, tendo em vista o desempenho das variáveis hidrológicas no ano de 2006.

Como conseqüência do aumento do faturamento e eficiência operacional, o lucro líquido da Gasmig foi de 75 milhões em 2006 em comparação a R\$51 milhões em 2005, um aumento de 47,1%.

Telecomunicações

Em 2006, o crescimento do setor de telecomunicações correspondeu às expectativas. A telefonia móvel continuou se expandindo e no mercado de banda larga o crescimento continuou exponencial, contribuindo significativamente para o crescimento de TV por assinatura. Sustentada neste movimento a Empresa de Infovias manteve seu nível de crescimento, principalmente pela mudança do *mix* de circuitos vendidos. O crescimento das vendas de circuitos de maior valor agregado contribuiu para que a Empresa cumprisse suas metas estabelecidas.

No exercício de 2006, a receita bruta de R\$125 milhões teve uma evolução de 31% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Contribuíram de forma significativa para esse aumento: (a) o crescimento dos serviços de transporte de sinais de internet banda larga (+56%), (b) o crescimento da receita com os serviços de transporte de dados de longa distância (+26%), (c) o crescimento da receita com os serviços integrados (+94%), (d) a receita com os serviços de transporte de sinais de CATV (+20%), (e) o crescimento da receita com serviços de circuitos dedicados (+21%).

Para 2007, a expectativa é novamente de crescimento do setor de telecomunicações de uma maneira geral, o que exigirá da Empresa de Infovias uma prestação de serviços com cada vez com mais qualidade e preços competitivos.

As operadoras de TV por assinatura em 2006 passaram a ser bastante cobiçadas por operadoras de telefonia fixa, que viram seu mercado se reduzir cada vez mais e, por outro lado, apostaram no crescimento firme do mercado de banda larga. Nesse caminho, a TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., adquiriu, através de leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A.. A concretização da operação depende de autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Ao captarmos recursos de terceiros e gerirmos a dívida, estamos focados em preservar nossa qualidade de crédito. Essa preocupação se traduz na expressa obrigação estatutária que temos de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a saúde financeira da Empresa.

Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da Empresa serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade, sem colocar em risco o patrimônio dos acionistas, conforme descrito no item de Governança Corporativa.

A qualidade de crédito refletida em tais indicadores busca ainda uma aderência às percepções de risco do mercado, representadas pelas avaliações de risco das agências de *rating* e pelos *covenants* financeiros presentes em alguns de nossos contratos de empréstimo ou financiamento.

A CEMIG, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público, que limitam suas alternativas de financiamento. Tais limitações se aplicam também às suas subsidiárias que, indiretamente, têm controle estatal. Nesse contexto, a nossa captação de recursos em 2006 destinou-se à rolagem de dívidas e apoiou-se em operações com o mercado bancário, que, conjuntamente, tem apresentado elevada liquidez, favorecendo a contratação de operações mais longas e de custos mais atraentes.

No ano de 2006, foram captados R\$2.570 milhões (não considerando R\$900 milhões referentes a alienação das contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais a um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios), dos quais R\$1.200 milhões através de emissão de Commercial Papers, com vencimento em 90 dias e totalmente pagos ainda em 2006.

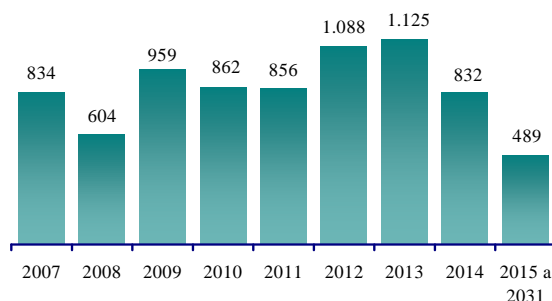
Os demais recursos, no montante de R\$1.370 milhões, foram captados em operações de longo prazo, dando continuidade à implementação da estratégia de alongamento do perfil da dívida.

Dentre essas captações, vale destacar as seguintes operações:

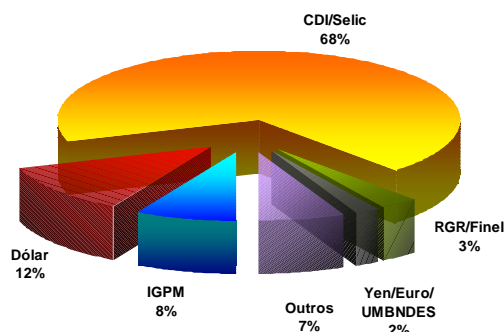
- R\$1.200 milhões destinados à rolagem de dívidas, dos quais R\$300 milhões na Cemig Distribuição S.A. e R\$900 milhões na Cemig Geração e Transmissão S.A., com prazo total de 8 anos, sendo 5 anos de carência, e custos de 104,1% do CDI ao ano;
- R\$107 milhões desembolsados em contratos de financiamento firmados entre a Eletrobrás e a Cemig Distribuição S.A., com prazos de 5 a 12 anos e custo financeiro nominal de 6 % a.a.

As condições de longo prazo obtidas na rolagem da nossa dívida tornaram o cronograma de amortizações, a partir de 2006, satisfatoriamente escalonado, como pode ser visto no gráfico a seguir. Atendemos, dessa forma, à diretriz da Empresa de se evitar a concentração de dívida vencendo no curto prazo, mitigando o risco de refinanciamento e eliminando qualquer pressão no fluxo de caixa que possa comprometer a disponibilização de recursos para investimento.

Cronograma de amortização da dívida
Posição em Dez/2006 (R\$ milhões)



A utilização do mercado bancário para atender às nossas necessidades de financiamento tem contribuído para aumentar a participação do CDI na composição da dívida, hoje representando 68% do total, como pode ser observado no gráfico a seguir:



Nessa posição, estamos alinhados com a diretriz da Empresa de redução do custo médio da dívida, hoje no nível de 9,15% a.a. a preços constantes, uma vez que temos nos beneficiado da tendência de queda das taxas de juros presente na política monetária do Governo Federal.

A posição da dívida de 13% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que boa parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (*swap*). Também contamos com uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar, o que nos permitirá, nos próximos anos, usufruir da liquidez presente no mercado internacional de dívida, cabendo ressaltar o grande interesse manifestado por agências multilaterais como BID, IFC, CAF e JBIC em conceder para a CEMIG crédito de longo prazo e custo atrativo.

Em 2006, abrimos o capital de nossas subsidiárias integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., com a finalidade de torná-las aptas a captar recursos no mercado de debêntures. Vale a ressalva de que estas, apesar de terem se tornado empresas de capital aberto, não terão suas ações negociadas em Bolsa de Valores.

Política de Proteção Cambial (*Hedge*)

Mantemos uma política de *hedge*, cujo objetivo primordial é dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento, num horizonte móvel de 12 meses, através de operações que reduzam a exposição e minimizem os impactos negativos proporcionados pela variação relativa de preços.

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

MERCADO DE CAPITAIS

A CEMIG teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960. Em 14 de janeiro de 1972, suas ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) passaram a ser listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estão listadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, desde 1993, suas ações são negociadas na Bolsa de Nova Iorque, onde os ADR's (CIG), inicialmente classificados no Nível 1, foram em 2001 transformados em Nível 2, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2006, totalizou R\$1.622 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Cotações das Ações

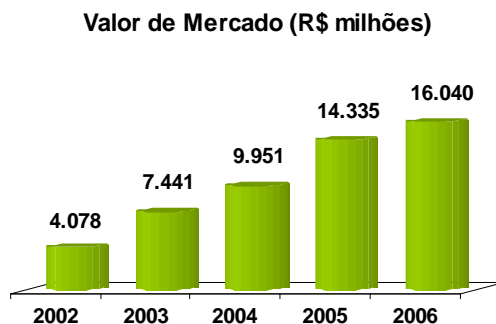
A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2005 e 2006, de nossas ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2005	Fechamento 2006
Cemig PN	CMIG4	R\$/1.000 ações	85,72	104,99
Cemig ON	CMIG3	R\$/1.000 ações	70,72	91,2
ADR	CIG	US\$/ADR	36,86	48,2
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euros/1.000 ações	34,9	37,37

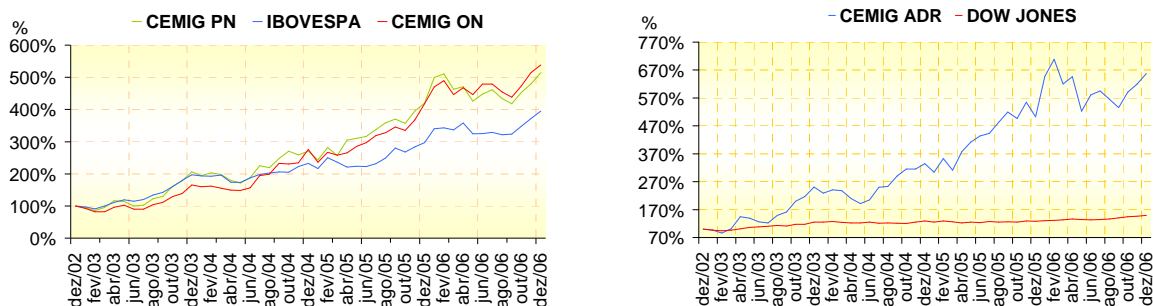
Nossas ações preferenciais apresentaram um volume de negociação, em 2006, de R\$9.667 milhões. Esse volume posiciona a CMIG4 como sendo a décima ação com maior volume da Bovespa e a de maior volume do setor elétrico.

Valor de mercado

Destacamos o crescimento de 12% em nosso valor de mercado no ano e de 294% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2006.

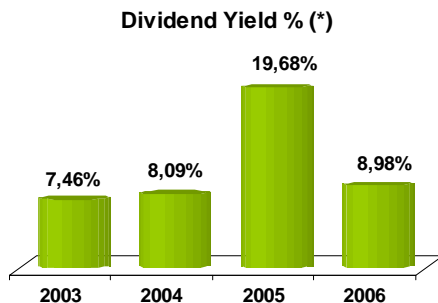


Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos quatro anos (de dezembro de 2002 a dezembro de 2006), em comparação com outros indicadores.



Dividend Yield e Rentabilidade do Acionista

A rentabilidade total do acionista, entendida como o ganho da valorização mais o dividendo distribuído, durante o ano de 2006 foi de 19,5%, em 2005 foi de 66,1% e de 31,1% e 106,9%, nos anos de 2003 e 2004, respectivamente. O seguinte gráfico mostra o *dividend yield* dos últimos quatro anos.



(*) Indica a relação entre os dividendos pagos e a cotação das ações da CEMIG no mercado de ações.

Relações com Investidores

Adotamos uma política de total transparência em nosso relacionamento com o mercado de capitais, com o objetivo de possibilitar aos acionistas a correta valorização de seu investimento em nossas ações.

Em 2006 participamos de 83 seminários e encontros com investidores, 7 congressos e conferências no Brasil e no exterior, 6 road shows no Exterior além de um grande número de reuniões, teleconferências e videoconferências com analistas e investidores, que ultrapassaram a marca de 260 reuniões.

De 28 a 30 de maio de 2006, realizamos o 11º Encontro Anual da CEMIG com o Mercado de Capitais, juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec Nacional, no Ouro Minas Hotel, incluindo uma visita técnica à Usina Termelétrica de Igarapé, na cidade de Juatuba, Minas Gerais.

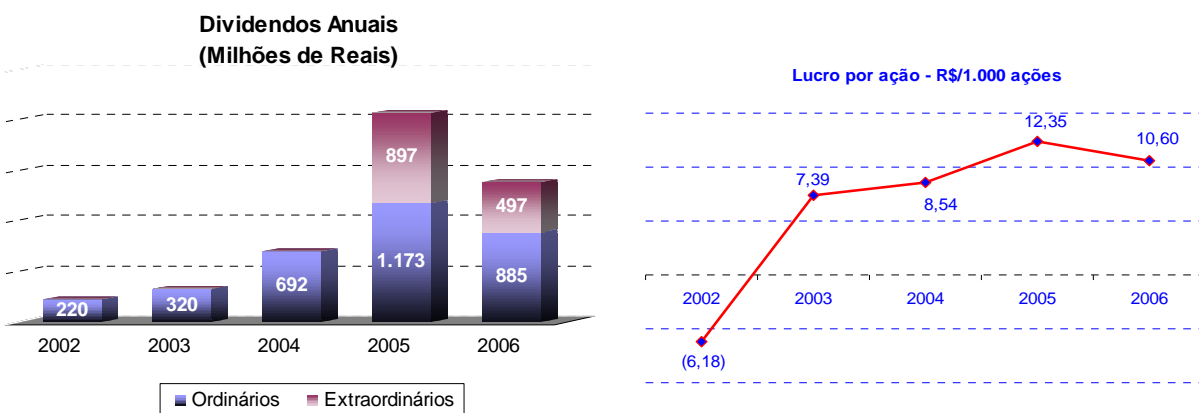
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A CEMIG, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disso, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem.

A rentabilidade crescente da Companhia e a política de dividendos trouxeram um ganho substancial para os acionistas, conforme ilustrado nos gráficos a seguir. No ano de 2006 foram pagos dividendos no valor de R\$2.070 milhões, sendo R\$897 milhões correspondentes a dividendos extraordinários.

Para o exercício de 2007 está previsto o pagamento de dividendos no valor de R1.382 milhões, sendo R\$497 milhões referente a dividendos extraordinários.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2007 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$1.719 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.382 milhões (80,4% do lucro líquido) para pagamento de dividendos, sendo o montante de R\$169 milhões na forma de juros sobre o capital próprio e R\$1.213 milhões na forma de dividendos complementares. Destes dividendos, R\$497 milhões referem-se a dividendos extraordinários;

- R\$86 milhões para a constituição de Reserva Legal; e,
- R\$251 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido, sendo R\$241 milhões em Reserva de Retenção de Lucros com o objetivo de financiar aplicações em investimentos aprovados pelo Conselho de Administração e R\$10 milhões alocados em Reserva Estatutária para pagamento de dividendos extraordinários no futuro.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Temos como princípio não contratar serviços de consultoria dos auditores externos que possam interferir na independência dos trabalhos de auditoria.

Em 2006, os auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu, prestaram os seguintes serviços:

Serviços	2006 R\$ mil	% em relação à auditoria	2005 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria	502	100,00	514	100,0
Outros Serviços:				
- Due Diligence – Projeto Tucuruí (1)	-	-	221	43,0
- Adequação e aderência às exigências SOX – Seção 302 e 404	2.080	314,34	-	-
Total de outros serviços	-	-	221	43,0
Total Geral	2.582	-	735	-

- (1) Contrato de execução de serviços de assessoria contábil para avaliação da aquisição de linhas de transmissão.

Os serviços adicionais mencionados foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A principal premissa do gerenciamento de riscos corporativos adotado pela CEMIG é a de que toda empresa existe para prover valor aos seus acionistas. Enfrenta-se o desafio permanente de se determinar o quanto a corporação está preparada para garantir o seu desenvolvimento sustentável, considerando os riscos e oportunidades apresentados.

A CEMIG opera em ambientes onde fatores como a consolidação setorial, globalização, tecnologia, regulamentação, reestruturações, variações de mercado e competição criam incertezas. Portanto, torna-se necessário estimar precisamente a probabilidade de ocorrência de um potencial evento e os seus impactos nos resultados empresariais associados.

O principal objetivo da CEMIG não é eliminar os riscos e sim ser pró-ativa na sua identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento contínuo, visando obter vantagens competitivas. Adotamos uma visão de riscos em nível corporativo como subsídio relevante nos nossos processos decisórios, alinhada com o Planejamento Estratégico e que marca uma nova tendência a nível empresarial.

A CEMIG utiliza uma gestão descentralizada de seus riscos corporativos, a qual é executada pelos gestores de riscos de processos e macro-processos da cadeia de valor da empresa. O monitoramento é executado de forma centralizada, no nível-tático operacional, visando um subsídio efetivo ao processo de tomada de decisão da alta administração.

A metodologia de avaliação de riscos utilizada pela CEMIG é a Metodologia ORCA – caracterizada pela parametrização dos Objetivos Estratégicos, Riscos, Controles Internos e Alinhamento, a qual prevê uma combinação de técnicas de análise qualitativa, semi-qualitativa e quantitativa.

Definidos como ameaças ao cumprimento das metas e dos objetivos estratégicos, os riscos são categorizados como:

- Riscos Estratégicos
- Riscos de Conformidade
- Riscos Financeiros
- Riscos de Recursos Humanos
- Riscos Ambientais
- Riscos de Tecnologia da Informação e Telecomunicações
- Riscos Operacionais

Os riscos corporativos, após análise do ambiente de controles internos (utiliza-se a metodologia COSO II - *The Comitee of Sponsoring Organizations*), são avaliados como se segue:

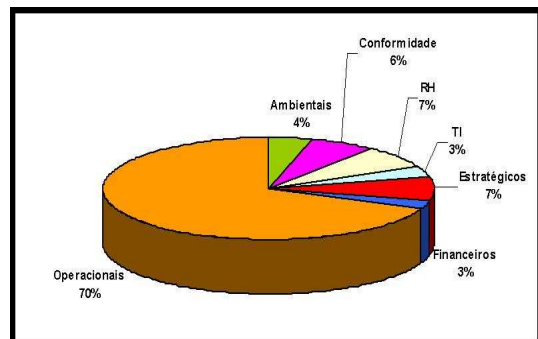
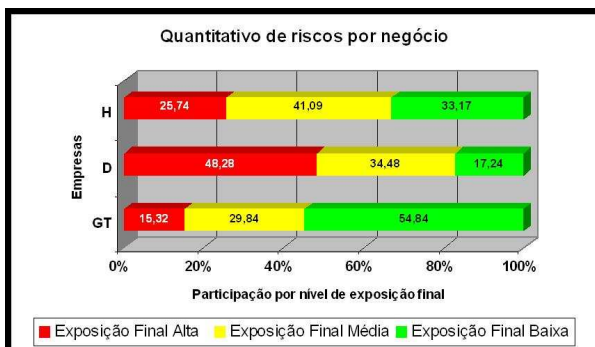
- Cálculo do impacto no negócio: perdas financeiras em decorrência da materialização do risco. É sempre quantificado em termos monetários e poderá representar perda de receita, aumento de despesas operacionais e impacto nos resultados e/ou no fluxo de caixa da empresa.
- Probabilidade de ocorrência: possibilidade de um risco ocorrer.
- Exposição Financeira: resultado da análise do impacto no negócio ponderado pela probabilidade de ocorrência, quantificado em termos monetários, com métrica definida pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Impacto intangível: impacto na reputação da empresa junto às partes interessadas (acionistas, sociedade, clientes, fornecedores, entre outros) com métrica também definida pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Exposição Final: associação da exposição financeira com o impacto intangível, refletindo sempre o cenário mais conservador entre os dois parâmetros.

O alinhamento é feito mediante a implementação dos planos de ação propostos para mitigar os riscos cuja exposição financeira está fora dos limites de apetite definido pela Alta Administração da empresa.

O quantitativo de riscos relevantes (com exposição final alta) do negócio Distribuição é superior ao do negócio Geração/Transmissão. Entretanto, a exposição financeira (definida pelo impacto no negócio e pela probabilidade de ocorrência) dos riscos relevantes do negócio Geração/Transmissão é superior ao do negócio Distribuição (fortemente regulado), requerendo, conseqüentemente, maiores taxas de retorno dos empreendimentos associados.

Nos gráficos abaixo podem ser identificados os resultados alcançados na gestão de riscos corporativos:

Riscos x Categoria



Sarbanes Oxley - O plano da CEMIG para a certificação;

O Projeto CEMIG-SOX tem como objetivo a certificação do sistema de controles internos relacionados com a elaboração dos relatórios financeiros e com os procedimentos de divulgação das informações e fatos relevantes da Empresa, atendendo às exigências da SEC - Security and Exchange Commission, agência federal norte-americana autorizada a emitir regulamentos e a fazer cumprir as determinações e providências emanadas do mercado de capitais norte-americano.

As atividades do Projeto foram intensificadas em janeiro de 2006, com a participação em tempo integral de 40 empregados da Empresa oriundos de diversas áreas, além do apoio de consultores contratados.

A partir de uma análise do balanço consolidado e da nossa matriz de riscos, identificamos e mapeamos 25 processos relevantes relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas e selecionamos, inicialmente, 950 controles, sendo que desses, 450 foram classificados como controles chave, capazes de proporcionar uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias foram registradas, processadas e divulgadas de acordo com as normas, prazos e formatação estipulados pela SEC.

Este trabalho proporcionou a revisão dos processos relevantes e a validação do desenho dos controles internos relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas. Constatamos que na maioria dos processos analisados, os procedimentos de controles internos, já adotados pela Companhia, mostraram-se eficazes após os testes de auditoria, o que possibilitou à Diretoria Executiva da Companhia emitir um relatório conclusivo sobre a eficácia dos controles internos.

GESTÃO

Sistemas de Gestão

Indicadores de Desempenho (Balanced Scorecard – BSC)

A partir do estabelecimento do Planejamento Estratégico da Corporação, a CEMIG traduz e desdobra sua visão, missão e direcionadores estratégicos em todos os processos utilizando o *Balanced Scorecard* – BSC.

O desdobramento dos objetivos, indicadores e metas, é realizado nas diversas áreas gerências da Companhia, dando origem ao Painel de Contribuição e onde são estabelecidas as iniciativas que passam a nortear as ações dessas áreas com o propósito de materializar a estratégia.

O processo de comunicação da estratégia ocorre por meio de eventos realizados em toda a Companhia para apresentação do planejamento estratégico e contratação de metas, formalizando o desempenho requerido e comprometendo gestores e empregados com os objetivos e resultados empresariais.

Certificações de qualidade e gestão ambiental

No âmbito das operações do dia-a-dia, praticamente 80% dos empregados da distribuição trabalham com sistema de gestão certificados de acordo com a norma internacional da qualidade ISO 9001:2000, permeando todos os principais processos do negócio Distribuição.

Os sistemas de gestão ambiental evidenciam a melhoria contínua das ações de responsabilidade socioambiental da Companhia. Atualmente, os sistemas já foram implantados em 30% da capacidade instalada de geração, 18% da extensão das linhas de transmissão com tensão acima de 230 kV, em mais de 130 cidades do Estado.

Gestão de Clientes

Em abril de 2006, foi iniciado o projeto de implementação do novo Sistema de Gestão de Clientes (Projeto Evolução). Esse projeto tem como objetivo a substituição de alguns dos principais sistemas de informação da Companhia envolvidos no processamento do faturamento, arrecadação, atendimento, contabilização, serviços de campo, gestão de equipamentos de medição, além da emissão e impressão de notas fiscais de energia e relatórios.

Dentre os principais objetivos deste programa estão um maior controle e segurança dos processos de faturamento e arrecadação, com informações integradas e precisas para subsidiar o controle e a gestão de clientes.

O projeto tem a sua conclusão prevista para 2008, com investimentos previstos no valor de R\$178 milhões.

Telecomunicações e Informática

Governança de TI

Durante o exercício de 2006 foi implementado um Programa de Governança de TI, por meio de um conjunto de mecanismos (estruturas, processos e relacionamentos) que visam garantir que a estratégia de TI esteja alinhada com as estratégias e objetivos da organização.

O Projeto Governança de TI possibilitará o alinhamento da tecnologia de telecomunicação e informação com os negócios, ajudando-os a explorar oportunidades e maximizar benefícios, a gerência efetiva dos riscos inerentes aos processos de TI, o aumento da qualidade dos serviços de telecomunicação e informática prestados e a otimização de custos. Além disso, permite o atendimento às exigências regulatórias impostas à área de TI, como as oriundas da Lei Sarbanes-Oxley. As engrenagens Comportamental, Organizacional e Técnico Operacional constituem os pilares dos trabalhos de implementação.

Segregação de Funções SAP R/3 e Mainframe (Sico/Proorc)

Para atender às exigências da Lei Sarbanes Oxley e da Governança Corporativa TI, verificou-se a necessidade de implementação de regras de negócio que permitam controle dos riscos nos sistemas SAP R/3 e Mainframe da CEMIG, adequando os processos às normas de Governança Corporativa/SOX.

Esse projeto propiciará mapeamento das combinações de acessos críticos nos ambientes, apontamento do grau de vulnerabilidade existente nos processos, a redução dos riscos e das possibilidades de fraudes, credibilidade nos controles internos existentes, controle dos acessos críticos dos ambientes, controle das transações acessadas pelos usuários e agilidade na geração e disponibilização de informações gerenciais.

Aplicações Corporativas

Foi implantado o módulo MIC - *Management of Internal Controls* que é utilizado no gerenciamento dos sistemas e controles internos, em atendimento a Sarbanes-Oxley Act of 2002.

Em continuidade ao projeto Geocemig, foi adquirido o software GRID, que faz a análise de imagens tridimensionais, auxiliando as áreas de engenharia nos projetos de linhas de transmissão, barragens. O Geocemig é um Sistema de Informações Geo-referenciadas da CEMIG que une os inúmeros bancos de dados e sistemas gráficos que utilizam recursos de mapeamento, cartografia e geoprocessamento desenvolvidos separadamente na Empresa.

Foi realizada a atualização do banco de dados e a disponibilização da tecnologia GPRS (celular) para a comunicação entre os Centros de Operação e os veículos responsáveis pela execução no campo dos serviços da rede secundária de energia, através de implementações realizadas no aplicativo responsável pelo Controle dos Sistemas de Envio e Execução de Serviços de Campo.

Também foram realizados desenvolvimentos, implementações e alterações de 540 programas para atender ao programa Luz Para Todos e desenvolvidas novas funcionalidades nos sistemas informatizados, para atender a Resolução ANEEL nº 505, que normaliza o ressarcimento aos clientes, em função da variação do nível de tensão.

Plano Corporativo de Segurança da Informação

Dando continuidade ao programa de conscientização dos empregados, foi implantado o treinamento em Segurança da Informação na modalidade de auto-instrução através da Internet. Aproximadamente 8.338 empregados já concluíram o treinamento, sendo que a meta é treinar todos os empregados da Companhia.

Tecnologia e alternativas energéticas

A CEMIG sempre considerou a tecnologia como insumo básico e estratégico, manifestada através de seus processos, produtos, serviços, equipamentos, instalações e das habilidades de seus empregados e parceiros, gerenciada e utilizada de maneira adequada e condizente com os resultados almejados, ambientalmente correta e fator de viabilização de desenvolvimento de negócios e de agregação de valor.

Com o objetivo de garantir a vanguarda relativa à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, a CEMIG utiliza a metodologia de Gestão Estratégica de Tecnologia, envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos, com o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial.

Destacando-se sempre como uma empresa dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, foram priorizados e selecionados os projetos que compõem os Programas Anuais de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Cemig. Os recursos financeiros envolvidos em 2006 foram da ordem de R\$20 milhões. Valores semelhantes aos do Programa são transferidos anualmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (Fundo Setorial de Energia Elétrica – CT-ENERG).

Entre projetos novos e em continuidade, em 2006 estiveram em desenvolvimento cerca de 86 projetos de P&D. Dentre os 60 projetos já concluídos, a grande maioria resultou em produtos incorporados ao dia-a-dia da empresa, sendo que diversos métodos de engenharia, softwares, dispositivos e equipamentos foram desenvolvidos e aplicados, contribuindo para a redução de custos operacionais, aumento da confiabilidade e segurança dos sistemas e instalações Cemig, controle ambiental e desenvolvimento de alternativas energéticas.

No âmbito da Gestão Estratégica de Tecnologia, o Escritório de Marcas e Patentes atuou junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI no registro e acompanhamento de 8 cartas patentes, 43 pedidos de privilégio sobre invenções, 59 marcas, 19 programas de computador e 33 obras do direito autoral. Atualmente, encontram-se em análise de viabilidade 3 pedidos de privilégio sobre invenções e 6 marcas.

Na área de alternativas energéticas, encontram-se em desenvolvimento diversos projetos de utilização de energia solar, eólica e biomassa vegetal, uso racional da energia, vetores energéticos alternativos, tais como hidrogênio, biodiesel, gás de biomassa e geração distribuída ou local, incluindo pesquisa, desenvolvimento, experimentação e adaptação de novas tecnologias (por exemplo, células a combustível, microturbinas a gás, motores Stirling, etc.). Os resultados já obtidos com esses projetos consolidam a CEMIG como empresa detentora de larga experiência e excelente qualificação técnica na identificação, no desenvolvimento e no aproveitamento das fontes alternativas de energia, contando já com uma significativa infra-estrutura nessa área.

Gestão de Materiais e Serviços

Portal de Compras Eletrônicas

Com a operacionalização do Portal de Compras Cemig, que utiliza a modalidade de pregão e cotação eletrônica, foi possível uma economia de aproximadamente R\$19 milhões em 2006 com as aquisições. Deste montante, R\$12 milhões foram através do Pregão Presencial e R\$7 milhões nas demais modalidades. O montante aproximado de aquisições no exercício foi de R\$257 milhões.

Gestão de Transportes

A CEMIG possui uma Política de Renovação e Adequação da Frota de Veículos com parâmetros e orientações corporativas bem definidas para os órgãos gestores de frota, de forma a otimizar o desempenho, reduzir custos e uniformizar procedimentos. Em 2006, foram alienados, através de Leilão Público, 504 veículos que foram substituídos através do Programa de Renovação de Frota.

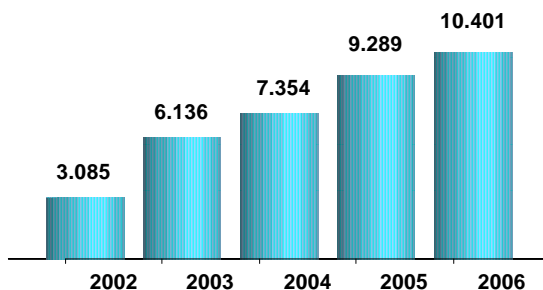
Também foi implantado em 2006 o Sistema de Gestão de Abastecimento de Veículos da Frota Cemig, através de um contrato firmado com a BR Distribuidora, que proporcionou um gerenciamento on-line dos abastecimentos resultando em uma economia em torno de 20%.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

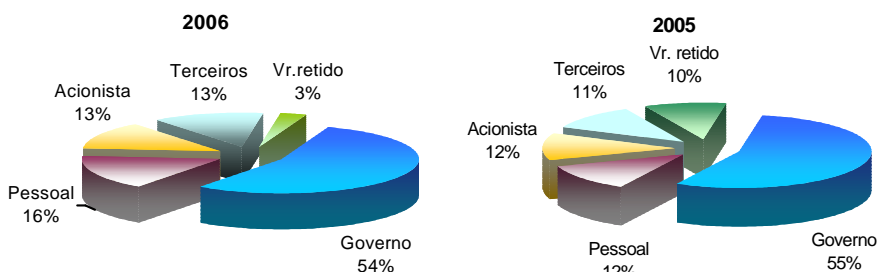
Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$10.401 milhões de valor adicionado em 2006 em comparação a R\$9.289 milhões em 2005, um aumento de 12,0%.

Valor Adicionado de 2002 a 2006 (R\$ mil)



A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2006 e 2005, correspondentes a 54% e 55%, respectivamente.



Recursos Humanos

Para que os processos, políticas e práticas de RH fossem mais aderentes ao Planejamento Estratégico da Companhia, foi desenvolvido o projeto de Alinhamento do Capital Humano, modelo desenvolvido a partir da visão e missão da Empresa, cujo elemento central é a Gestão do Desempenho, visando à contratação de metas e de acordos individuais de desenvolvimento, alinhando ações individuais e de equipes às diretrizes organizacionais.

Com a implementação do modelo de Gestão do Desempenho e uma atuação mais estratégica da área de Recursos Humanos, foi possível vincular, definitivamente, a estratégia empresarial aos diversos processos de gestão de pessoas, servindo de base para diversas iniciativas e mudanças na área de Recursos Humanos, tais como: movimentações com base no desempenho, concurso externo, programa *trainee*, mobilidade interna, diversos programas de capacitação e desenvolvimento, gestão do clima organizacional, dentre outros.

Capacitação e Desenvolvimento

A CEMIG, objetivando ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as necessidades da Corporação e de acordo com as exigências do mercado, propiciou aos seus empregados, de diversos níveis hierárquicos, a participação em diversos cursos, seminários, congressos, feiras e outras modalidades e práticas.

Em 2006, foi lançado o Cemig Liderança em Gestão – CELIG, programa centrado no desenvolvimento de competências visando a preparação de profissionais para liderar as transformações da Companhia hoje e no futuro. Também em parceria com instituições especializadas em desenvolvimento gerencial, foi dada continuidade ao Programa de Gestão Avançada – APG, um programa de treinamento exclusivamente focado em gestão. Estes programas são dirigidos a pessoas chaves da Companhia e durante o ano de 2006 vários gerentes e superintendentes participaram do treinamento.

A CEMIG proporcionou aos seus empregados, treinamentos técnicos na Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional da Cemig – EFAP com 19.312 participações de empregados, correspondendo a 632.451 homens-hora treinados em 2006.

Também com vistas a atender às necessidades da Companhia decorrentes do surgimento de novas tecnologias, equipamentos e métodos de trabalho, foram implementadas várias ações de treinamento e desenvolvimento, tais como treinamentos de informática, administrativos, treinamentos externos, cursos de pós-graduação, cursos de idiomas, dentre outros, com 13.507 participações de empregados da Companhia em 2006.

Gestão de Clima Organizacional

Dando continuidade à Pesquisa de Clima Organizacional feita em 2005, o primeiro semestre de 2006 foi dedicado à etapa de planejamento de ações de melhoria, com a elaboração do Plano de Ação Corporativo e dos planos de ação das superintendências e gerências. Ao todo, foram elaborados 95 planos de ação.

A grande vitória no ano de 2006, em Gestão do Clima Organizacional, foi a classificação da CEMIG entre as 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, segundo o Guia Exame – Você S.A. A pesquisa levou em conta fatores como o índice de felicidade no trabalho, a qualidade do ambiente de trabalho, a opinião dos empregados sobre a Companhia e o que é oferecido em termos de remuneração, carreira profissional, saúde, responsabilidade social, dentre outros.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho.

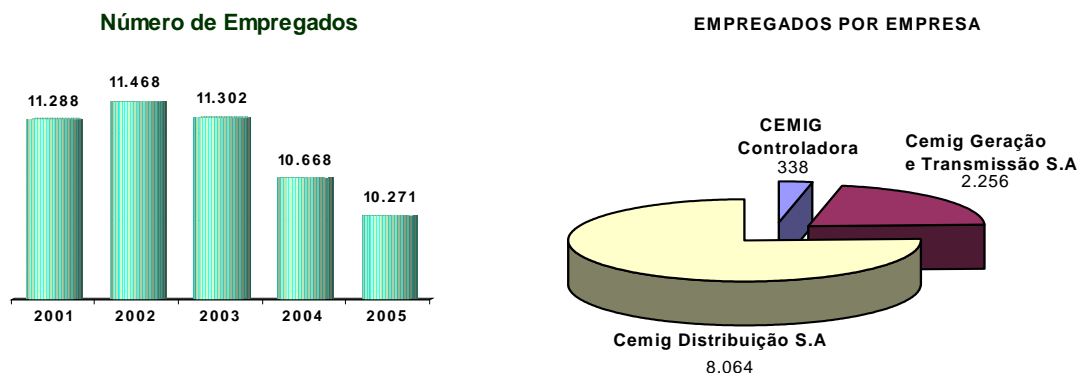
Numa iniciativa inovadora, a CEMIG reestruturou completamente o seu SESMT - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho promovendo, principalmente, a inclusão de assistentes sociais e psicólogos dentre os profissionais envolvidos, o redimensionamento, a reciclagem e a integração dos profissionais, para efetivar sua atuação nas questões relativas à saúde, à segurança do trabalho, ao bem-estar dos empregados próprios e de empresas contratadas e também à segurança da população.

Como ações relativas à revisão das cláusulas de segurança no trabalho e inclusão de cláusulas de Serviço Social e Medicina do Trabalho nos contratos, a CEMIG realizou aproximadamente 161.288 horas de treinamento de segurança em 2006 para pessoal próprio e efetivou parcerias para inclusão de contratadas nestas reciclagens. Além disso, a certificação de diversas usinas em OHSAS 18001, a melhoria do Programa de Qualidade de Vida – Energia Vital, a implantação do Programa de Inclusão de Deficientes, a realização de campanhas de vacinação e doação de sangue, os seminários de preparação para aposentadoria, entre outras ações, nortearam a atuação da Empresa visando à melhoria de desempenho dos indicadores de saúde, segurança e bem-estar.

Por intermédio da coordenação e participação em eventos regionais e nacionais tais como o Primeiro Rodeio de Eletricistas, Seminário Nacional de Segurança no Setor Elétrico, a Semana Nacional de Segurança com Energia Elétrica, entre outros, a Companhia reafirmou mais uma vez seu compromisso com a segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores e segurança da população.

Admissões e Desligamentos

A CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição encerraram o ano de 2006 com 10.658 empregados. Foram admitidos 529 novos empregados e ocorreram 142 desligamentos.



Cultura

A CEMIG, concessionária de um serviço público essencial e responsável pelo atendimento a cerca de 20 milhões de pessoas, mantém um profundo envolvimento com a sociedade onde se insere. Um dos focos dessa questão está no patrocínio de projetos culturais e nas doações incentivadas às iniciativas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

Em 2006, a CEMIG investiu cerca de R\$19 milhões em cultura e ações sociais, beneficiando diretamente a população de mais de 200 municípios, em Minas Gerais. A maioria dos projetos possui continuidade ou se caracteriza pela manutenção de espaços de formação cultural permanente, o que reforça a idéia de sustentabilidade, fator decisivo na construção da identidade e dignidade do cidadão.

Continuamos a investir nos festivais de extensão universitária dos maiores centros acadêmicos do Estado por entendê-los como a possibilidade de reflexão sobre a informação adquirida na sala de aula – a riqueza dessa proposta alcança a população das cidades onde eles acontecem. Manteve-se também o patrocínio de grandes e pequenos museus, bibliotecas públicas, academias de música e teatros.

Com o segundo ano do “Filme em Minas”, reafirmamos a vocação da Empresa no apoio ao audiovisual. Em 2006, 26 projetos foram contemplados nas mais diversas categorias. Foram premiados, além dos longas e curtas-metragens, vídeos experimentais, documentários, projetos de pesquisa em desenvolvimento e literatura da área. Todos esses projetos com mão-de-obra, logística e locações no Estado de Minas Gerais.

Atenta ao acesso do público interno à leitura e às artes plásticas, a CEMIG mantém em sua sede uma galeria de arte, onde há 16 anos são montadas 11 exposições anuais de artistas de todo o país e uma biblioteca aberta, inclusive ao público externo, com aproximadamente 55 mil títulos.

Assegurando a realização de festivais de teatro popular ou levando para fora do Brasil a expressão artística mineira, a Empresa investe na força transformadora da cultura e colhe junto à uma sociedade mais madura a compreensão da melhor utilização dos recursos naturais, do respeito pelo patrimônio e pelo bem comum.

Meio Ambiente

O comprometimento com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade é uma das condições básicas dos princípios que regem a atuação da CEMIG. Por meio de estudos e ações, a Companhia busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na Política Ambiental da CEMIG e presente em todas as atividades realizadas, valoriza os empregados, a Empresa e garante o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Durante o ano de 2006, foram investidos aproximadamente R\$39,7 milhões em projetos de adequação ambiental de instalações e equipamentos e na implantação de novos empreendimentos, e R\$18,3 milhões foram utilizados em despesas de operação e manutenção de atividades, tais como destinação final de resíduos, auditorias, plantio de mata ciliar, produção de alevinos, implantação das políticas de poda de árvores, programas de educação ambiental, manutenção das unidades de conservação, treinamento e outras ações.

Desenvolvimento Sustentável

Pela sétima vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), para o período 2006/2007, um índice que avalia o desempenho financeiro, ambiental e social da Companhia, ou seja, sua sustentabilidade e a capacidade de agregar valor para os acionistas no longo prazo.

A CEMIG foi também selecionada, pelo segundo ano consecutivo, para compor o grupo de empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa). O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Além do compromisso com a proteção do meio ambiente, a CEMIG investe em programas de conservação e eficiência de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como a energia solar e fotovoltaica, a energia eólica, a pesquisa de células de hidrogênio e o uso de gás natural.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes pela questão ambiental. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos através da contratação de especialistas, que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Em 2006, a CEMIG obteve as seguintes Licenças Ambientais:

- ❑ Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Capim Branco II, da Linha de Transmissão Araxá 2 – Jaguará e das Linhas de Transmissão do Sistema Noroeste;
- ❑ Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica de Baguari, das Linhas de Transmissão Itutinga – Juiz de Fora e Irapé – Araçuaí 2 e das Linhas de Transmissão do Sistema Bragantina;
- ❑ Licença Prévia da Linha de Transmissão Aimorés 2 – Mascarenhas.

Foram também obtidas as Licenças de Operação Corretivas das Hidrelétricas de São Simão e Itutinga, usinas implantadas antes da legislação ambiental.

Continua em vigor o Convênio entre a CEMIG e o Instituto Estadual de Florestas – IEF, fixando critérios para exploração florestal quando da intervenção da Empresa em áreas consideradas de preservação permanente.

Além disso, obtivemos 80 outorgas de direito de uso de água e 25 autorizações para supressão de vegetação.

Ações ambientais para a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé

Durante o ano de 2006, teve continuidade o enchimento do reservatório da UHE Irapé, iniciado em dezembro de 2005, que culminou com o início de operação comercial da usina em julho de 2006. Foram concluídas a prospecção, resgate e a gestão do acervo dos elementos do patrimônio arqueológico presentes nas áreas impactadas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé.

Foram contabilizados 121 sítios arqueológicos, sendo 85 na área diretamente atingida e 36 na área de impacto indireto. O material arqueológico resgatado foi encaminhado para o Centro de Referência e Memória da Obra e do Centro de Referência de Porto dos Cori, abrigando todo o acervo cultural resgatado das comunidades atingidas e da comunidade quilombola respectivamente.

Além disso, o programa ambiental de Irapé incluiu diversas outras ações, relacionadas aos cuidados com a fauna, flora e com a cultura e patrimônio da região.

Materiais

Os cuidados referentes aos materiais da empresa prosseguiram em 2006. Merece destaque à reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da empresa, totalizando 305 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados aproximadamente 946 mil litros de óleo isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.

A campanha de coleta seletiva "Eu Amo Reciclar", implantada desde 2002, no edifício sede da CEMIG, conseguiu obter durante o ano de 2006, cerca de 62 mil quilos de material reciclável, sendo 46 mil quilos de papel, 12 mil quilos de papelão e 7 mil quilos de plástico. Todo o material recolhido foi repassado para a Organização Não-Governamental - ONG, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – Asmare.

Semana do Meio Ambiente

Anualmente a CEMIG realiza a Semana do Meio Ambiente e o tema escolhido para este ano foi "Sustentabilidade". O evento contou com a participação de mais de 1.800 estudantes do ensino fundamental de 17 escolas da rede pública, estadual e municipal de Belo Horizonte.

Durante a Semana do Meio Ambiente, foi lançado o "Guia ilustrado de peixes do São Francisco", que traz o levantamento de 22 espécies encontradas no trecho mineiro do Rio São Francisco e informações de cunho científico sobre as águas, os peixes, a pesca e os pescadores. Também foi lançada a Cartilha "Como conservar e recuperar matas ciliares", que foi produzida a partir de um projeto de P&D, firmado entre a Universidade Federal de Lavras - UFLA, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE e CEMIG, com a finalidade de mostrar, principalmente aos produtores rurais, a importância das matas ciliares às margens dos reservatórios e dos rios de Minas Gerais.

Fauna, Flora e Monitoramento da Qualidade de Água

Em 2006, continuamos com ações preventivas e corretivas em áreas degradadas por processos erosivos, próximos a estruturas ou na faixa de mais de 40 linhas de transmissão. Foram realizados e implantados diversos projetos de contenção de erosões e recuperação de áreas degradadas.

Com o objetivo de repovoar e manter a biodiversidade dos reservatórios da CEMIG e dos rios de Minas Gerais, foram realizados 70 peixamentos em todo Estado de Minas Gerais, com a soltura de 445 mil alevinos de diferentes espécies nativas das bacias dos rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Pardo. Esse trabalho envolveu a participação mais de 10.000 pessoas, entre alunos e representantes de diversos setores da sociedade.

Devido a preocupação da CEMIG com a flora, foram coletados 800 kg de sementes de um total de 110 espécies florestais nativas, que foram destinados aos viveiros florestais da Companhia e ao intercâmbio com diversas instituições afins. Foram produzidas 360.000 mudas de espécies nativas que foram distribuídas para prefeituras, ONG's e órgãos públicos e plantados 36 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais.

Para controlar a qualidade de água dos reservatórios, a CEMIG possui uma rede de monitoramento que abrange oito bacias (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), 34 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 46 reservatórios e 247 estações de coleta de água.

Arborização Urbana

Dentro das diretrizes da Companhia para diminuir as interrupções do fornecimento de energia elétrica causadas por árvores nas redes de distribuição urbana, foram treinados e capacitados, em 2006, cerca de 350 profissionais próprios, de empresas contratadas e de prefeituras em técnicas de poda de árvores urbanas e arborização urbana.

Em continuidade ao projeto, que é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal do Paraná, 2.500 indivíduos foram instruídos sobre metodologia para avaliação de árvores em risco de queda, visando à substituição preventiva das mesmas, evitando com isso, danos a pessoas, veículos e à rede elétrica.

Além disso, foram produzidas 25.000 mudas e 300 kg de sementes de espécies adequadas para plantio junto às redes de distribuição de eletricidade. Todo o material é fornecido gratuitamente às prefeituras do Estado de Minas Gerais e para outras instituições correlatas.

Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas Estações Ambientais e Usinas recebeu este ano, 8.000 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

O Projeto Cemig de Educação Ambiental nas Escolas, programa “Terra da Gente” pretende contribuir para a educação ambiental no Estado de Minas Gerais, tendo sido realizado nas escolas do 2º ciclo do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). durante os anos de 2001 a 2005 nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Em 2006, a CEMIG e a Fundação Biodiversitas elaboraram o concurso “Aventure-se no Terra da Gente”, com o objetivo de colher informações sobre a eficiência do programa para a difusão de conceitos sobre o meio ambiente e sua conservação.

A partir da realização do concurso a adesão ao Programa Terra da Gente cresceu de 207 para 313 escolas. Vale destacar que a mobilização proporcionada por este concurso. Estima-se que cerca de 7.000 pessoas, entre alunos, professores e voluntários participaram ajudando os estudantes na elaboração e execução dos 63 projetos apresentados para seleção.

Pesquisa e Desenvolvimento

A CEMIG vem desenvolvendo diversos projetos na área ambiental de P&D Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, gerenciados pela ANEEL, juntamente com universidades e instituições de pesquisas, com a conclusão de 8 projetos em 2006.

Com o objetivo de divulgar resultados de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados à qualidade de água, ictiofauna e relações entre usinas e ecossistemas aquáticos adjacentes, realizamos o seminário de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da Cemig Geração e Transmissão, com participação de vários grupos de pesquisas e técnicos de diversas áreas da Empresa.

Em 2006 foi instalado o primeiro transformador 100% a óleo vegetal, em parceria com a ABB. Esse equipamento foi energizado no município de Contagem e atende a 37,2 mil consumidores em média e baixa tensão e um consumidor em 138kV. A CEMIG tem sido pioneira em iniciativas que auxiliem na proteção do meio ambiente.

Dando continuidade ao Projeto Verde Minas, iniciado em 2004, de um total de 450 áreas ambientais protegidas identificadas no Estado de Minas Gerais, cerca de 300 estão disponíveis na forma geo-referenciadas no nosso banco de dados. Durante este ano, foi elaborada uma análise detalhada de qualidade e confiabilidade dos dados disponíveis para consulta na empresa, com o objetivo de assegurar uma relação harmoniosa entre os projetos de linhas e redes de energia elétrica e as áreas protegidas.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2006, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Carta Capital/TNS Interscience - “Empresa mais admirada no Brasil”

A CEMIG foi eleita, pela Carta Capital/TNS Interscience, dentre 23 empresas geradoras e comercializadoras de energia elétrica, a “empresa mais admirada no Brasil” em 2006, no segmento “Fornecedores de Energia”. Os entrevistados avaliaram as participantes do setor a que pertencem segundo 11 quesitos: “competir globalmente”, “compromisso com o País”, “compromisso com RH”, “ética”, “inovação”, “notoriedade”, “qualidade de gestão”, “qualidade de produtos e serviços”, “respeito pelo consumidor”, “responsabilidade social” e “solidez financeira”.

Dow Jones

A CEMIG foi incluída, pela sétima vez consecutiva, no grupo de companhias listadas pelo Dow Jones Sustainability World Index – DJSI e destacou-se em todas as dimensões: social, ambiental e econômica. O Dow Jones tornou-se um dos indicadores mais confiáveis para investidores do mundo inteiro e leva em consideração não apenas a performance financeira das empresas, mas, principalmente, todos os aspectos da sua política de responsabilidade social - preservação do meio ambiente, investimentos socioculturais, integração com a comunidade.

Prêmio Apimec – “Troféu de Companhia Aberta do ano”.

A CEMIG recebeu o Prêmio Apimec, na categoria Companhia Aberta. Com a premiação, a Empresa foi classificada como a que tem o melhor relacionamento com esse público no Brasil.

O prêmio é realizado anualmente pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - Apimec Nacional, com a participação de suas regionais São Paulo, Nordeste, Rio de Janeiro, Brasília, Sul e Minas Gerais.

Prêmio Abrasca 2006 – “Melhor Relatório Anual”.

A CEMIG venceu o prêmio Melhor Relatório Anual, na categoria Empresa Aberta, promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas - Abrasca. O relatório da CEMIG foi classificado em primeiro lugar, junto com o da Votorantim Celulose e Papel, entre os balanços de 71 empresas de capital aberto que se inscreveram no prêmio.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – “Troféu Transparência 2006”.

A CEMIG recebeu, pelo terceiro ano consecutivo, o Troféu Transparência-Finalista 2006, na categoria Capital Aberto. Esse prêmio é um reconhecimento público para as 10 melhores demonstrações contábeis publicadas no País. Este prêmio foi criado em 1997 pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - Anefac, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi e com a Serasa.

Guia Exame - Você S/A 2006 – “Lista das 150 Melhores Empresas para Trabalhar”

A CEMIG foi incluída na lista das 150 melhores empresas do País para trabalhar, segundo o Guia Exame - Você S/A 2006. Na disputa com mais de 500 empresas brasileiras, esta é a primeira vez que a CEMIG conquista esse resultado. O Guia apontou, entre outras vantagens, a política salarial agressiva e a estabilidade no emprego.

Prêmio Aberje Minas 2006 – “Empresa do Ano em Comunicação Empresarial”.

A CEMIG recebeu, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - ABERJE, o prêmio de empresa do ano em Comunicação Empresarial.

Além dessa conquista, a CEMIG também foi vencedora do Prêmio ABERJE Minas 2006 nas categorias "Jornal Interno", com a publicação Energia da Gente, e "Relacionamento com o investidor", com o Plano de Comunicação Integrada para Acionistas.

A CEMIG foi também finalista em outras cinco prêmios: "Campanha de Comunicação Integrada", com o caso da Usina de Irapé; "Jornal Externo", com o Cemig Notícias; "Internet", com o Portal Cemig; "Campanha de Comunicação de Marketing", com a Campanha de Prevenção de Queimadas; e "Vídeo Comunicação Externa", com o TV Cemig.

Prêmio Furnas Ouro Azul 2006

A CEMIG conquistou o primeiro lugar do troféu "Prêmio Furnas Ouro Azul 2006", na categoria "Empresa Pública", pelo trabalho "Água: caminho do desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha", uma referência às suas ações durante a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé.

O objetivo do Prêmio é valorizar os melhores projetos de preservação e uso racional sustentável da água por empresas, comunidades, governos, cidadãos e estudantes.

Prêmio USP - "Comunicação Corporativa".

A CEMIG conquistou o Prêmio USP de Comunicação Corporativa 2006, na categoria "Case de Comunicação Corporativa", apresentando as ações de comunicação implantadas na construção da Usina Hidrelétrica de Irapé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2006			2005		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			9.681.271			8.235.621
Resultado Operacional (RO)			2.339.696			2.203.266
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			893.475			790.596
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	70.027	7,84	0,72	41.437	5,24	0,50
Encargos sociais compulsórios	235.734	26,38	2,43	218.264	27,61	2,65
Previdência privada	169.910	19,02	1,76	153.471	19,41	1,86
Saúde	28.812	3,22	0,30	25.190	3,19	0,31
Segurança e medicina no trabalho	9.078	1,02	0,09	2.654	0,34	0,03
Educação	1.081	0,12	0,01	464	0,06	0,01
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	16.460	1,84	0,17	13.508	1,71	0,16
Creches ou auxílio-creche	1.608	0,18	0,02	1.599	0,20	0,02
Participação nos lucros ou resultados	209.991	23,50	2,17	259.805	32,86	3,15
Outros	11.073	1,24	0,11	13.950	1,76	0,17
Total - Indicadores Sociais Internos	753.774	84,36	7,79	730.342	92,38	8,87
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-	4.180	0,19	0,05
Cultura	18.996	0,81	0,20	13.260	0,60	0,16
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	34.990	1,50	0,36	23.651	1,07	0,29
Total das Contribuições para a Sociedade	53.797	2,31	0,56	41.029	1,87	0,50
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.594.707	239,12	57,79	5.148.250	233,66	62,51
Total - Indicadores Sociais Externos	5.648.504	241,43	58,35	5.189.279	235,53	63,01
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa e com programas e/ou projetos externos	58.112	2,48	0,60	85.425	3,88	1,04
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	58.112	2,48	0,60	85.425	3,88	1,04
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			10.658			10.271
Nº de admissões durante o período			529			95
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			396			471
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			3.346			2.974
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.454			1.361
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			7,7			6,81
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			3.299			3.163
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			9,30			9,09
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			ND			ND
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006			Metas 2007		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			17,55			ND
Número total de acidentes de trabalho			117			ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2006:	10.372.054		Em 2007:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	54,41% governo 13,35% acionistas	15,63% colaboradores (as) 13,38% terceiros	3,24% retido	ND% governo ND% acionistas	ND% colaboradores (as) ND% terceiros	ND% retido
7) Outras Informações						
I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2005, cerca de R\$61 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas.						
II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos. Merecem destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da empresa, totalizando, no ano de 2005, 240 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também, em 2005, aproximadamente 850 mil litros de óleo isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.						
III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possuem metas de redução. A Diretoria da Cemig e a entidade sindical representativa dos seus empregados conduziram, em 2003, a definição de um indicador de consumo de água por empregado.						

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2002	2003	2004	2005	2006
Atendimento					
Número de consumidores (em milhares)	5.591	5.744	5.875	6.010	10.042
Número de empregados	11.468	11.302	10.668	10.271	14.864
Número de consumidores por empregado	488	508	551	585	675
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	774	774	805
Mercado					
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478	567.478	567.478	580.626
Geração Própria (GWh) (*)	21.608	27.025	26.922	30.411	32.187
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.378	1.380	1.351	1.337	1.313
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)					
Residencial	281,60	356,95	416,26	474,23	487,52
Comercial	241,00	305,89	356,03	410,81	435,97
Industrial	100,05	132,39	154,38	124,41	128,04
Rural	148,00	186,42	214,42	249,13	265,27
DEC (horas)	13,01	10,74	10,93	12,21	13,02
FEC (número de interrupções)	7,34	6,42	6,58	6,78	6,42
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	65	54	55	61	65
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	48	48	52	54	62
Número de Subestações	424	427	434	440	469
Linhas de Transmissão (Km)	4.847	4.829	4.856	4.892	5.364
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.152	16.185	16.086	16.040	16.788
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	55.718	82.867	83.527	84.585	93.850
Rural	274.841	276.437	283.910	294.815	308.689
Capacidade Instalada (MW)	5.713	5.771	5.949	6.113	6.692
Financeiros					
Receita operacional – R\$ milhões	6.752	7.968	9.748	11.703	13.570
Receita operacional líquida – R\$ milhões	5.119	5.623	6.985	8.236	9.681
Margem operacional - %	10,27	21,81	24,08	26,75	24,01
LAJIDA ou EBITDA – R\$ milhões	1.076	1.797	2.266	2.798	3.012
Lucro líquido (Prejuízo) – R\$ milhões	(1.002)	1.198	1.385	2.003	1.719
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de 1000 ações (Controladora)	(6,18)	7,39	8,54	12,35	10,60
Patrimônio líquido – R\$ milhões	5.681	6.559	7.251	7.185	7.522
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	35,05	40,47	44,74	44,33	46,39
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	(14,99)	22,34	23,60	38,66	29,62
Endividamento do patrimônio líquido - %	142,65	128,67	131,58	175,86	206,05
Liquidez Corrente	0,66	0,73	0,86	0,91	1,24
Liquidez Geral	0,65	0,74	0,80	0,78	0,73

(*) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (652 GWh) e o consumo interno das usinas.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

Wilson Nélio Brumer
Djalma Bastos de Moraes
Aécio Ferreira da Cunha
Alexandre Heringer Lisboa
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
Nilo Barroso Neto
Wilton de Medeiros Daher
Carlos Augusto Leite Brandão
Andréa Paula Fernandes Pansa
Evandro Veiga Negrão de Lima
José Augusto Pimentel Pessoa
Haroldo Guimarães Brasil

Membros Suplentes

Fernando Lage de Melo
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Eduardo Lery Vieira
Franklin Moreira Gonçalves
Lauro Sérgio Vasconcelos David
Marco Antônio Rodrigues da Cunha
Luiz Henrique de Castro Carvalho
Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Luiz Aníbal de Lima Fernandes
Eduardo Leite Hoffmann
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Andréa Leandro Silva
Eduardo Castilho Vasconcelos
Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz César da Neto
Luiz Otávio Nunes West
Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ronald Gastão Andrade Reis
Augusto César Calazans Lopes
Carlos Volpe de Paiva
Aliomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome

Djalma Bastos de Moraes
José Carlos de Mattos
Luiz Fernando Rolla
Fernando Henrique Schüffner Neto
José Maria de Macedo
Marco Antonio Rodrigues da Cunha

Cargo

Diretor-Presidente e, cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
Diretor de Planejamento, Projetos e Construções
Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Diretor de Geração e Transmissão
Diretor de Distribuição e Comercialização
Diretor de Gestão Empresarial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3299-3930 – 3299-4015
Fax: (31) 3299-3934 - 3299-3933

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br , www.ri.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 5)	1.375.501	1.344.135	23.389	300.510
Consumidores e Revendedores (nota 6)	2.074.983	1.343.779	-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 8)	355.599	271.800	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	358.205	303.157	-	-
Tributos Compensáveis (nota 11)	284.197	359.711	12.443	215.819
Despesas Antecipadas – CVA (nota 10)	459.898	539.321	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 9)	123.056	225.771	-	-
Créditos Tributários (nota 12)	125.790	107.078	24.047	42.839
Dividendos a Receber	-	-	1.152.772	1.316.980
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 15)	107.959	69.031	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 13)	791.231	321.445	-	-
Estoques	34.980	26.082	17	19
Outros Créditos	303.201	286.528	7.366	60.127
TOTAL DO CIRCULANTE	6.394.600	5.197.838	1.220.034	1.936.294
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 14)	1.726.293	1.518.672	-	1.518.672
Fundo de Direitos Creditórios (nota 14)	-	-	744.502	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 8)	979.008	1.001.305	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 10)	159.738	46.549	-	-
Créditos Tributários (nota 12)	678.592	410.337	280.457	233.332
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 9)	34.637	96.029	-	-
Tributos Compensáveis (nota 11)	601.091	219.362	289.024	135
Depósitos Vinculados a Litígios	254.905	83.097	82.923	65.100
Consumidores e Revendedores (nota 6)	100.734	64.190	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 15)	215.559	374.622	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 13)	127.488	853.994	-	-
Outros Créditos	24.793	14.337	4.632	11.845
Total do Realizável a Longo Prazo	4.902.838	4.682.494	1.401.538	1.829.084
Investimentos (nota 16)	998.875	977.023	6.838.844	6.154.930
Imobilizado (nota 17)	10.829.657	8.898.368	2.491	7.448
Diferido	82.746	61.982	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.814.116	14.619.867	8.242.873	7.991.462
ATIVO TOTAL	23.208.716	19.817.705	9.462.907	9.927.756

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 18)	913.773	764.841	6.346	20.202
Encargos Regulatórios (nota 21)	436.535	209.770	-	-
Participações nos Lucros (nota 29)	74.038	76.959	5.450	5.208
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 19)	994.577	666.697	22.991	38.080
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar (nota 24)	1.373.828	2.064.251	1.373.828	2.064.251
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	800.434	458.833	6.792	8.713
Debêntures (nota 20)	33.514	526.098	-	-
Salários e Contribuições Sociais	185.017	174.459	7.672	9.130
Passivo Regulatório – CVA (nota 10)	328.143	208.195	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 22)	139.113	161.003	5.933	10.160
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 34)	176.575	145.682	-	-
Outras Obrigações	293.183	262.894	24.501	19.935
TOTAL DO CIRCULANTE	5.748.730	5.719.682	1.453.513	2.175.679
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 18)	271.928	337.069	-	-
Passivo Regulatório – CVA (nota 10)	119.907	31.508	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	5.620.190	3.249.418	73.587	73.587
Debêntures (nota 20)	1.194.799	701.184	30.009	-
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 19)	449.521	799.067	96.851	85.426
Provisões para Contingências (nota 23)	534.980	357.094	229.714	350.400
Obrigações Pós-Emprego (nota 22)	1.450.850	1.284.677	56.749	57.776
Outras Obrigações	107.660	133.652	31	33
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.749.835	6.893.669	486.941	567.222
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (nota 16)	90.080	-	-	-
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	97.618	19.499	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social (nota 24)	1.621.538	1.621.538	1.621.538	1.621.538
Reservas de Capital (nota 24)	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros (nota 24)	1.841.570	1.503.972	1.841.570	1.503.972
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.522.453	7.184.855	7.522.453	7.184.855
PASSIVO TOTAL	23.208.716	19.817.705	9.462.907	9.927.756

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005 Reclassificado	2006	2005 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 25)	11.135.000	9.156.031	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 13)	-	591.010	-	-
Receita de Uso da Rede (nota 26)	1.927.972	1.522.786	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 27)	506.900	432.786	1.457	2.558
	13.569.872	11.702.613	1.457	2.558
Deduções à Receita Operacional (nota 28)	(3.888.601)	(3.466.992)	(81)	(19)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.681.271	8.235.621	1.376	2.539
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 29)	(2.112.673)	(1.454.930)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(802.352)	(640.733)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(157.732)	(155.948)	-	-
	(3.072.757)	(2.251.611)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores (nota 29)	(1.193.061)	(988.120)	-	-
Entidade de Previdência Privada (nota 22)	(159.647)	(141.484)	-	-
Materiais	(78.519)	(88.724)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(36.812)	(852)	-	-
Serviços de Terceiros (nota 29)	(411.318)	(355.053)	-	-
Depreciação e Amortização	(626.926)	(551.906)	-	-
Provisões Operacionais (nota 29)	(23.976)	(70.608)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(138.955)	(145.132)	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(554.448)	(415.907)	-	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento (nota 29)	(187.697)	(210.588)	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(333.983)	(296.034)	-	-
Outras	(143.117)	(125.287)	-	-
	(3.888.459)	(3.389.695)	-	-
CUSTO TOTAL	(6.961.216)	(5.641.306)	-	-
LUCRO BRUTO	2.720.055	2.594.315	1.376	2.539
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	(152.719)	(119.930)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(72.246)	(208.217)	8.151	(79.957)
Outras Despesas Operacionais	(155.394)	(62.902)	-	-
	(380.359)	(391.049)	8.151	(79.957)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras Líquidas e Juros sobre o Capital Próprio	2.339.696	2.203.266	9.527	(77.418)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	1.594.595	1.550.213
Resultado Financeiro Líquido (nota 30)	(49.674)	322.383	108.659	501.222
Juros sobre Capital Próprio	(169.067)	(635.000)	(169.067)	(635.000)
	(218.741)	(312.617)	(60.408)	(133.778)
Lucro Operacional	2.120.955	1.890.649	1.543.714	1.339.017
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (nota 31)	(36.795)	(52.415)	(10.223)	(16.990)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.084.160	1.838.234	1.533.491	1.322.027
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 12)	(599.300)	(109.711)	26.217	57.000
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 12)	71.704	(360.820)	(9.934)	(10.628)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias	1.556.564	1.367.703	1.549.774	1.368.399
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	169.067	635.000	169.067	635.000
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	(6.790)	696	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.718.841	2.003.399	1.718.841	2.003.399
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$			10,60	12,35

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	1.621.538	4.032.222	1.570.502	-	27.123	7.251.385
Reversão de Dividendos	-	-	520	-	-	520
Dividendos Complementares – 2004 (R\$0,47 por lote de mil ações)	-	-	(76.500)	-	-	(76.500)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.003.399	-	2.003.399
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	100.170	(100.170)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$3,92 por lote de mil ações)	-	-	-	(635.000)	-	(635.000)
Dividendos Complementares (R\$2,85 por lote de mil ações)	-	-	-	(461.949)	-	(461.949)
Retenção de Lucros	-	-	806.280	(806.280)	-	-
Dividendos Extraordinários (R\$5,53 por lote de mil ações)	-	-	(897.000)	-	-	(897.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	1.621.538	4.032.222	1.503.972	-	27.123	7.184.855
Reversão de Dividendos	-	-	538	-	-	538
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.718.841	-	1.718.841
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	85.942	(85.942)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$1,04 por lote de mil ações)	-	-	-	(169.067)	-	(169.067)
Dividendos Complementares (R\$4,41 por lote de mil ações)	-	-	-	(715.714)	-	(715.714)
Retenção de Lucros	-	-	241.298	(241.298)	-	-
Dividendos Extraordinários (R\$3,07 por lote de mil ações)	-	-	-	(497.000)	-	(497.000)
Reserva Estatutária	-	-	9.820	(9.820)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	1.621.538	4.032.222	1.841.570	-	27.123	7.522.453

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das Operações				
Lucro Líquido do Exercício	1.718.841	2.003.399	1.718.841	2.003.399
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante				
Depreciação e Amortização	672.257	594.598	694	545
Baixas Líquidas de Imobilizado	21.596	52.209	4.182	845
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.594.595)	(1.550.213)
Obrigações Pós-Emprego	169.910	153.471	7.871	7.552
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	(392.919)	(979.068)	(179.340)	(307.993)
Reajuste Tarifário Diferido	-	(591.010)	-	-
Imposto Federais Diferidos	(100.818)	230.700	-	(144.085)
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	-	(76.244)	-	-
Provisão de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	86.154	309.425	29.217	31.259
Provisão (Reversão) para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	19.978	(223.016)	19.978	(223.016)
Provisão (Reversão) para Perdas Operacionais	(124.208)	(49.586)	(142.565)	(55.559)
Outros	(17.417)	(2.397)	-	-
	<u>2.053.374</u>	<u>1.422.481</u>	<u>(135.717)</u>	<u>(237.266)</u>
De Terceiros e Acionistas				
Financiamentos Obtidos	2.265.902	1.556.110	30.000	73.587
Alienação de Participação no FIDC	-	-	900.000	-
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	26.611	-
Reversão de Dividendos	538	520	538	520
Dividendos a Receber de Controladas	-	-	1.480.255	1.417.426
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	78.760	77.784	-	77.784
Obrigações Especiais	303.613	75.873	-	-
	<u>2.648.813</u>	<u>1.710.287</u>	<u>2.437.404</u>	<u>1.569.317</u>
Outras Origens				
Tributos e Contribuição Social transferidos do Passivo Circulante para Não Circulante	11.425	-	11.425	74.284
Ativo Circulante Líquido Inicial de Controladas Adquiridas	262.390	-	-	-
Redução do Realizável a Longo Prazo	21.045	6.364	-	-
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Circulante				
Depósito Judicial	-	-	4.298	-
Despesas Antecipadas – CVA	54.351	249.660	-	-
Ativo Regulatório -PIS/COFINS	184.071	66.539	-	-
Créditos Tributários	-	101.655	-	54.322
Recomposição Tarifária Extraordinária	300.898	205.109	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	764.139	374.864	-	-
Revendedores - Transações com energia livre	94.430	416.584	-	-
Outros	75.307	133.138	-	3
	<u>1.768.056</u>	<u>1.553.913</u>	<u>15.723</u>	<u>128.609</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>6.470.243</u>	<u>4.686.681</u>	<u>2.317.410</u>	<u>1.460.660</u>
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Tributos Compensáveis	348.816	70.243	288.889	-
Créditos Tributários transferidos do Ativo Circulante para o Não Circulante	30.962	-	47.125	-
Depósito Judicial	120.428	-	-	-
Despesas Antecipadas – CVA Transferência do Ativo Circulante para o não Circulante	50.697	114.958	-	-
Em Investimentos	552.681	68.825	569.574	58.576
No Imobilizado	1.468.732	1.360.283	-	222
No Diferido	1.998	2.296	-	-
Juros sobre Capital Próprios e Dividendos	1.381.781	2.070.449	1.381.781	2.070.449
Transferência Obrigações Líquidas de Curto Prazo p/ Controladas - Desverticalização	-	-	-	(1.067.324)
Transferência do Passivo Não Circulante para o Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	430.217	307.743	-	-
Tributos e Contribuição Social	346.753	348.097	-	-
Fornecedores - Suprimento	136.010	70.591	-	-
Obrigações Pós-Emprego	220.073	222.337	8.899	16.369
Créditos Tributários	49.676	-	-	-
Encargos Regulatórios	34.683	-	-	-
Passivos Regulatórios - CVA	20.689	-	-	-
Outras	108.333	9.169	15.236	8.573
	<u>5.302.529</u>	<u>4.644.991</u>	<u>2.311.504</u>	<u>1.086.865</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>5.302.529</u>	<u>4.644.991</u>	<u>2.311.504</u>	<u>1.086.865</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>1.167.714</u>	<u>41.690</u>	<u>5.906</u>	<u>373.795</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				
No fim do exercício				
Ativo Circulante	6.394.600	5.197.838	1.220.034	1.936.294
Passivo Circulante	(5.748.730)	(5.719.682)	(1.453.513)	(2.175.679)
	<u>645.870</u>	<u>(521.844)</u>	<u>(233.479)</u>	<u>(239.385)</u>
No início do exercício-				
	<u>(521.844)</u>	<u>(563.534)</u>	<u>(239.385)</u>	<u>(613.180)</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>1.167.714</u>	<u>41.690</u>	<u>5.906</u>	<u>373.795</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding desde 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2006 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não auditadas pelos auditores independentes):

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão;
- Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 79,39% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,8 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, com que detém 852 MW de capacidade instalada;
- Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada - participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;
- Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;
- Cemig PCH S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto - participação de 17,51%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto - participação de 14,94%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16;

- ❑ Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto - participação de 7,50%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina. A aquisição de participação no capital desta empresa teve seu processo concluído em agosto de 2006. Vide Nota Explicativa nº. 16.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2006:

- ❑ Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- ❑ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ❑ Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- ❑ Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí 230 kV;
- ❑ Transchile Charrúa Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia adotou, de forma antecipada, nestas demonstrações financeiras, os novos procedimentos de divulgação constantes das deliberações CVM nºs 505 (“Eventos Subseqüentes a Data do Balanço Patrimonial”) e 506 (“Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”).

A Companhia já havia adotado, de forma antecipada, em 31 de dezembro de 2005, os principais procedimentos contábeis constantes da Deliberação CVM nº 488 (Normas e Procedimentos de Contabilidade – Apresentação e Divulgações) de 03 de outubro de 2005 e Deliberação CVM nº 489 (Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas) de 03 de outubro de 2005.

As principais alterações resultantes da aplicação dessas Deliberações foram as seguintes:

- Apresentação do grupo “Não circulante” no ativo e no passivo;
- Apresentação da conta “Intangível”, classificada no grupo “Não circulante”; e (*)
- Reclassificação dos depósitos judiciais, anteriormente classificados no ativo, para o passivo, como redutor da conta “provisão para contingências”, nas situações onde seja aplicável.

Adicionalmente, a CEMIG está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por empresa, respectivamente.

Reclassificação de Saldos Contábeis

Para melhor comparabilidade e análise da demonstração do resultado consolidado, a Companhia reclassificou determinados saldos referentes ao exercício de 2005, como segue:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado e Controladora Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado e Controladora Valor (R\$)</u>
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Depósitos Judiciais	(21.880)	Provisão para Contingências	21.880
	<u>(21.880)</u>		<u>21.880</u>

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u>
Custos Operacionais – Custo de Operação			Despesa Financeira		
Provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE	278.166	-	Provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE	(309.425)	(31.259)
Despesa Operacional					
Outras Despesas Operacionais	31.259	31.259			
	<u>309.425</u>	<u>31.259</u>		<u>(309.425)</u>	<u>(31.259)</u>

A provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE foi reclassificada para o resultado financeiro por se tratar basicamente da atualização financeira da provisão originalmente constituída, tendo em vista que o ativo que deu origem a provisão também é atualizado monetariamente, com o registro da receita financeira.

Os depósitos judiciais foram reclassificados para atendimento aos novos critérios de divulgação constantes da Deliberação CVA nº 408, mencionada anteriormente.

2.2) Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

Em 14 de fevereiro de 2007 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração - São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados.

Atividades de Controlada não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no Grupo de Investimentos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos, no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo não Circulante, não sendo depreciados.

Custos não controláveis – CVA - As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A. e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo (quando o valor efetivamente pago foi inferior ao utilizado para cálculo da tarifa). Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos - As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição. Os demais Investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço e Investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo valor recebido de clientes e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas, sendo apresentadas nos Balanços Patrimoniais como redutoras do Ativo Imobilizado.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos da provisão para perdas, quando aplicável.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos - Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às Imobilizações em Curso durante o período de construção.

Obrigações Pós-Emprego - Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registradas com base em cálculos atuariais, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações.

Resultado de Exercícios Futuros - Refere-se ao deságio apurado pela controlada RME na aquisição da Light S.A., com base na expectativa de rentabilidade futura da Companhia adquirida e amortização durante o período da concessão. E será amortizado durante o período de vigência da concessão (até 2026).

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício, observando-se as perspectivas de sua realização.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de Estimativas - A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Custos não Controláveis – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas em conjunto, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações minoritárias no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As demonstrações financeiras da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do ano.

Deve ser ressaltado que a partir do 3º trimestre de 2006, a Companhia passou a consolidar proporcionalmente as demonstrações financeiras da RME e das empresas de transmissão ETEP, ENTE, ERTE, EATE e ECTE, sendo registrados como equivalência patrimonial e incluídas nos resultados consolidados apurados a partir de 1º de agosto de 2006.

As datas das demonstrações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Informações não auditadas	
			Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	161,700	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana - RJ	55,000	04/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	12/2005	04/2032
Outras	Diversas	115,210	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	26,199	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	75,421	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	19,848	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	36,321	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	11,313	07/1996	06/2026
		6.507,158		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/2000	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	01/2005	08/2024
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga - MG	40,000	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	12,900	02/2006	04/2023
		184,340		
TOTAL GERAÇÃO		6.692,499		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas				
Capim Branco II	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
Baguari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	-	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	-	10/2000	10/2030
Transleste - LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	-	02/2004	02/2034
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	-	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá - Açailândia	Pará/Maranhão	-	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	-	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	-	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos - Blumenau	Santa Catarina	-	11/2000	11/2030
Projetos em Andamento				
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
DISTRIBUIÇÃO				
Norte	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Light	Rio de Janeiro	-	07/1996	06/2026

As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da CEMIG nas controladas e também em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 16.

A transferência das concessões de geração da CEMIG para a Cemig Geração e Transmissão, decorrente da desverticalização, está em processo de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - "ANEEL".

Renovação de concessões de usinas de geração de energia elétrica

Em reunião ocorrida no dia 03 de outubro de 2006, a Diretoria da ANEEL, por maioria, decidiu aprovar o encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia - MME de um conjunto de alternativas (devidamente instruídas e apontando suas vantagens e desvantagens) para decisão quanto aos Requerimentos de Prorrogação de Concessões formulados pela controlada Cemig Geração e Transmissão para as usinas de Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias, Emborcação, Nova Ponte e Santa Luzia, com capacidade instalada total de 1.735 MW nos termos das opções a seguir sumarizadas:

- I. deferir os Pedidos, prorrogando-se as concessões mencionadas pelo prazo de 20 anos, indistintamente, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas;
- II. deferir os Pedidos, prorrogando-se as concessões acima identificadas pelo prazo estimado para a depreciação dos ativos reversíveis, limitado a 20 anos;
- III. indeferir os Pedidos, total ou parcialmente, com a conseqüente reversão dos ativos para a União e posterior realização das licitações de outorga dessas concessões. Nesta hipótese, poderia o Poder Concedente prorrogar as concessões acima identificadas pelo prazo necessário à operacionalização dos procedimentos licitatórios, bem assim à definição dos critérios para a redução e a forma de indenização dos bens reversíveis;
- IV. em qualquer das alternativas elencadas nos subitens I e II, poderia ainda o MME, adicional e complementarmente:
 - a) estabelecer que, ao término da vigência dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados a partir do leilão de energia existente, realizado em dezembro/2004, a energia assegurada das usinas com prazos de concessão prorrogados seja destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR;
 - b) optar pela imputação da cobrança pelo Uso de Bem Público, em valor equivalente ao da Reserva Global de Reversão - RGR apurada para cada usina, a partir da extinção deste encargo, prevista para o final de 2010, conforme art. 8º da Lei nº 9.648/98.

Caso o Ministério de Minas e Energia – MME venha indeferir os pedidos de renovação dessas concessões ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a controlada Cemig Geração e Transmissão ("concessão onerosa"), os atuais níveis de atividade e rentabilidade podem ser alterados.

Deve ser ressaltado que a Companhia possui todas as qualificações exigíveis para a prorrogação do prazo de concessão das usinas, conforme consta da Nota Técnica da ANEEL nº 061/2006, de 16 de agosto de 2006, emitida pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração. Desta forma, a Companhia tem a expectativa de renovação das concessões e não são esperadas perdas em função de uma eventual não renovação.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção dos empreendimentos de Porto Estrela e Queimado a Companhia se comprometeu, em conjunto com seus parceiros, a efetuar pagamentos à ANEEL como compensação pela exploração do empreendimento. As informações econômico-financeiras das concessões são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 31/12/06	Valor Presente em 31/12/06 (*)	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela	271.451	63.697	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Queimado	7.481	2.755	01/2004 a 12/2032	IGP-M

(*) O valor presente das concessões de Porto Estrela e Queimado foi calculado a uma taxa de 10,00% ao ano e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses correspondem a R\$91 e R\$273 (valor nominal de R\$96 e R\$286), respectivamente.

As parcelas pagas ao poder concedente referente as usinas de Porto Estrela e Queimado no exercício de 2006 corresponderam a R\$95 e R\$275, respectivamente.

As concessões a serem pagas à ANEEL prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a CEMIG reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Exigível a Longo Prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, conforme indicado anteriormente, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

No término da concessão, o valor residual dos empreendimentos deverá ser ressarcido pelo Poder Concedente a Companhia.

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Contas Bancárias	134.324	64.142	1.847	3.452
Aplicações Financeiras - Certificado de Depósito Bancário	1.241.177	1.279.993	21.542	297.058
	1.375.501	1.344.135	23.389	300.510

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas tem sua remuneração baseada, substancialmente, na variação do CDI ("Certificado de Depósito Interfinanceiro") com prazo de resgate inferior a 90 dias.

6) – CONSUMIDORES E REVENDADORES

Classe de Consumidor	Consolidado							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Residencial	415.878	355.634	178.131	45.894	215.607	108.004	809.616	509.532
Industrial	308.034	211.472	57.954	29.729	307.556	250.262	673.544	491.463
Comércio, Serviços e Outras	228.122	171.912	70.641	23.553	134.072	94.207	432.835	289.672
Rural	57.586	48.674	16.138	7.042	17.636	17.366	91.360	73.082
Poder Público	39.821	34.626	17.558	2.997	35.686	18.114	93.065	55.737
Iluminação Pública	85.361	64.755	12.578	3.566	24.989	9.138	122.928	77.459
Serviço Público	87.239	38.750	2.457	551	74.948	4.571	164.644	43.872
Subtotal – Consumidores	1.222.041	925.823	355.457	113.332	810.494	501.662	2.387.992	1.540.817
Suprimento a Outras								
Concessionárias	145.904	17.827	-	-	-	-	145.904	17.827
Provisão para Créditos de								
Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(458.913)	(214.865)	(458.913)	(214.865)
	1.367.945	943.650	355.457	113.332	351.581	286.797	2.074.983	1.343.779

Classe de Consumidor	Controladora							
	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Residencial	-	-	-	-	29.363	33.454	29.363	33.454
Industrial	-	-	-	-	42.044	47.767	42.044	47.767
Comércio, Serviços e Outras	-	-	-	-	22.031	23.707	22.031	23.707
Rural	-	-	-	-	5.245	5.458	5.245	5.458
Poder Público	-	-	-	-	1.452	1.883	1.452	1.883
Iluminação Pública	-	-	-	-	2.676	2.676	2.676	2.676
Serviço Público	-	-	-	-	1.113	1.212	1.113	1.212
Subtotal – Consumidores	-	-	-	-	103.924	116.157	103.924	116.157
Suprimento a Outras								
Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Créditos de								
Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(103.924)	(116.157)	(103.924)	(116.157)
	-	-	-	-	-	-	-	-

Encontra-se registrado no Ativo Realizável a Longo Prazo Consolidado valores a receber, no montante de R\$50.357 (R\$64.190 em 31 de dezembro de 2005), referentes a renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, a serem quitados até setembro de 2012, e Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, a serem quitados até março de 2010.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Residencial	159.599	80.941	29.363	33.454
Industrial	132.065	64.621	42.044	47.767
Comércio, Serviços e Outras	86.335	47.567	22.031	23.707
Rural	12.922	9.192	5.245	5.458
Poder Público	17.848	3.741	1.452	1.883
Iluminação Pública	13.990	5.863	2.676	2.676
Serviço Público	36.154	2.940	1.113	1.212
	458.913	214.865	103.924	116.157

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2006 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2005	214.865	116.157
Constituição (reversão) de Provisão	128.618	(12.233)
Saldo Inicial de Controladas	126.782	-
Baixa de Contas a Receber	(11.352)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2006	458.913	103.924

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Ativos				
Recomposição Tarifária extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 8	1.334.607	1.273.105	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 9	157.693	321.800	-	-
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 13	918.719	1.175.439	-	-
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 15	323.518	443.653	-	-
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 10	619.636	585.870	-	-
	<u>3.354.173</u>	<u>3.799.867</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos				
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 18	(352.039)	(362.000)	-	-
Fornecedores – CCEE – Energia Livre – Nota nº 18	(78.989)	(118.527)	-	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 10	(448.050)	(239.703)	-	-
	<u>(879.078)</u>	<u>(720.230)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Impostos, Taxas e Contribuições - Obrigações Diferidas – Nota nº 19	(957.085)	(1.108.513)	(96.851)	(85.426)
	<u>(1.836.163)</u>	<u>(1.828.743)</u>	<u>(96.851)</u>	<u>(85.426)</u>
Total	<u>1.518.010</u>	<u>1.971.124</u>	<u>(96.851)</u>	<u>(85.426)</u>

8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela “A” ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”). Como a Cemig Distribuição S.A. e a Light são apenas repassadoras às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada simultaneamente para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Os créditos de RTE referente à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$165.890 em 31 de dezembro de 2006 (R\$180.805 em 31 de dezembro de 2005), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Provisão para perdas

A CEMIG e suas controladas elaboraram estudos para verificar se o prazo estipulado pela ANEEL para recuperação dos valores homologados será suficiente. Na elaboração deste estudo são consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base nos estudos, foi estimada em R\$406.216 provisão para perdas na realização dos valores da RTE (R\$277.000 em 31 de dezembro de 2005), registrada como redutora do ativo respectivo e com contrapartida no resultado financeiro.

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela “A” deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela “A”

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela “A”, registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	2006	2005
	Total	Total
CEMIG - Controladora		
Perdas com o Racionamento	223.933	194.715
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(223.933)</u>	<u>(194.715)</u>
	-	-
Cemig Distribuição S.A		
Perdas com o Racionamento	299.069	438.775
Repasse a ser efetuado aos geradores	337.370	366.730
Parcela A	632.388	549.885
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(90.044)</u>	<u>(82.285)</u>
	1.178.783	1.273.105
RME - Light		
Perdas com o Racionamento	101.507	-
Repasse a ser efetuado aos geradores	70.720	-
Parcela A	75.836	-
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(92.239)</u>	<u>-</u>
	155.824	-
Total da RTE e da Parcela “A”	<u>1.334.607</u>	<u>1.273.105</u>
Ativo Circulante	355.599	271.800
Realizável a Longo Prazo	<u>979.008</u>	<u>1.001.305</u>

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre, estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante, na conta de Fornecedores, no montante de R\$124.557 e R\$227.482 (R\$97.877 e R\$264.123 em 31 de dezembro de 2005), respectivamente.

9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2006	2005
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	402.752	517.681
Provisão para perdas na realização	(245.059)	(195.881)
	<u>157.693</u>	<u>321.800</u>
Circulante	123.056	225.771
Realizável a Longo Prazo	<u>34.637</u>	<u>96.029</u>

Os valores a receber referem-se à diferença entre os preços pagos nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a subsidiária Cemig Geração e Transmissão, desde março de 2003.

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão no âmbito da CCEE são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas

A subsidiária Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE e repassar os valores devidos à Companhia.

Foi elaborado estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$245.059 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de dezembro de 2006 (R\$195.881 em 31 de dezembro de 2005), registrada como redutora do ativo respectivo e com contrapartida no resultado financeiro.

10) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVO REGULATÓRIO – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis das Distribuidoras, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2006	2005
Cemig Distribuição	143.204	346.167
RME - Light	28.382	-
	171.586	346.167
Ativo Circulante	459.898	539.321
Realizável a Longo Prazo	159.738	46.549
Passivo Circulante	(328.143)	(208.195)
Passivo Não Circulante	(119.907)	(31.508)
Valores Líquidos	171.586	346.167

11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
ICMS a Recuperar	15.088	8.030	3.508	3.506
Imposto de Renda	144.350	296.569	7.325	191.777
Contribuição Social	42.893	40.983	5	15.646
Outros	81.866	14.129	1.605	4.890
	284.197	359.711	12.443	215.819
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	312.434	219.362	367	135
Imposto de Renda	260.013	-	260.013	-
Contribuição Social	28.644	-	28.644	-
	601.091	219.362	289.024	135
	885.288	579.073	301.467	215.954

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a antecipações líquidas de pagamentos referentes às obrigações a pagar do exercício de 2006 e retenções sobre os Juros sobre o Capital Próprio das controladas. Também encontram-se provisionados valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados nos anos subsequentes, com outros impostos federais que venham a ser apurados.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos a partir do 2º trimestre de 2007.

12) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	367.944	61.846	108.152	48.036
Provisão para Contingências	163.185	116.087	73.668	114.612
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição				
Tarifária Extraordinária e Energia Livre	190.072	160.780	76.137	66.203
Obrigações Pós-Emprego	49.279	-	2.423	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	166.697	80.685	35.334	39.493
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	58.524	72.198	7.455	6.536
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(239.472)	-	-	-
Outros	48.153	25.819	1.335	1.291
	804.382	517.415	304.504	276.171
Ativo Circulante	125.790	107.078	24.047	42.839
Realizável a Longo Prazo	678.592	410.337	280.457	233.332

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 08 de fevereiro de 2007, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 14 de fevereiro de 2007,

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2006, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2007	125.790	24.047
2008	336.193	129.041
2009	93.439	32.812
2010	96.319	36.305
2011	77.674	27.682
2012 a 2014	269.055	32.806
2015 a 2016	45.384	21.811
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - RME-Light	(239.472)	-
	804.382	304.504

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 31 de dezembro de 2006, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$442.760 (R\$3.720 em 31 de dezembro de 2005). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

Os créditos não provisionados referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no exercício de 2006 (conforme nota explicativa nº 14). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no valor de R\$558.639. Parcela desses valores, no montante de R\$422.649 não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O valor registrado como provisão para não recuperação, reconhecido pela Light em exercícios anteriores, refere-se a créditos tributários sobre perdas fiscais acumuladas. Embora as atuais projeções de resultados da Light indiquem que a geração de lucros tributáveis é suficiente para absorver a totalidade dos créditos fiscais, os mesmos não foram reconhecidos uma vez que a Light não possui histórico de lucro tributável nos últimos três anos, conforme determina a Instrução CVM nº 371.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.084.160	1.838.234	1.533.491	1.322.027
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(708.614)	(625.000)	(521.387)	(449.489)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para Perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	142.577	75.826	142.577	75.826
Provisão (Reversão) referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	(2.619)	51.125	(2.619)	51.125
Reversão referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (Exigibilidade Suspensa)	-	7.266	-	7.266
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	542.162	527.072
Juros sobre Capital Próprio de Controladas	-	-	(140.268)	(172.652)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(9.179)	(6.178)	(233)	(218)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(11.413)	9.994	(130)	13.580
Outros	61.652	16.436	(3.819)	(6.138)
Imposto de Renda e Contribuição Social–Receita (Despesa) Efetiva	(527.596)	(470.531)	16.283	46.372

13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig Distribuição.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% será compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos para ocorrerem de 2004 a 2007, cumulativamente.

O reajuste aplicado às tarifas que passaram a vigorar em 8 de abril de 2004 incluiu um percentual adicional de 2,91%, que corresponde a R\$159.388. Como o valor da 1ª parcela deveria ter sido de R\$301.334, a diferença de R\$141.946 será compensada nos reajustes tarifários de 2005 a 2007.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	2006	2005
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	351.044	206.795
Atualização Monetária – IGP-M	137.107	99.469
(-) Valores Arrecadados	(519.044)	(80.437)
	<u>918.719</u>	<u>1.175.439</u>
Ativo Circulante	791.231	321.445
Realizável a Longo Prazo	<u>127.488</u>	<u>853.994</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 é de R\$397.346.

14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2.941.599.

Como resultado da conciliação realizada entre a CEMIG e o Estado dos critérios de atualização do contrato, desde a sua assinatura, conforme estabelecia no parágrafo único da Cláusula Primeira do Quarto Aditivo da CRC, o saldo devedor será reduzido de R\$102.131, chegando-se ao valor de R\$2.839.468, data base de 31 de dezembro de 2004, sendo que o valor de face em 31 de dezembro de 2006 corresponde a R\$3.252.585.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76.482, a valores de 31 de dezembro de 2004 e com o resultado da conciliação os valores das parcelas serão reduzidas na mesma proporção, conforme parágrafo anterior.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos e juros sobre o capital próprio devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser, a partir de 01 de janeiro de 2008, superior a 65%. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2006, já haviam sido amortizadas de forma antecipada as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2007.

Excepcionalmente em 2006, R\$30.000 dos dividendos retidos foram utilizados para aquisição, pelo Governo do Estado, de debêntures da CEMIG emitidas em conexão com a construção da usina de Irapé.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente conforme destacamos as principais a seguir:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida (3)

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(3) Para os exercícios de 2006 e 2007 os índices requeridos serão de 65,00% e 55,00% respectivamente.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

c) Provisão para perdas

Para definição do valor do FIDC a ser registrado, a Companhia elaborou uma projeção de resultados que não contemplou as novas aquisições de ativos previstas no Plano Diretor, e calculou o fluxo de caixa descontado dos 65,00% de dividendos a serem retidos até o vencimento da última parcela em 2035, utilizando uma taxa livre de desconto de 10,00% ao ano.

Em 27 de janeiro de 2006, data da constituição do FIDC, a diferença entre a avaliação do saldo do Fundo, com base na projeção de resultados utilizada pelo administrador do FIDC (R\$1.659.125) e a avaliação da CEMIG (R\$1.539.961) foi registrada como uma provisão para perdas no valor de R\$119.164. Em função da revisão das projeções da Companhia em dezembro de 2006, o valor da provisão foi integralmente revertido no resultado de 2006.

A movimentação do Contas a Receber do Contrato da CRC e do FIDC em 2006 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Contrato da CRC	
Saldo em 31 de dezembro de 2005	1.518.672
Juros e Variação Monetária (até 27 de janeiro de 2006)	41.267
Provisão para perdas	(19.978)
Saldo em 27 de janeiro de 2006	<u>1.539.961</u>
Fundo de Direitos Creditórios – FIDC	
Valor de Constituição do FIDC em 27 de janeiro de 2006 (líquido da provisão para perdas)	1.539.961
Atualização monetária das quotas seniores	134.940
Atualização monetária das quotas subordinadas	10.988
Amortização das quotas seniores	(52.149)
Amortização das quotas subordinadas	(26.611)
Reversão de provisão para perdas na CEMIG referente às quotas subordinadas	119.164
Saldo do FIDC em 31 de dezembro de 2006	<u>1.726.293</u>
Composição do FIDC em 31 de dezembro de 2006	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	981.791
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	683.228
Dividendos retidos pelo Fundo	61.274
	<u>744.502</u>
TOTAL	<u>1.726.293</u>

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 10 de agosto de 2006 e 28 de dezembro de 2006, os quais foram utilizados para amortização das cotas seniores, subordinadas e de despesas operacionais do FIDC, nos montantes de R\$55.697, R\$3.634, e R\$1.943 respectivamente. Entretanto, a amortização somente foi efetivada em 3 de janeiro de 2007.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2006, após a aprovação pela Assembléia de Acionistas. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$307.894 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, R\$128.148 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R\$179.746 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

d) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	31/12/2006	31/12/2005
Cemig Distribuição	298.510	413.790
Cemig Geração e Transmissão	-	29.863
RME – Light	25.008	-
	323.518	443.653
Ativo Circulante	107.959	69.031
Realizável a Longo Prazo	215.559	374.622

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.950.912	2.920.207
Cemig Distribuição	-	-	2.349.982	2.311.504
Infovias	-	-	297.471	272.583
Rosal Energia	-	-	105.105	117.499
Sá Carvalho	-	-	92.876	113.446
GASMIG	-	-	152.317	93.764
Horizontes Energia	-	-	66.098	71.614
Usina Térmica Ipatinga	-	-	65.488	72.061
Cemig PCH	-	-	51.438	49.381
Cemig Capim Branco Energia	-	-	46.484	31.050
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.610	12.552
UTE Barreiro	-	-	10.163	11.918
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	7.200	6.041
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	192	5.514
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.473	5.473
Transchile	-	-	13.370	4.186
Efficientia	-	-	3.208	3.032
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	1.609	2.801
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.662	2.671
Rio Minas Energia Participações	-	-	212.015	-
Cemig Trading	-	-	253	160
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	14.942	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	27.026	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	6.019	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	51.252	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	5.330	-
	-	-	6.557.495	6.107.457
Em Consórcios	979.485	967.055	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	7.272	8.391
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	31.597	35.547
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	27.420	-
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	40.549	-
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	9.286	-
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	154.047	-
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	7.467	-
Em Outros Investimentos	19.390	9.968	3.711	3.535
	998.875	977.023	281.349	47.473
	998.875	977.023	6.838.844	6.154.930

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2006			Janeiro a dezembro de 2006	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.950.912	583.403	614.108
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.349.982	731.089	769.567
Infovias	331.066.000	100,00	331.066	247.514	-	23.405
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.945	105.105	30.630	18.239
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	92.876	44.185	24.583
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	275.974	13.370	79.620
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.098	16.384	11.809
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.488	13.378	6.818
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	51.438	9.232	9.718
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	46.484	18.171	19.127
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	58.436	576	8.837
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	10.163	-	(1.755)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	50.000	30.000	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	192	5.503	180
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	27.286	27.286	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.208	238	414
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	1.609	2.794	1.602
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.063	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	848.056	-	138.746
Cemig Trading	10.000	100,00	160	253	-	93
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	17,51	58.751	85.335	-	19.489
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	100.840	138.986	43.005	34.492
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	30.702	7.485	8.848
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	14,94	232.328	343.147	-	84.368
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	64.783	22.028	26.486

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2005			Janeiro a dezembro de 2005	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.920.207	445.029	468.451
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.311.504	940.623	990.129
Infovias	331.066.000	99,94	331.066	222.763	-	(966)
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	117.499	-	18.888
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	113.446	16.135	22.896
GASMIG	186.030.754	55,19	76.660	169.884	7.769	51.660
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	71.614	-	6.378
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	72.061	1.756	7.277
Cemig PCH	1.000	100,00	1	49.381	-	-
Cemig Capim Branco Energia	1.000	100,00	1	31.050	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	10.000	12.552	-	160
UTE Barreiro	1.000	100,00	1	11.918	-	-
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	25.171	25.171	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	5.514	659	5.503
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	4.186	4.186	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.032	-	191
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	2.801	5.455	2.794
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	5.238	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	160	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	<u>31.12.2005</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Aportes/Aquisições</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>Outros</u>	<u>31.12.2006</u>
Cemig Geração e Transmissão	2.920.207	614.108	-	(583.403)	-	2.950.912
Cemig Distribuição	2.311.504	769.567	-	(731.089)	-	2.349.982
Infovias	272.583	23.405	577	-	906	297.471
Rosal Energia	117.499	18.239	-	(30.630)	(3)	105.105
Sá Carvalho	113.446	24.583	-	(44.185)	(968)	92.876
GASMIG	93.764	43.944	-	(7.379)	21.988	152.317
Horizontes Energia	71.614	11.809	-	(16.384)	(941)	66.098
Usina Térmica Ipatinga	72.061	6.818	-	(13.378)	(13)	65.488
Cemig PCH	49.381	9.718	1.571	(9.232)	-	51.438
Cemig Capim Branco Energia	31.050	19.127	14.478	(18.171)	-	46.484
Companhia Transleste de Transmissão	12.552	2.210	-	(144)	(8)	14.610
UTE Barreiro	11.918	(1.755)	-	-	-	10.163
Companhia Transudeste de Transmissão	6.041	-	1.252	-	(93)	7.200
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	5.514	180	-	(5.503)	1	192
Companhia Transirapé de Transmissão	5.473	-	-	-	-	5.473
Transchile	4.186	-	9.184	-	-	13.370
Efficientia	3.032	414	-	(238)	-	3.208
Central Termelétrica de Cogeração	2.801	1.602	-	(2.794)	-	1.609
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	2.671	-	3.991	-	-	6.662
Rio Minas Energia	-	34.684	177.415	-	(84)	212.015
Cemig Trading	160	93	-	-	-	253
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	-	2.046	14.722	(1.863)	37	14.942
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	-	4.335	29.073	(6.369)	(13)	27.026
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	-	674	6.332	(988)	1	6.019
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	-	7.896	50.799	(7.325)	(118)	51.252
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	-	898	5.612	(1.180)	-	5.330
	<u>6.107.457</u>	<u>1.594.595</u>	<u>315.006</u>	<u>(1.480.255)</u>	<u>20.692</u>	<u>6.557.495</u>

O valor registrado na coluna "outros" da Gasmig refere-se a ganho na incorporação da TSS Participações S.A, subsidiária integral da Gaspetro, que detinha 39,5% de participação no capital da Gasmig.

Os saldos integrais das controladas em 2006 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	<u>Gas mig</u>	<u>Transleste</u>	<u>Transirapé</u>	<u>Centroeste</u>	<u>Transudeste</u>	<u>Transchile</u>
Ativo						
Circulante	349.362	13.435	6.244	186	6.269	5.013
Não Circulante	185.773	122.627	53.413	12.920	59.282	24.522
Total do ativo	<u>535.135</u>	<u>136.062</u>	<u>59.657</u>	<u>13.106</u>	<u>65.551</u>	<u>29.535</u>
Passivo						
Circulante	259.124	9.185	105	43	230	2.249
Não Circulante	37	68.441	37.212	-	35.321	26.483
Patrimônio líquido	275.974	58.436	22.340	13.063	30.000	803
Total do passivo	<u>535.135</u>	<u>136.062</u>	<u>59.657</u>	<u>13.106</u>	<u>65.551</u>	<u>29.535</u>
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	539.999	20.750	-	-	-	-
Deduções da receita bruta	(119.100)	(1.243)	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	420.899	19.507	-	-	-	-
Custo das vendas	(285.785)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	135.114	19.507	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(43.578)	(5.723)	-	-	-	-
Resultado Financeiro Líquido	(1.762)	(4.319)	-	-	-	-
Lucro operacional	89.774	9.465	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.524)	(628)	-	-	-	-
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	66.250	8.837	-	-	-	-
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	13.370	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>79.620</u>	<u>8.837</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>RME</u>	<u>ETEP</u>	<u>ENTE</u>	<u>ERTE</u>	<u>EATE</u>	<u>ECTE</u>
Ativo						
Circulante	3.037.604	47.748	57.259	8.348	234.991	43.114
Não Circulante	5.171.628	137.082	435.744	77.341	626.822	140.531
Total do ativo	<u>8.209.232</u>	<u>184.830</u>	<u>493.003</u>	<u>85.689</u>	<u>861.813</u>	<u>183.645</u>
Passivo						
Circulante	1.742.783	17.139	99.324	14.007	82.334	37.535
Não Circulante	5.618.393	82.356	254.693	40.980	436.332	81.327
Patrimônio líquido	848.056	85.335	138.986	30.702	343.147	64.783
Total do passivo	<u>8.209.232</u>	<u>184.830</u>	<u>493.003</u>	<u>85.689</u>	<u>861.813</u>	<u>183.645</u>
Demonstração do Resultado (*)						
Receita bruta de vendas	3.325.609	21.739	49.426	8.751	94.477	21.436
Deduções da receita bruta	(1.035.092)	(1.423)	(3.096)	(538)	(5.996)	(1.311)
Receita líquida de vendas	2.290.517	20.316	46.330	8.213	88.481	20.125
Custo das vendas	(1.098.830)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	1.191.687	20.316	46.330	8.213	88.481	20.125
Despesas gerais e administrativas	(750.637)	(4.577)	(10.866)	(2.269)	(18.568)	(3.101)
Resultado Financeiro Líquido	(132.330)	(3.175)	(12.562)	(3.342)	(14.835)	(3.382)
Lucro operacional	308.720	12.564	22.902	2.602	55.078	13.642
Imposto de Renda e Contribuição Social	(169.974)	(3.598)	(3.910)	(376)	(15.273)	(1.779)
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	138.746	8.966	18.992	2.226	39.805	11.863
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>138.746</u>	<u>8.966</u>	<u>18.992</u>	<u>2.226</u>	<u>39.805</u>	<u>11.863</u>

(*) Referem-se ao período de agosto a dezembro de 2006

b) Aquisição de participação na Light (informações sobre mercado atendido e capacidade instalada não auditadas pelos auditores independentes)

A CEMIG, através da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME"), constituída em parceria com a Andrade Gutierrez Concessões S.A., a J.L.A. Participações S.A. e o Pactual Energia Participações S.A. com participação de 25% (vinte e cinco por cento) para cada acionista, celebrou em 28 de março de 2006, com a EDF Internacional S.A. ("EDFI"), um Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato"), referente à aquisição de participação societária que a EDFI detinha, direta e indiretamente, na Light, correspondente a 79,39% (setenta e nove vírgula trinta e nove por cento) do capital social total da Light, holding que controla integralmente, entre outras empresas, a concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A., que possui 3,8 milhões de consumidores (6,4% do mercado nacional) em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e a geradora Light Energia S.A., que detém 852 MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas.

Em 10 de agosto de 2006 foi concluída a negociação, sendo que a RME pagou o valor equivalente a US\$319.810 mil pela participação da EDFI na Light.

Foi apurado um deságio na aquisição, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, será amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor do deságio (R\$90.080) está sendo apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

A CEMIG, em parceria com a MDU Brasil Ltda. e a Brascan Brasil Ltda. concluíram em 16 de agosto de 2006 o processo de aquisição das participações societárias que a SCHAHIN Holding S.A. detinha em concessionárias de transmissão de energia elétrica. Em função dessa negociação e com a assinatura de acordo de acionistas, a Companhia passou a participar do controle das empresas transmissoras adquiridas, conforme maiores detalhes descritos abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Participação Cemig %</u>	<u>Valor pago</u>	<u>Ágio Apurado</u>
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	17,51	42.609	27.887
Empresa Norte de Transmissão de Energia	18,35	70.273	41.201
Empresa Regional de Transmissão de Energia	18,35	15.767	9.435
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	14,94	207.468	156.669
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	7,50	13.209	7.597
		349.326	242.789

O ágio na aquisição, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões de transmissão. A amortização do ágio será reconhecida durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado - Intangíveis.

d) Investimentos na Infovias

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG possuía adiantamentos para aumento de capital na Infovias, ainda não integralizados, no montante de R\$49.957, classificados no saldo de investimentos.

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Venda da Way TV

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A. foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R\$132 milhões com ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital. A Way TV é controlada (65% de participação) da Infovias. A concretização da operação depende de autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. O lucro em função dessa alienação, no montante estimado de R\$44.200 (não auditado) não foi reconhecido nestas Demonstrações Financeiras.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 2006	Consolidado 2005
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,53	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,58	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,91	512.946	-
Usinas Capim Branco I	21,05	2,51	25.378	-
Depreciação acumulada			(57.645)	(32.174)
Total em operação			940.313	427.460
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		297	232
Usina de Funil	49,00		9.041	8.411
Usina de Aimorés	49,00		7.073	499.920
Usina de Baguari	34,00		4.826	-
Usinas Capim Branco I e II	21,05		17.935	31.032
Total em construção			39.172	539.595
Total Consórcios			979.485	967.055

Em 8 de maio de 2006 foi inaugurada a Usina de Aimorés.

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina Capim Branco I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

17) – IMOBILIZADO

	Consolidado			
	2006		2005	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	19.326.718	(8.208.580)	11.118.138	8.395.231
- Distribuição	9.349.455	(4.331.000)	5.018.455	4.041.588
Intangíveis	62.464	(41.778)	20.686	7.225
Terrenos	31.044	-	31.044	15.744
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	285.295	(137.550)	147.745	122.028
Máquinas e Equipamentos	8.912.711	(4.113.268)	4.799.443	3.879.779
Veículos	36.948	(22.650)	14.298	16.485
Móveis e Utensílios	20.993	(15.754)	5.239	327
- Geração	7.307.526	(2.790.103)	4.517.423	3.255.903
Intangíveis	86.775	(38.189)	48.586	54.173
Terrenos	219.858	-	219.858	138.378
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.881.224	(1.287.074)	2.594.150	1.858.012
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	965.540	(334.193)	631.347	393.186
Máquinas e Equipamentos	2.147.487	(1.125.003)	1.022.484	811.777
Veículos	3.278	(2.755)	523	253
Móveis e Utensílios	3.364	(2.889)	475	124
- Transmissão	1.714.110	(608.776)	1.105.334	656.651
Intangíveis	247.128	(1.792)	245.336	6.044
Terrenos	2.973	-	2.973	2.920
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	99.163	(49.775)	49.388	51.485
Máquinas e Equipamentos	1.364.094	(556.684)	807.410	596.087
Veículos	118	(58)	60	2
Móveis e Utensílios	634	(467)	167	113
- Administração	475.671	(315.050)	160.621	136.126
Intangíveis	100.496	(68.957)	31.539	39.860
Terrenos	3.995	-	3.995	1.766
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	75.113	(37.219)	37.894	25.456
Máquinas e Equipamentos	214.841	(145.900)	68.941	63.153
Veículos	36.168	(28.916)	7.252	4.976
Móveis e Utensílios	45.058	(34.058)	11.000	915
- Telecomunicações	396.859	(145.095)	251.764	266.322
Intangíveis	38.736	(14.627)	24.109	25.286
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	156	(5)	151	154
Máquinas e Equipamentos	357.167	(130.115)	227.052	240.383
Móveis e Utensílios	730	(348)	382	429
- Gás	83.097	(18.556)	64.541	38.641
Intangíveis	577	-	577	210
Terrenos	42	-	42	36
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.611	(381)	1.230	1.288
Máquinas e Equipamentos	80.520	(18.065)	62.455	36.858
Móveis e Utensílios	347	(110)	237	249
Em Curso	1.961.595	-	1.961.595	2.393.725
- Distribuição	1.503.768	-	1.503.768	859.881
- Geração	116.281	-	116.281	1.314.977
- Transmissão	163.733	-	163.733	82.482
- Administração	148.285	-	148.285	99.934
- Telecomunicações	6.611	-	6.611	3.951
- Gás	22.917	-	22.917	32.500
Total do Imobilizado	21.288.313	(8.208.580)	13.079.733	10.788.956
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(2.250.076)	(1.890.588)
Imobilizado Líquido			10.829.657	8.898.368

	Controladora			
	2006			2005
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	6.006	(4.375)	1.631	1.972
- Administração	6.006	(4.375)	1.631	1.972
Intangíveis	2.950	(2.162)	788	1.371
Máquinas e Equipamentos	2.442	(1.625)	817	568
Móveis e Utensílios	614	(588)	26	33
Em Curso	860	-	860	5.476
- Administração	860	-	860	5.476
Total do Imobilizado	<u>6.866</u>	<u>(4.375)</u>	<u>2.491</u>	<u>7.448</u>

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor contábil residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R\$930.639 em 31 de dezembro de 2006 (R\$451.436 em 31 de dezembro de 2005), referente ao Programa “Luz para Todos”.

O Programa Luz para Todos teve como meta inicial a ligação de 176 mil consumidores (informação não auditada), basicamente na área rural, com um custo total estimado de R\$1.641.313. O Programa tem a participação de recursos do Governo Federal e Governo Estadual, nos valores de R\$665.406 e R\$160.849, respectivamente. O valor remanescente, no montante de R\$815.058, está sendo financiado através de recursos próprios da Companhia.

No quarto trimestre de 2006, em função da entrada em operação da usina de Irapé, os custos referentes à construção do empreendimento, no montante de R\$1.199.786 foram transferidos para o Imobilizado em Serviço. A despesa de depreciação referente à este empreendimento para o exercício de 2006, no montante de R\$13.603 foi reconhecida no resultado do exercício.

A Companhia tem terrenos e edificações registrados como Ativo Imobilizado - Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$9.636 em 31 de dezembro de 2006.

As principais taxas anuais de depreciação são as seguintes:

	2006	2005
Geração		
Hidrelétricas	2,40%	2,44%
Termelétricas	1,44%	1,58%
Transmissão	2,98%	2,98%
Distribuição (incluindo Sistema de Transmissão Associado)	3,35%	4,67%
Administração e outras	9,23%	9,08%
Telecomunicações	7,94%	7,94%
Gás	5,96%	5,96%

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	224.052	210.495	-	-
Furnas	65.816	38.854	-	-
CCEE	34.543	49.561	-	-
Repasse aos Geradores	124.557	97.877	-	-
Outros	187.102	96.093	-	-
	636.070	492.880	-	-
Materiais e Serviços	277.703	271.961	6.346	20.202
	913.773	764.841	6.346	20.202
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	227.482	264.123	-	-
CCEE	44.446	68.966	-	-
Outros	-	3.980	-	-
	271.928	337.069	-	-

Parte substancial dos valores devidos a CCEE serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
Imposto de Renda	65.872	38.749	-	3.665
Contribuição Social	25.250	6.593	-	-
ICMS	262.084	232.156	19.800	23.402
COFINS	74.395	42.723	2.279	8.745
PASEP	17.155	8.219	497	1.539
INSS	17.110	13.848	-	-
Outros	25.147	14.963	415	729
	487.013	357.251	22.991	38.080
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	299.152	182.561	-	-
Contribuição Social	107.695	65.722	-	-
COFINS	82.752	50.252	-	-
PASEP	17.965	10.911	-	-
	507.564	309.446	-	-
	994.577	666.697	22.991	38.080
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	264.310	478.025	55.983	48.679
Contribuição Social	94.500	168.770	20.154	17.524
COFINS	67.425	126.112	17.019	16.330
PASEP	12.522	26.160	3.695	2.893
Outros	10.764	-	-	-
	449.521	799.067	96.851	85.426

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/12/2006			31/12/2005
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
FINANCIADORES							
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	89	106.900	106.989	117.113
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	16.100	31.001	47.101	68.624
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	15.352	117.366	132.718	157.627
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	38	69.640	69.678	76.996
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.557	14.135	17.692	20.524
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	1.042	62.072	63.114	68.903
KFW	2016	4,50	EURO	1.860	16.741	18.601	20.090
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	143.469	9.965	153.434	168.065
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	30	4.359	4.389	4.805
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	78	18.350	18.428	20.176
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	13.528	6.578	20.106	37.000
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	5.657	43.112	48.769	-
Deutsche Bank (10)	2010	Libor + 4,35	US\$	1.598	85.520	87.118	-
J. P. Morgan – Tranches A/B/C (10)	2012	Libor + 3,00	US\$	16.599	184.332	200.931	-
Outros	2025	Diversas	Diversas	7.195	18.489	25.684	38.510
Dívida em Moeda Estrangeira				226.192	788.560	1.014.752	798.433
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	156	75.000	75.156	75.313
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	2.023	118.822	120.845	121.726
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	5.022	109.277	114.299	115.845
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	12.698	126.000	138.698	141.386
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	28.391	1.200.000	1.228.391	-
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	9.091	165.057	174.148	160.940
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	961	40.000	40.961	103.207
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	16.170	300.865	317.035	321.484
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	1.442	60.000	61.442	-
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	3.364	54.372	57.736	59.002
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	6.303	101.316	107.619	109.748
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	2.280	41.264	43.544	41.901
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	143.985	25.842	169.827	292.380
Bradesco	2013	CDI + 1,70	R\$	21.924	377.253	399.177	406.641
Debêntures	2006	IGP-M + 12,70	R\$	-	-	-	500.596
Debêntures	2009	CDI + 1,20	R\$	7.515	349.556	357.071	360.027
Debêntures	2011	104% do CDI	R\$	4.874	238.816	243.690	-
Debêntures – Governo do Estado de M. G.	2030	IGP-M	R\$	-	106.479	106.479	102.743
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (2)	2031	IGP-M	R\$	-	30.009	30.009	-
Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R\$	15.279	258.380	273.659	263.916
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,5 a 8,50	R\$	19.049	75.774	94.823	111.093
ELETROBRÁS	2023	6,00 a 8,00	R\$	35.477	177.561	213.038	136.552
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	5.025	79.673	84.698	81.427
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	2.877	104.095	106.972	107.953
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	11.767	309.285	321.052	318.004
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	6.792	73.587	80.379	82.300
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	103.651	878.140	981.791	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	5,00 A 12,00	R\$	638	10.952	11.590	-
Debêntures I e V (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	5.846	211.559	217.405	-
BNDES – Recuperação de margem (10)	2007	SELIC + 1,00	R\$	77.776	-	77.776	-
Bradesco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R\$	848	59.625	60.473	-
Banco Itaú Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R\$	368	25.663	26.031	-
Unibanco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R\$	969	68.134	69.103	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	18.490	137.204	155.694	-
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	36.705	36.869	73.574	122.916
Dívida em Moeda Nacional				607.756	6.026.429	6.634.185	4.137.100
Total Geral Consolidado				833.948	6.814.989	7.648.937	4.935.533

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;

libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora;

(3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 2,00% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; CDI + 2,81% a.a. e CDI + 2,65% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº14;

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006.

Linhas de créditos e garantias

Adicionalmente aos financiamentos mencionados acima, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2006, linhas de créditos com instituições financeiras no montante de R\$148.179 (informação não auditada).

Os financiamentos são em grande parte garantidos pelos Governos Federal e Estadual, sendo os recursos geralmente usados como capital de giro e para financiar a expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A CEMIG vinculou seus faturamentos futuros referentes à venda de energia elétrica, no montante de R\$638.105, como garantia de alguns financiamentos.

Debêntures

A Companhia ofereceu aos debenturistas da segunda série de debêntures simples, a oportunidade de mudar a remuneração, de IGP-M acrescidos de 12,7% a.a. para 104% do CDI a.a., estabelecendo o vencimento em novembro de 2011. Como resultado, 47,37% das debêntures em circulação, o equivalente a R\$238.816, foram repactuadas nas novas condições.

Os demais 52,63% das debêntures emitidas em 2006, correspondentes a R\$265.304, foram resgatados. A Companhia já tinha resgatado em 2005 o montante de R\$142.234 decorrente da repactuação das debêntures da 1ª série. Desta forma, o valor total mantido em tesouraria de R\$407.545 poderá ser recolocado futuramente no mercado a critério da Companhia.

No primeiro semestre de 2007, a Cemig Geração e Transmissão deverá concluir sua primeira emissão de debêntures, no valor de R\$992.917, com a finalidade de realizar a permuta obrigatória prevista na escritura da primeira emissão da CEMIG, em decorrência do processo de desverticalização. Por se tratar de uma permuta, a Cemig Geração e Transmissão não receberá os recursos líquidos dessa oferta, tampouco haverá aumento de endividamento, visto que as obrigações decorrentes da Escritura da primeira emissão da CEMIG já se encontravam alocadas na Cemig Geração e Transmissão desde o início de suas atividades operacionais em 1º de janeiro de 2005. Do total da emissão, R\$588.372 estão registrados como dívida e 41% da nova emissão serão permutados pelas debêntures que a Empresa mantém em tesouraria, em decorrência dos resgates efetuados por ocasião das repactuações.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	219.527	72.844	117.383	173.173	65.446	88.699	81.234	88.328	906.634
Euro	5.417	5.001	5.001	5.001	5.001	3.431	1.860	5.581	36.293
Yen	38	-	69.640	-	-	-	-	-	69.678
Outros	1.209	402	402	134	-	-	-	-	2.147
	226.191	78.247	192.426	178.308	70.447	92.130	83.094	93.909	1.014.752
Indexadores									
Índice Geral de Preços–Mercado–IGP-M	30.394	207.723	1.503	1.503	1.503	1.503	849	398.466	643.444
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	19.049	16.998	11.955	11.955	11.955	11.955	10.956	-	94.823
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	36.701	24.267	24.781	22.536	22.379	19.119	14.554	52.446	216.783
SELIC	221.761	25.842	-	-	-	-	-	-	247.603
Certificado Depósito Interbancário – CDI	251.831	220.066	706.082	627.775	731.837	944.879	1.004.279	721.878	5.208.627
Outros	48.020	31.287	22.142	20.207	18.285	18.218	11.155	53.591	222.905
	607.756	526.183	766.463	683.976	785.959	995.674	1.041.793	1.226.381	6.634.185
	833.947	604.430	958.889	862.284	856.406	1.087.804	1.124.887	1.320.290	7.648.937

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2006	Variação acumulada em 2005	Indexadores	Variação acumulada em 2006	Variação acumulada em 2005
	%	%		%	%
Dólar Norte-Americano	(8,66)	(11,82)	IGP-M	3,83	1,21
Euro	1,85	(23,50)	FINEL	0,76	0,24
Yen	(9,47)	(23,43)	CDI	15,05	18,15
Unidade de Conta	-	(17,44)	SELIC	15,10	18,24

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Saldo no início do exercício	4.935.533	4.217.809	82.300	4.140.919
Transferência para Controladas	-	-	-	(4.098.570)
Saldo Inicial de Controladas	1.100.890	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.465.902	1.556.110	30.000	73.587
Variação monetária e cambial	100.718	(133.466)	9	1.205
Encargos financeiros provisionados	753.486	593.282	12.664	19.176
Encargos financeiros pagos	(781.052)	(500.328)	(14.585)	(19.418)
Amortização de financiamentos	(1.926.540)	(818.548)	-	(55.273)
	7.648.937	4.914.859	110.388	61.626
Resgate (Aplicação) em Fundos Vinculados	-	20.674	-	20.674
Saldo no final do exercício	7.648.937	4.935.533	110.388	82.300

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2006 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil S.A.	2006	103% do CDI.	1.200.000
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1% do CDI.	1.200.000
União de Bancos Brasileiros S.A. – UNIBANCO	2013	CDI+1,70% a.a.	6.276
Banco Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70% a.a.	1.820
Banco Itaú BBA	2014	CDI+1,70% a.a.	3.473
ELETROBRÁS	2018	6,00% a.a.	51.808
ELETROBRÁS	2009	6,50% a.a.	1.828
ELETROBRÁS	2016	6,00% a.a.	53.103
Debêntures - Governo do Estado de Minas Gerais	2031	IGP-M	30.000
Itaú e Bradesco	2015	CDI + 1,70	900.000
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2019	TJLP + 4,50%	4.629
Banco Santander	2019	TJLP + 4,50%	4.632
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2019	TJLP + 4,00%	4.833
Moeda Estrangeira			
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2019	(*) UMBND + 4,50%	1.150
Banco Santander	2019	(*) UMBND + 4,50%	1.150
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2019	(*) UMBND + 4,00%	1.200
Total de Captações			3.465.902

(*) UMBND - Unidade Monetária do BNDES

a) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”):

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
Imobilizado Líquido/Ativo	Maior ou igual a 30%
Patrimônio Líquido/Ativo	Maior ou igual a 30%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Uma das cláusulas restritivas da Cemig Distribuição não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31.12.2006
Cemig Distribuição Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	73,59

A Cemig Distribuição obteve dos seus credores o consentimento de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2007. Os financiamentos estão classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção dos referidos consentimentos.

21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2006	2005
Reserva Global de Reversão – RGR	11.285	32.859
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	83.210	6.275
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	36.093	23.456
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.832	2.051
Eficiência Energética	146.410	85.973
Pesquisa e Desenvolvimento	85.798	36.747
Pesquisa Expansão Sistema Energético	32.407	6.856
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	39.477	13.711
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.351	635
	440.070	209.770
Passivo Circulante	436.535	209.770
Passivo Não Circulante	3.535	-

22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição nos percentuais de 4,92%, 22,63% e 72,45%, respectivamente, determinados em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 30% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 70% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$1.662.897, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado nas Patrocinadoras em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano, em 31 de dezembro de 2006, 23 ativos e 255 aposentados/pensionistas (em 31 de dezembro de 2005, 23 ativos e 251 aposentados/pensionistas).

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

O plano odontológico foi implementado no terceiro trimestre de 2006 e os custos relacionados aos participantes aposentados foram integralmente reconhecidos no resultado, no valor de R\$9.885. O custo do serviço passado no valor de R\$28.985, referente aos empregados ativos, foram diferidos pelo prazo de 11 anos.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.317.424 em 31 de dezembro de 2006 (R\$1.524.482 em 31 de dezembro de 2005) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas mencionadas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, o reajuste se dá pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido no exercício de 2006, R\$207.000 serão utilizados para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida (R\$143 milhões em 31 de dezembro de 2005).

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2006.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados nos quadros após o item b:

b) Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT.

O equacionamento financeiro de R\$346.724 relativos aos Planos A e B e de R\$188.329 relativos ao Plano C, referentes ao refinanciamento de compromissos anteriores realizados com a Light, e de déficit técnicos registrados até 30 de junho de 2001, está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros de 6% ao ano.

O contrato total atualizado para 31 de dezembro de 2006, compõe-se de R\$557.877 referente aos planos A e B e de R\$303.070 referente ao plano C, ambos deduzidos das amortizações no montante de R\$65.656 ocorridas no exercício de 2006 acrescidos de atualização de R\$80.035 correspondente à variação do IGP-DI e dos juros de 6% ao ano, totalizando R\$860.947 em 31 de dezembro de 2006. Referidos valores referem-se à totalidade das obrigações das patrocinadoras com a BRASLIGHT, sendo a participação proporcional da CEMIG equivalente a 25%.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes.

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	4.426.497	387.886	329.500	18.917	189.713
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	582.915	101.121	119.599	6.873	125.471
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	5.009.412	489.007	449.099	25.790	315.184
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.983.125)	(244.236)	(29.704)	(385)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	1.026.287	244.771	419.395	25.405	315.184
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(251.347)	-	(132.273)	12.876	63.779
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(88.767)	-	(8.188)	(28.985)	(8.174)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	686.173	244.771	278.934	9.296	370.789

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos		217.784	16.211	931	9.334
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer		28.679	5.885	338	6.173
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego		246.463	22.096	1.269	15.507
Valor Justo dos Ativos do Plano		(195.970)	(1.461)	(19)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto		50.493	20.635	1.250	15.507
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos		(13.786)	(6.508)	633	1.057
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido		(4.366)	(403)	(1.426)	(402)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial		32.341	13.724	457	16.162

Os ganhos e perdas atuariais consolidados não reconhecidos referentes Plano de Saúde, Plano Odontológico e seguro de Vida que excederam a 10,00% das obrigações atuariais nos montantes de R\$87.282, R\$22.826 e R\$32.261, respectivamente, serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2006, sendo este o tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	850.504	176.658	254.135	-	341.041
Despesa Reconhecida no Resultado	58.059	84.978	55.463	9.885	36.588
Contribuições Pagas	(222.390)	(16.865)	(30.664)	(589)	(6.840)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	686.173	244.771	278.934	9.296	370.789
Passivo Circulante	120.592	18.521	-	-	-
Passivo Não Circulante	565.581	226.250	278.934	9.296	370.789

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2005	40.788	12.500	-	14.648	
Despesa Reconhecida no Resultado	2.790	2.729	486	1.866	
Contribuições Pagas	(11.239)	(1.505)	(29)	(352)	
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	32.339	13.724	457	16.162	
Passivo Circulante	5.933	-	-	-	
Passivo Não Circulante	26.406	13.724	457	16.162	

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2006 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2006 são como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	6.154	351	25.887	-	4.701
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	544.321	45.720	45.164	-	32.848
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(506.165)	(25.089)	(3.675)	-	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	64.024	8.108	-	(2.475)
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	13.870	-	1.517	-	1.514
Contribuição dos Empregados	(121)	(28)	(21.538)	-	-
Custo do Serviço Passado	-	-	-	9.885	-
Despesa em 2006	58.059	84.978	55.463	9.885	36.588

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Custo do Serviço Corrente	303	1.274	-	172	
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	26.781	2.222	-	1.620	
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(24.970)	(181)	-	-	
Perdas Atuariais Não Reconhecidas	-	399	-	-	
Perdas Decorrentes de Alterações no Plano	682	75	-	74	
Contribuição dos Empregados	(6)	(1.060)	-	-	
Custo do Serviço Passado	-	-	486	-	
Despesa em 2006	2.790	2.729	486	1.866	

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2007 é como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	5.564	435	29.837	532	5.200
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	545.732	46.259	47.184	2.914	35.129
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(566.324)	(25.613)	(3.295)	(123)	-
Perdas atuariais Não Reconhecidas	-	-	7.730	908	(2.899)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	13.870	-	1.517	2.556	1.514
Contribuição dos Empregados	(107)	(32)	(25.463)	(280)	-
Despesa (Receita) em 2007	(1.265)	21.049	57.510	6.507	38.944

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Custo do Serviço Corrente		274	1.468	26	256
Juros Sobre a Obrigação Atuarial		26.850	2.321	143	1.727
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano		(27.863)	(162)	(6)	-
Perdas atuariais Não Reconhecidas		-	380	45	-
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido		682	75	126	74
Contribuição dos Empregados		(5)	(1.253)	(14)	-
Despesa (Receita) em 2007		(62)	2.829	320	2.057

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	CEMIG e Demais Controladas		BRASLIGHT	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	11,30%	6,00%	10,59%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	9,00%	14,45%	8,00%	12,68%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	5,00%	-	4,33%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	7,10%	0,60%	4,96%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	5,00%	-	4,33%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT – 83		AT – 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Forte	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		Baseado na idade	

23) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável nas demais instâncias, sendo ressaltado que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício representará R\$148.295, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado						
	Saldo Líquido em 2005	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo Inicial de Controladas Adquiridas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 2006
Trabalhistas							
Diversos	97.501	(79.218)	-	34.039	52.322	(3.485)	48.837
Cíveis							
Danos Pessoais	35.503	(27.809)	-	-	7.694	-	7.694
Majoração Tarifária	132.160	(17.861)	-	10.903	125.202	(19.039)	106.163
Outras	29.140	35.587	(2.356)	43.674	106.045	(1.221)	104.824
Fiscais							
FINSOCIAL	20.177	-	(396)	-	19.781	(783)	18.998
PIS/COFINS	-	2.549	-	145.414	147.963	-	147.963
ICMS	-	1.613	-	19.285	20.898	-	20.898
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	37.626	2.464	-	-	40.090	-	40.090
Contribuição Social	-	66	-	6.223	6.289	-	6.289
INSS	-	1.582	-	31.642	33.224	-	33.224
Outras	2.524	-	-	-	2.524	(2.524)	-
Regulatórios							
Processos Administrativos da ANEEL	2.463	488	-	-	2.951	(2.951)	-
Total	357.094	(80.539)	(2.752)	291.180	564.983	(30.003)	534.980

	Controladora						
	Saldo Líquido em 2005	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 2006	
Trabalhistas							
Diversos	93.163	(77.238)	-	15.925	740	16.665	
Cíveis							
Danos Pessoais	35.503	(27.809)	-	7.694	-	7.694	
Majoração Tarifária	132.160	(27.907)	-	104.253	(19.039)	85.214	
Outras	26.784	32.820	-	59.604	(1.221)	58.383	
Fiscais							
FINSOCIAL	20.177	-	(396)	19.781	(783)	18.998	
ICMS	-	1.800	-	1.800	-	1.800	
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	37.626	2.464	-	40.090	-	40.090	
INSS	-	870	-	870	-	870	
Outras	2.524	-	-	2.524	(2.524)	-	
Regulatórios							
Processos Administrativos da ANEEL	2.463	488	-	2.951	(2.951)	-	
Total	350.400	(94.512)	(396)	255.492	(25.778)	229.714	

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. No quarto trimestre de 2006, a Companhia revisou as causas trabalhistas e a expectativa de perda das ações, mudando o critério de provisionamento de um percentual sobre o valor total das ações para a análise individual das causas, o que resultou na diminuição dos valores provisionados.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG nessa matéria, integralmente provisionado, é de R\$104.253.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. Foram obtidas liminares e sentença favorável. Em 4 de outubro de 2005, o TRF julgou procedente a apelação interposta pela União Federal, tendo a Light interposto petição de Embargos de Declaração, ainda não julgados.

Os valores não recolhidos são provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC. Em 09 de novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. A mesma tese é aplicada ao PIS.

Os valores provisionados até dezembro de 2006 são como segue:

- R\$99.093 em relação à expansão da base de cálculo, objeto de julgamento, em ação similar o STF favorável aos contribuintes; e
- R\$48.000 referente ao aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%, que ainda não teve o julgamento do mérito.

A Light está aguardando o julgamento do processo ou uma resolução do Senado Federal, baseado na decisão do STF, declarando a inconstitucionalidade desta Lei, o que possibilitará a reversão da referida provisão relativa à expansão da base.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$19.098.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$40.090 (R\$37.626 em 31 de dezembro de 2005) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A LIGHT questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$ 33.224.

(g) Processos Administrativos da ANEEL

A CEMIG foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de índices de qualidade no atendimento aos consumidores e outras matérias. A CEMIG recorreu, na esfera administrativa, contra as multas impostas, sendo que as provisões em 31 de dezembro de 2006 representam a estimativa de perdas nestas questões.

(h) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG, suas controladas e controladas em conjunto discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$296.592, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de dezembro de 2006, de R\$257.064. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de dezembro de 2006 é R\$118.371. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

(iii) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$622.669, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R\$79.845. A Companhia não registrou nenhuma provisão referente a esta provisão e considera a expectativa de perda como possível.

(iv) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns municípios do Estado de Minas Gerais impetraram ações contra a Companhia em função do pagamento da taxa de ocupação do solo. Existem alguns processos administrativos e ações judiciais relacionadas a essas matérias, no montante aproximado de R\$6.732. A Companhia considera a expectativa de perda na ação como possível.

(v) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 29, a CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$91.548. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(vi) ICMS - Baixa Renda

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$78.193, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

(vii) Processo Fiscal – RME - Light

O Banco Central, baseado em suas conclusões preliminares sobre operações financeiras realizadas pela Light entre 1997 e 1998, oficiou a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, tendo cada uma iniciado seus respectivos procedimentos administrativos, conforme descrição constante nos itens I e II abaixo.

Deve ser ressaltado que após a apresentação dos devidos esclarecimentos pela Light ao Banco Central, o referido órgão restaurou integralmente os Certificados de Registro referentes aos títulos emitidos no exterior, em razão das operações acima citadas, e considerou que as mesmas foram realizadas de acordo com as regras cambiais brasileiras.

I) No tocante a investigação criminal, a mesma encontra-se no MPF (Procuradoria Regional da 2ª Região) desde 18 de maio de 2005, com relatório final da autoridade policial de 15 de abril de 2005, descaracterizando a demonstração de ilícito financeiro. A Light espera que o MPF, e tudo indica assim deva ser o procedimento, aguarde o resultado final do processo administrativo fiscal, conforme parágrafo abaixo, em consonância com a orientação expressa pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento.

II) Já no tocante ao ofício encaminhado a Secretaria da Receita Federal, esta, em 14 de dezembro de 2004, lavrou auto de infração contra a Light no valor total de R\$481.834, referente ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros pagos às suas subsidiárias Light Overseas Investment Limited (LOI) e LIR Energy Limited (LIR) (empresas não controladas pela RME), decorrentes de títulos emitidos com benefício de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte. Em 12 de janeiro de 2005, a Light apresentou sua impugnação ao Auto de Infração. Apesar de a decisão de Primeira Instância Administrativa, proferida em 15 de julho de 2005 pela 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro, haver julgado procedente o lançamento, a Light considera, baseada na opinião legal de seus advogados, que são prováveis as chances de êxito na discussão dessa questão. Em 11 de agosto de 2005, a Light interpôs, no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.

(viii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente a contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$399.405. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado têm valor nominal de R\$0,01 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2006					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	51	102	-	36.116.304.986	22
Outras Entidades do Estado	9.552.515	-	1.776.588.306	2	1.786.140.821	1
Southern Electric Brasil						
Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	6.834.237.214	10	26.090.932.914	29	32.925.170.128	21
No Exterior	4.551.117.137	6	63.412.129.780	69	67.963.246.917	42
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2005					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	51	97.065	-	36.116.401.949	22
Outras Entidades do Estado	9.351.410	-	1.816.568.278	2	1.825.919.688	1
Southern Electric Brasil						
Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	7.246.506.670	10	26.224.858.218	29	33.471.364.888	21
No Exterior	4.139.048.786	6	63.238.127.541	69	67.377.176.327	42
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Proposta de aumento do Capital Social

O Conselho de Administração da CEMIG irá propor a Assembléia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através da utilização das Reservas de Lucros de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo das Reservas ao valor do Capital da Companhia.

Será proposto à Assembléia Geral a aprovação do aumento do Capital Social da CEMIG de R\$1.621.538 para R\$ 2.432.307 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$810.769 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de cinquenta por cento, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 0,01.

Grupamento de Ações

A Administração proporá também à Assembléia Geral o Grupamento das ações da Companhia, de cada lote de 500 ações do valor nominal de R\$0,01 cada para 1 ação do valor nominal de R\$ 5,00, a realizar-se no mínimo 30 (trinta) dias após a publicação de Aviso aos Acionistas informando sobre o grupamento, em data a ser definida pela Diretoria Executiva.

O grupamento será realizado sobre o novo total de ações com valor nominal de R\$0,01 derivado da Bonificação citada acima.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2006	2005
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros-		
Reserva Estatutária	432.749	422.929
Reserva de Retenção de Lucros	1.222.709	980.873
Reserva Legal	186.112	100.170
	1.841.570	1.503.972

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(c) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% são utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Dividendos Extraordinários

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes do Plano Diretor da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia irá propor a Assembléia Geral de Acionistas o pagamento de dividendos extraordinários no montante de R\$497.000, correspondentes a R\$3,07 por lote de mil ações.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2006 e 2005 está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2006	2005
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	912.797	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	<u>91.280</u>	<u>91.280</u>
Valor do Patrimônio Líquido	7.522.453	7.184.855
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	4.232.884	4.042.918
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	<u>126.987</u>	<u>121.288</u>
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	<u>126.987</u>	<u>121.288</u>
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.718.841	2.003.399
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	<u>859.421</u>	<u>1.001.699</u>

	Controladora	
	2006	2005
Dividendos Líquidos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	169.067	635.000
Dividendos Complementares	715.714	461.949
Dividendos Extraordinários	497.000	-
	<u>1.381.781</u>	<u>1.096.949</u>
(-) Imposto de Renda Retido na fonte sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio	(16.923)	(61.274)
Total	<u>1.364.858</u>	<u>1.035.675</u>
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	777.528	617.253
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	604.253	479.696
Dividendos por lote de mil ações – R\$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	1,39	1,33
Dividendo Obrigatório	5,30	6,18
Dividendos Propostos (Líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte)	8,42	6,39

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado, no valor de R\$251.118, terá a seguinte destinação proposta a Assembléia Geral de Acionistas a realizar-se em abril de 2007: R\$9.820 transferidos para a conta de Reserva Estatutária e R\$241.298 alocados na Reserva de Retenção de Lucros.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos ou creditados aos acionistas, que no caso da CEMIG foram calculados em 2006 com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido. A data e a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio aprovados serão definidas posteriormente.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$169.067 (R\$635.000 em 2005) foram de R\$57.483 (R\$215.900 em 2005), reconhecidos no resultado do exercício.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado)				R\$	
	Nº de Consumidores		MWh (*)			
	2006 (*)	2005	2006	2005	2006	2005
Residencial	8.560.153	4.927.966	7.429.818	6.589.664	3.622.178	3.125.036
Industrial	84.175	69.207	23.972.596	23.471.857	3.069.373	2.920.251
Comércio, Serviços e Outros	820.946	537.656	4.439.154	3.754.005	1.935.339	1.542.184
Rural	505.707	417.026	1.942.306	1.940.701	515.233	483.493
Poder Público	58.225	47.731	724.720	570.536	290.415	224.308
Iluminação Pública	2.696	2.224	1.127.685	1.022.433	285.806	250.656
Serviço Público	8.841	7.400	1.117.660	981.016	296.162	236.980
Sub-Total	<u>10.040.743</u>	<u>6.009.210</u>	<u>40.753.939</u>	<u>38.330.212</u>	<u>10.014.506</u>	<u>8.782.908</u>
Consumo Próprio	1.124	769	37.160	28.897	-	-
Subvenção para Consumidores de						
Baixa Renda	-	-	-	-	134.763	116.359
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	76.799	19.513
	<u>10.041.867</u>	<u>6.009.979</u>	<u>40.791.099</u>	<u>38.359.109</u>	<u>10.226.068</u>	<u>8.918.780</u>
Suprimento a Outras Concessionárias	44	8	11.472.158	1.254.762	708.867	113.859
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	200.065	123.392
Total	<u>10.041.911</u>	<u>6.009.987</u>	<u>52.263.257</u>	<u>39.613.871</u>	<u>11.135.000</u>	<u>9.156.031</u>

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME. A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um aumento médio de 7,05% a partir de 8 de abril de 2006. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente, conforme nota da ANEEL, os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 5,14% em suas contas de energia comparado a um aumento de 11,32% para os consumidores de alta tensão.

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas, são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

26) – RECEITA DE USO DA REDE

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
TUSD	1.340.355	1.057.653
Receita de uso da Rede Básica	485.598	402.880
Receita de Sistema de Conexão	102.019	62.253
	<u>1.927.972</u>	<u>1.522.786</u>

Conforme consta dos contratos de concessão estabelecidos entre a ANEEL e as empresas de transmissão Transleste, ERTE, EATE, ENTE, ETEP e ECTE, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

27) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Fornecimento de Gás	298.039	265.093	-	-
Serviço Taxado	10.461	11.167	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	121.010	92.190	-	-
Prestações de Serviços	34.488	25.928	481	-
Aluguel e Arrendamento	32.016	30.861	976	2.558
Outras	10.886	7.547	-	-
	<u>506.900</u>	<u>432.786</u>	<u>1.457</u>	<u>2.558</u>

28) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
ICMS	2.515.830	2.203.388	-	-
COFINS	1.096.577	792.583	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR	29.938	102.861	-	-
PIS-PASEP	245.857	187.290	58	19
Encargo de Capacidade Emergencial	-	175.618	-	-
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	-	15	-	-
Outras	399	5.237	23	-
	3.888.601	3.466.992	81	19

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a RTE e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

A redução nos valores provisionados de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R\$83.047, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

Os encargos de capacidade emergencial não são mais cobrados desde dezembro de 2005, conforme Resolução ANEEL.

29) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Pessoal	1.082.691	840.925	45.751	50.137
Pessoal – Administradores e Conselheiros	5.503	5.553	3.929	4.178
Participações dos Empregados nos Resultados	209.991	259.805	9.321	11.921
Obrigações Pós-Emprego	169.910	153.471	7.871	7.552
Materiais	81.972	95.061	474	569
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	36.812	852	-	-
Serviços de Terceiros	503.993	422.600	18.032	14.196
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.112.673	1.454.930	-	-
Depreciação e Amortização	672.257	594.598	694	545
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	138.955	145.132	-	-
(Reversão) Provisões Operacionais	52.062	127.341	(98.840)	(10.786)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	554.448	415.907	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	802.352	640.733	-	-
Gás Comprado para Revenda	157.732	155.948	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	333.983	296.034	-	-
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	187.697	210.965	-	-
Outras Despesas Líquidas	238.544	212.500	4.617	1.645
	7.341.575	6.032.355	(8.151)	79.957

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Remunerações e Encargos	893.475	790.596	30.064	37.207
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	53.096	67.979	3.163	3.094
Benefícios Assistenciais	120.516	83.269	3.757	2.625
	1.067.087	941.844	36.984	42.926
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(162.081)	(115.687)	-	(5.842)
	905.006	826.157	36.984	37.084
Indenização por Anuênios Futuros	177.685	-	8.767	-
Programa de Desligamento Incentivado – PDI	-	14.768	-	13.053
	1.082.691	840.925	45.751	50.137

ANUÊNIO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, em 2006 a Companhia e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição apresentaram proposta aos empregados de indenização em troca do direito futuro referente ao percentual de 1,00% incorporado anualmente aos salários (“anuênio”). O valor da indenização correspondia à estimativa dos anuênios futuros dos empregados até completarem 35 anos de contribuição ao INSS, descontada a valor presente a uma taxa de 12,00% a.a., sendo então aplicado um redutor percentual variável estabelecido pela Companhia e suas controladas. A adesão dos empregados foi concluída em 30 de junho de 2006 e o pagamento da indenização, no valor de R\$177.685, foi realizado no período de junho a agosto de 2006.

PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NOS RESULTADOS

A CEMIG e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2006 e 2005 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos dissídios coletivos em novembro de 2006 e 2005 foram acordados com os sindicatos os pagamentos de parcelas adicionais de R\$139.198 e R\$184.017 respectivamente. A parcela adicional mencionada foi paga dentro do próprio exercício.

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2006 e 2005 da Controladora e suas Controladas mencionadas, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R\$209.991 e R\$259.805 respectivamente.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	93.547	84.254	-	-
Comunicação	50.197	49.380	1.356	1.140
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	83.999	78.527	38	-
Conservação e Limpeza de Prédios	29.241	27.187	70	55
Mão de Obra Contratada	27.476	13.302	6	13
Fretes e Passagens	8.510	3.065	1.709	196
Hospedagem e Alimentação	15.971	15.445	369	305
Vigilância	14.354	13.785	31	13
Consultoria	26.432	17.690	9.688	6.245
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	21.220	17.918	34	83
Manutenção e Conservação de Veículos	16.307	4.428	50	-
Corte e Religação	20.682	16.362	-	-
Outros	96.057	81.257	4.681	6.146
	503.993	422.600	18.032	14.196

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	2006	2005
Energia de Itaipu Binacional	888.185	825.030
Energia de curto prazo	76.317	22.710
PROINFA	40.643	-
Contratos Iniciais	127.598	150.873
Contratos Bilaterais	42.063	-
Energia de Leilão	869.997	371.337
Outros	67.870	84.980
	2.112.673	1.454.930

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Prêmio de Aposentadoria	6.287	7.944	384	(2.896)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	128.618	54.859	(12.233)	(44.784)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	(79.218)	2.707	(77.238)	(1.632)
Provisão (Reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	487	331	487	331
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	(19.304)	20.462	(19.304)	20.462
Provisão (Reversão) para Cíveis – Majoração Tarifária	(17.920)	28.421	(17.920)	28.421
Outras	33.112	12.617	26.984	(10.688)
	52.062	127.341	(98.840)	(10.786)

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (“P & D”)

Conforme regulação do setor elétrico, as empresas de distribuição e geração de energia elétrica devem investir o percentual de 1,00% da sua receita líquida em programas de eficiência energética e P&D. Alguns programas de eficiência energética e P&D relacionados a receitas de períodos anteriores ainda não foram concluídos pelos agentes do setor elétrico, existindo ainda gastos a serem realizados. Este atraso decorre do tempo utilizado na elaboração dos projetos e aprovação pela ANEEL.

Em atendimento a instrução da ANEEL, a CEMIG reconheceu como despesa no resultado do exercício de 2005, adicionalmente a 1,00% da receita líquida das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição os gastos a serem realizados e para os quais já havia recebido a tarifa correspondente em exercícios anteriores, no valor de R\$107.305.

No exercício de 2006, a ANEEL emitiu uma nova determinação, onde os recursos que haviam sido aplicados em exercícios anteriores em ativos registrados no Imobilizado fossem reconhecidos como ajustes de exercícios anteriores em contrapartida a conta de Obrigações Especiais. Em função dessa nova determinação, a Companhia registrou adicionalmente ao 1,00% da receita líquida o valor de R\$84.968.

Embora o montante mencionado acima seja relacionado a períodos anteriores, a Companhia não registrou este valor diretamente em conta de Patrimônio Líquido pelo fato da Cemig Geração e Transmissão ter iniciado suas operações em 2005, não se aplicando, portanto, as determinações constantes da Deliberação CVM nº 506 relacionadas a registros de ajustes de exercícios anteriores.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Arrendamentos e Aluguéis	33.565	42.459	951	166
Propaganda e Publicidade	21.273	30.006	890	1.050
Consumo Próprio de Energia Elétrica	15.607	11.591	-	-
Subvenções e Doações	35.475	23.651	687	643
Taxa de Fiscalização da ANEEL	33.711	23.559	-	-
Concessão Onerosa	13.229	8.372	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	29.230	22.895	49	52
Seguros	5.052	4.531	138	148
Contribuição ao MAE	2.670	2.651	3	841
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	48.732	42.785	1.899	(1.255)
	238.544	212.500	4.617	1.645

30) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

RECEITAS FINANCEIRAS -	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Renda de Aplicação Financeira	183.839	196.991	9.211	56.018
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	133.757	81.443	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	41.267	276.734	41.267	276.734
Reversão da Provisão para Perdas Referente ao Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	99.186	223.016	99.187	223.016
Variação Monetária da CVA	87.211	125.142	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	321.936	431.916	29.216	31.259
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	198.731	230.530	-	-
Variações Cambiais	89.861	164.289	109	8
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(71.728)	(92.555)	(40.958)	(50.030)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	25.221	6.211	2.234	-
Rendas FIDC	145.928	-	11.430	-
Outras	137.065	62.459	45.912	29.264
	1.392.274	1.706.176	197.608	566.269

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(867.923)	(565.328)	(12.664)	(19.176)
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(75.168)	(115.519)	-	(87)
Varição Monetária da CVA	(57.727)	(42.420)	-	-
Variações Cambiais	(3.408)	(18.240)	(40)	-
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(27.810)	(16.369)	(9)	(1.205)
C.P.M.F.	(83.987)	(65.519)	(12.840)	(8.251)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição				
Tarifária Extraordinária e Energia Livre	(86.154)	(309.425)	(29.217)	(31.259)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(116.833)	(167.715)	-	-
Outras	(122.938)	(83.258)	(34.179)	(5.069)
	<u>(1.441.948)</u>	<u>(1.383.793)</u>	<u>(88.949)</u>	<u>(65.047)</u>
Juros Sobre Capital Próprio	(169.067)	(635.000)	(169.067)	(635.000)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(218.741)</u>	<u>(312.617)</u>	<u>(60.408)</u>	<u>(133.778)</u>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2006, nos montantes de R\$20.880 e R\$3.870, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado e Investimentos (R\$27.974 de encargos financeiros e R\$3.653 de variações monetárias/cambiais no exercício de 2005).

31) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	(15.052)	(29.219)	(513)	(6.440)
FORLUZ – Custeio Administrativo	(13.504)	(12.930)	(798)	(715)
Outras Despesas Líquidas	(8.239)	(10.266)	(8.912)	(9.835)
	<u>(36.795)</u>	<u>(52.415)</u>	<u>(10.223)</u>	<u>(16.990)</u>

32) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	670.712	907.541	-	-	181.963	220.544	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	14.744	-	-	-	77.585	484.913	-	-
Outros	1.378	6.552	1.125	1	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	379.054	402.664	-	-	229.880	282.436	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	14.744	-	-	-	77.585	484.913
Outros	5.099	8.118	3.903	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Compra de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	(22.459)	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.923	1.311	-	-	56.773	50.806	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	15.088	8.030	262.084	232.156	(2.515.830)	(2.203.388)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado - CRC	1.726.293	1.518.672	-	-	140.454	499.750	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante	312.434	219.362	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	36.546	44.239	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	307.894	461.346	-	-	(37.672)	(141.493)
Debêntures	-	-	106.479	102.743	-	-	(3.736)	(1.243)
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	981.791	-	-	-	-	-
Financiamentos - BDMG	-	-	31.986	14.810	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	139.113	161.003	-	-	(169.910)	(153.471)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.421.315	1.284.677	-	-	-	-
Outros	-	702	65.310	14.750	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(53.096)	(67.979)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(13.504)	(12.930)
Outros	635	668	-	-	-	-	-	-

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 11, 14, 19, 20, 22, 24, 25, 28, 29, 30 e 31.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$36.545 em 31 de dezembro de 2006 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

A Cemig Geração e Transmissão possui contratos de venda de energia para a Cemig Distribuição e Light S.A. no período de 2006 a 2013, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005. Deve ser ressaltado que os contratos entre as empresas mencionadas somente foram assinados após a conclusão do leilão em processo coordenado pela CCEE.

33) – EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG e suas controladas operam em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A CEMIG implementou um projeto de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar norte-americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2006, operações contratadas de hedge, no montante de R\$233.187, equivalente a US\$109.068, e R\$69.624 equivalentes a ¥3.878.825 (Yen Japonês), nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 34).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado	
	2006	2005
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	906.634	674.000
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(233.187)	(240.711)
	673.447	433.289
Yen		
Empréstimos e Financiamentos	69.678	76.996
(-) Operações Contratadas de Hedge	(69.624)	(76.929)
	54	67
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	36.293	40.614
Outros	2.147	6.823
	38.440	47.437
Passivo Líquido Exposto	711.941	480.793

b) Risco de taxas de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$433.086, em 31 de dezembro de 2006 (R\$139.467 em 31 de dezembro de 2005).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, este risco foi reduzido parcialmente em função dos ativos que também são indexados a taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Ativos				
Aplicações Financeiras	1.241.177	1.279.993	21.542	297.058
Ativos Regulatórios	<u>2.111.936</u>	<u>2.180.775</u>	-	-
	3.353.113	3.460.768	21.542	297.058
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.456.230)	(2.762.663)	(110.388)	(82.300)
Passivos Regulatórios	(879.078)	(720.230)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap	<u>(302.811)</u>	<u>(317.640)</u>	-	-
	(6.638.119)	(3.800.533)	(110.388)	(82.300)
Obrigações Superiores aos Ativos	<u>(3.285.006)</u>	<u>(339.765)</u>	<u>(88.846)</u>	<u>214.758</u>

c) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores, o que reduz o risco da Companhia. Os procedimentos para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, se procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida. A Companhia obteve o consentimento formal ("waiver") dos credores (vide Nota Explicativa nº 20) de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado do saldo devedor.

e) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

34) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

a) Valor de Mercado

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informação de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os saldos contábeis das aplicações financeiras e das contas a receber do Governo do Estado em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, equivalem aos valores de mercado, pois encontram-se registrados aos valores de realização. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamento e das operações de swap forma calculados conforme o valor presente destes instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de natureza, prazo e risco similares, conforme demonstrado abaixo.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros está demonstrado a seguir:

	2006		2005	
	Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Ativos				
Aplicações Financeiras	1.241.177	1.241.177	1.279.993	1.279.993
Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.726.293	1.726.293	1.518.672	1.518.672
	2.967.470	2.967.470	2.798.665	2.798.665
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.648.937	7.480.461	4.935.533	4.768.356
Operações Contratadas de Hedge	176.575	187.160	142.888	150.401
	7.825.512	7.667.621	5.078.421	4.918.757

b) Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2006, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$109.068 (R\$233.187) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US\$32.565 – R\$69.624).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas consolidadas em 2006 e 2005 nos montantes de R\$91.612 e R\$161.504, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2006:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de dezembro de 2006	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(947)	(952)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2007 até 06/2013	US\$138.313	(175.724)	(186.304)
R\$ 106% do CDI	R\$ ou US\$ 48% do CDI ou variação cambial (o que for maior)	Em 04/2010	(US\$29.245)	96	96
				(176.575)	(187.160)

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de dezembro de 2006, é negativo em R\$7.797.

35) – SEGUROS

A CEMIG e suas controladas mantêm apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/04/2006 a 28/04/2007	14.601	229
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	10/07/2006 a 10/07/2007	575.998	102
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2006 a 05/05/2007	1.547.953	2.941
Light				
Risco Operacional	Total	31/10/2006 a 31/10/2007	2.138.000	1.762
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2006 a 25/09/2007	21.380	738
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2006 a 10/08/2007	64.140	417

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A CEMIG não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

36) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013 em diante</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	833.947	604.430	958.889	862.284	856.406	1.087.804	2.445.177	7.648.937
Compra de Energia Elétrica de Itaipu (1)	1.210.865	1.210.865	1.210.865	1.210.865	1.210.865	1.210.865	504.527	7.769.717
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu (1)	72.580	72.580	72.580	72.580	72.580	72.580	30.242	465.722
AHE Baguari	56	76	31	4	-	-	-	167
AHE Aimorés	33	4	-	-	-	-	-	37
AHE Três Marias	23	3	-	-	-	-	-	26
Programa Luz para Todos	204	-	-	-	-	-	-	204
Cresce Minas I Sistema de Gestão Comercial I	174	477	-	-	-	-	-	651
LT Furnas - Pimenta Dívida com Plano de Pensão Forluz	14	2	-	-	-	-	-	16
	<u>120.592</u>	<u>88.728</u>	<u>94.051</u>	<u>96.056</u>	<u>86.963</u>	<u>84.732</u>	<u>746.302</u>	<u>1.317.424</u>
Total	<u>2.238.565</u>	<u>1.977.206</u>	<u>2.336.432</u>	<u>2.241.789</u>	<u>2.226.814</u>	<u>2.455.981</u>	<u>3.726.248</u>	<u>17.203.035</u>

(1) Contrato com Furnas, em dólar americano, para compra de energia elétrica de Itaipu até Maio de 2013.

37) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA – FATO RELEVANTE

A Resolução ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes relacionadas ao segundo ciclo de Revisão Periódica das Distribuidoras de energia elétrica.

As principais alterações estão descritas a seguir:

- As Obrigações Especiais serão amortizadas a partir da próxima Revisão Tarifária, com o registro a crédito no resultado do Exercício das Distribuidoras, utilizando-se a taxa média dos ativos que lhe deram origem. Também não serão mais consideradas na definição das tarifas
- A Base de ativos a ser utilizada na segunda Revisão Tarifária Periódica será a base anterior, atualizada pelo IGP-M, acrescida e/ou deduzida das novas adições e baixas ocorridas no período.
- Na definição dos custos operacionais a serem cobertos pelas tarifas, a ANEEL continuará a utilizar a Empresa de Referência como base comparativa.

Os impactos financeiros futuros decorrentes do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica (no caso da Cemig será em 2008) ainda estão sendo analisados pela Administração, não sendo possível estimar no momento o efeito em nossos negócios.

38) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP, ENTE, ER TE, EATE, ECTE (*)	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÃO	TOTAL
ATIVO	9.462.907	7.379.646	9.447.368	2.138.166	281.046	295.354	370.878	143.152	136.197	406.458	(6.852.456)	23.208.716
Disponibilidades	23.389	687.814	214.103	177.577	47.956	62.507	17.327	43.373	31.158	70.297	-	1.375.501
Contas a Receber	1.897.274	410.326	2.943.674	560.857	7.645	114.638	28.504	4.653	2.698	19.062	(271.453)	5.717.878
Ativo Regulatório	-	34.637	1.808.483	53.390	-	-	-	-	-	-	-	1.896.510
Outros Ativos	700.909	418.910	742.271	340.972	3.453	29.972	53.842	20.767	3.415	16.546	(23.508)	2.307.549
Investimentos/Imobilizado/Diferido	6.841.335	5.827.959	3.738.837	1.005.370	221.992	88.237	271.205	74.359	98.926	300.553	(6.557.495)	11.911.278
PASSIVO	9.462.907	7.379.646	9.447.368	2.138.166	281.046	295.354	370.878	143.152	136.197	406.458	(6.852.456)	23.208.716
Fornecedores e Suprimento	6.346	137.637	873.542	123.685	2.754	26.747	23.050	3.034	2.632	7.714	(21.440)	1.185.701
Emprestimo, Financiamento e Debentures	110.388	3.104.031	2.417.911	808.694	158.867	-	24.024	-	-	43.231	981.791	7.648.937
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.373.828	379.054	670.712	-	8.537	6.272	-	22.272	17.327	48.598	(1.152.772)	1.373.828
Obrigações Pós-Emprego	62.682	304.684	977.825	244.772	-	-	-	-	-	-	-	1.589.963
Outros Passivos	387.210	503.328	2.157.396	581.182	6.319	110.018	56.410	24.970	11.133	14.667	(152.497)	3.700.136
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	-	-	90.080	-	-	-	-	-	-	-	90.080
Participações Minoritárias	-	-	-	77.738	-	-	19.880	-	-	-	-	97.618
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.522.453	2.950.912	2.349.982	212.015	104.569	152.317	247.514	92.876	105.105	292.248	(6.507.538)	7.522.453
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.376	2.374.025	6.314.222	572.629	31.842	232.305	104.694	37.453	29.408	87.288	(103.971)	9.681.271
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	(45.751)	(249.293)	(733.944)	(26.646)	(435)	(9.547)	(12.839)	(757)	(1.530)	(1.949)	-	(1.082.691)
Pessoal - Administradores e Conselheiros	(3.929)	-	-	-	(21)	(1.437)	-	-	-	(116)	-	(5.503)
Materiais	(474)	(17.555)	(58.520)	(2.070)	(38)	(555)	(2.366)	(187)	(80)	(127)	-	(81.972)
Materia Prima	-	(36.812)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.812)
Serviços de Terceiros	(18.032)	(88.674)	(329.204)	(26.292)	(1.417)	(5.366)	(21.064)	(3.068)	(3.154)	(7.732)	-	(503.993)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(123.756)	(11.581)	-	-	-	-	-	-	(840)	-	(138.955)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.981.437)	(227.981)	-	-	-	(320)	(454)	(6.452)	103.971	(2.112.673)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(232.164)	(515.224)	(46.727)	-	-	-	-	(2.986)	(5.251)	-	(802.352)
Depreciação e Amortização	(694)	(207.924)	(367.294)	(33.418)	(2.792)	(3.507)	(39.175)	(2.508)	(2.751)	(12.194)	-	(672.257)
Obrigações Pós-Emprego FORLUZ	(7.871)	(36.331)	(115.793)	(9.915)	-	-	-	-	-	-	-	(169.910)
Provisões Operacionais	98.840	(1.523)	(108.834)	(40.522)	-	-	(23)	-	-	-	-	(52.062)
Conta de Consumo de Combustível - C.C.C	-	(63.421)	(442.960)	(48.067)	-	-	-	-	-	-	-	(554.448)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(157.732)	-	-	-	-	-	(157.732)
Participações dos Empregados	(9.321)	(49.742)	(150.432)	-	-	-	-	(122)	-	(374)	-	(209.991)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(39.813)	(294.170)	-	-	-	-	-	-	-	-	(333.983)
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	-	(27.858)	(158.038)	-	(1.185)	-	-	(415)	-	(201)	-	(187.697)
Outras Despesas Líquidas	(4.617)	(70.226)	(140.796)	(11.450)	(329)	(3.242)	(21.311)	(520)	(336)	(931)	15.214	(238.544)
	8.151	(1.245.092)	(5.408.227)	(473.088)	(6.217)	(181.386)	(96.778)	(9.435)	(12.521)	(36.167)	119.185	(7.341.575)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	9.527	1.128.933	905.995	99.541	25.625	50.919	7.916	28.018	16.887	51.121	15.214	2.339.696
Receitas (Despesas) Financeiras	(60.408)	(548.983)	6.992	(23.169)	(5.944)	(972)	(2.279)	(1.893)	3.212	3.243	411.460	(218.741)
Lucro (prejuízo) Operacional	(50.881)	579.950	912.987	76.372	19.681	49.947	5.637	26.125	20.099	54.364	426.674	2.120.955
Resultado Não Operacional	(10.223)	(2.292)	(25.500)	806	-	(398)	812	-	-	-	-	(36.795)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(61.104)	577.658	887.487	77.178	19.681	49.549	6.449	26.125	20.099	54.364	426.674	2.084.160
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.283	(193.430)	(299.883)	(35.974)	(3.832)	(12.984)	17.226	(8.756)	(1.860)	(4.386)	-	(527.596)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	(44.821)	384.228	587.604	41.204	15.849	36.565	23.675	17.369	18.239	49.978	426.674	1.556.564
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	169.067	229.880	181.963	-	-	7.379	-	7.214	-	238	(426.674)	169.067
Participações Minoritárias	-	-	-	(6.520)	-	-	(270)	-	-	-	-	(6.790)
Lucro Líquido do Exercício	124.246	614.108	769.567	34.684	15.849	43.944	23.405	24.583	18.239	50.216	-	1.718.841

(*) Transmissoras cujas participações acionárias foram adquiridas em agosto de 2006, conforme nota explicativa nº 16

39) – EVENTOS SUBSEQÜENTES

Emissão de Notas Promissórias (commercial papers)

A Cemig Distribuição S.A. emitiu, em 02 de janeiro de 2007, R\$200 milhões em Notas Promissórias (commercial papers), que terão prazo de 180 dias e pagarão juros correspondente à taxa de 102,0% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. As Notas Promissórias serão garantidas por aval da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e os recursos capitados serão utilizados para recomposição de caixa referentes às dívidas vencidas e liquidadas desde agosto/2006 até dezembro/2006. As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, a seu exclusivo critério.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor Presidente e, cumulativamente
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Participações
e de Relações com Investidores

Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e
Comercialização

José Carlos de Matos
Diretor de Planejamento, Projetos e
Construções

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-53.140

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Em milhares de reais e calculado em conformidade aos princípios fundamentais de contabilidade brasileiros)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	1.718.841	2.003.399	1.718.841	2.003.399
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	672.257	594.598	694	545
Baixas Líquidas de Imobilizado	21.596	52.209	4.182	845
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.594.595)	(1.550.213)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(392.919)	(979.068)	(179.340)	(307.993)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	86.154	309.425	29.218	31.259
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	191.988	5.273	(142.566)	(100.343)
Obrigações Pós-Emprego	169.910	153.471	7.871	7.552
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	19.978	(223.016)	19.978	(223.016)
Ativos Regulatórios – PIS-PASEP/COFINS	-	(76.244)	-	-
Impostos Federais Diferidos	(100.818)	230.700	3.453	(144.085)
Reajuste Tarifário Diferido	-	(591.010)	-	-
Outros	7.055	(2.397)	-	-
	<u>2.394.042</u>	<u>1.477.340</u>	<u>(132.264)</u>	<u>(282.050)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(630.646)	(187.552)	-	44.784
Revendedores – Transações no CCEE	194.856	236.373	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	257.171	260.577	-	-
Tributos Compensáveis	(165.291)	(310.626)	(85.513)	(143.813)
Reajuste Tarifário Diferido	294.353	53.419	-	-
Outros Ativos Circulantes	71.357	11.159	20.977	181.513
Despesas Antecipadas – CVA	126.119	56.406	-	-
Créditos com Controladas	-	-	-	641.019
Transporte de Energia	(55.048)	(275.281)	-	-
Depósitos Judiciais	(124.987)	-	4.299	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	78.760	77.784	-	77.784
Outros Realizáveis a Longo Prazo	2.963	(2.805)	(15.317)	-
	<u>49.607</u>	<u>(80.546)</u>	<u>(75.554)</u>	<u>801.287</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(124.738)	91.032	(13.856)	11.274
Tributos e Contribuição Social	(74.435)	(245.693)	(3.664)	(289.701)
Salários e Contribuições Sociais	(634)	600	(1.458)	(43.327)
Encargos Regulatórios	74.393	153.025	-	(17.570)
Empréstimos e Financiamentos	(49.211)	78.445	(1.921)	963
Obrigações Pós-Emprego	(268.107)	(261.072)	(13.126)	(16.037)
Despesa Antecipada - CVA	46.360	210.678	-	-
Outros	53.498	232.694	4.807	(129.654)
	<u>(342.874)</u>	<u>259.709</u>	<u>(29.218)</u>	<u>(484.052)</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	2.100.775	1.656.503	(237.036)	35.185
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	2.265.902	1.556.110	30.000	73.587
Alienação de Participação no FIDC	-	-	900.000	-
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	26.611	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.868.776)	(818.548)	-	(55.273)
Empréstimos de curto prazo	1.200.000	-	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	1.644.463	100.446
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(2.071.666)	(590.622)	(2.071.666)	(590.622)
	<u>(474.540)</u>	<u>146.940</u>	<u>529.408</u>	<u>(471.862)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.626.235	1.803.443	292.372	(436.677)
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(552.681)	(68.825)	(569.574)	(91.377)
No Imobilizado	(1.469.762)	(1.360.283)	81	(222)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	304.642	75.873	-	-
No Diferido	(1.998)	(2.296)	-	-
	<u>(1.719.799)</u>	<u>(1.355.531)</u>	<u>(569.493)</u>	<u>(91.599)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(93.564)	447.912	(277.121)	(528.276)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	1.344.135	896.223	300.510	828.786
Saldo Inicial – Aquisição de Controladas	124.930	-	-	-
No fim do Período	1.375.501	1.344.135	23.389	300.510
	(93.564)	447.912	(277.121)	(528.276)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	781.052	500.328	14.585	19.418
Imposto de Renda e Contribuição Social	696.224	471.279	8.917	20.282
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE CAIXA				
Encargos financeiros transferidos para o Imobilizado	24.750	31.267	-	-
Dividendos compensados com os créditos da CRC	78.760	77.784	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2006	2005	2006	2005				
RECEITAS								
Receita Operacional	13.569.872	11.702.613	1.457	2.558				
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(128.618)	(54.859)	12.233	44.784				
Resultado Não Operacional	(36.795)	(52.415)	(10.223)	(16.990)				
	<u>13.404.459</u>	<u>11.595.339</u>	<u>3.467</u>	<u>30.352</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.112.673)	(1.454.930)	-	-				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(802.352)	(640.733)	-	-				
Serviços de Terceiros	(503.993)	(422.600)	(18.032)	(14.196)				
Gás Comprado para Revenda	(157.732)	(155.948)	-	-				
Materiais	(81.972)	(95.061)	(474)	(569)				
Matéria Prima	(36.812)	-	-	-				
Outros Custos Operacionais	(99.193)	(740.870)	98.204	(66.685)				
	<u>(3.794.727)</u>	<u>(3.510.142)</u>	<u>79.698</u>	<u>(81.450)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.609.732	8.085.197	83.165	(51.098)				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(672.257)	(594.598)	(694)	(545)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	8.937.475	7.490.599	82.471	(51.643)				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	1.594.595	1.550.213				
Receitas Financeiras	1.464.002	1.798.731	223.352	616.299				
	<u>1.464.002</u>	<u>1.798.731</u>	<u>1.817.947</u>	<u>2.166.512</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	10.401.477	9.289.330	1.900.418	2.114.869				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%	%	%	%			
Pessoal e Encargos	1.625.353	16	1.087.069	12	77.839	4	66.018	3
Impostos, Taxas e Contribuições	5.658.967	54	5.148.250	55	26.678	1	19.750	1
Despesas Financeiras e Aluguéis	1.391.526	14	1.051.308	11	77.060	4	25.702	1
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.381.781	13	1.096.949	12	1.381.781	73	1.096.949	52
Participação de Minoritários	6.790	-	(696)	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	337.060	3	906.450	10	337.060	18	906.450	43
	<u>10.401.477</u>	<u>100</u>	<u>9.289.330</u>	<u>100</u>	<u>1.900.418</u>	<u>100</u>	<u>2.114.869</u>	<u>100</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outras	Eliminações	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	2.526.855	-	8.712.116	-	(103.971)	11.135.000
Receita de Uso da Rede	-	56.195	611.056	1.260.721	-	-	1.927.972
Outras Receitas Operacionais	1.457	8.869	5.253	63.515	427.806	-	506.900
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.457	2.591.919	616.309	10.036.352	427.806	(103.971)	13.569.872
DEDUÇÃO À RECEITA OPERACIONAL	(81)	(527.194)	(48.480)	(3.225.932)	(86.914)	-	(3.888.601)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.376	2.064.724	567.829	6.810.421	340.892	(103.971)	9.681.271
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(10.546)	-	(2.206.098)	-	103.971	(2.112.673)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	-	(240.401)	-	(561.951)	-	-	(802.352)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(157.732)	-	(157.732)
	-	(250.947)	-	(2.768.049)	(157.732)	103.971	(3.072.757)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(178.002)	(106.465)	(908.594)	-	-	(1.193.061)
Entidade de Previdência Privada	-	(24.746)	(12.882)	(122.019)	-	-	(159.647)
Materiais	-	(12.090)	(6.461)	(59.968)	-	-	(78.519)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(36.812)	-	-	-	-	(36.812)
Serviços de Terceiros	-	(73.854)	(20.877)	(316.584)	(3)	-	(411.318)
Depreciação e Amortização	-	(190.033)	(40.573)	(396.319)	(1)	-	(626.926)
Provisões Operacionais	-	(185)	(16)	(23.775)	-	-	(23.976)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	-	(127.374)	-	(11.581)	-	-	(138.955)
Quotas para Consumo de Combustível - C.C.C	-	-	(63.421)	(491.027)	-	-	(554.448)
Conta de Desenvolvimento energético - CDE	-	-	(39.813)	(294.170)	-	-	(333.983)
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	-	(24.420)	(5.239)	(158.038)	-	-	(187.697)
Outras	-	(37.572)	(10.487)	(95.057)	(1)	15.214	(143.117)
	-	(705.089)	(306.234)	(2.877.131)	(5)	15.214	(3.888.459)
CUSTO TOTAL	-	(956.036)	(306.234)	(5.645.180)	(157.737)	119.185	(6.961.216)
LUCRO BRTO	1.376	1.108.688	261.595	1.165.241	183.155	15.214	2.720.055
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(22.290)	-	(130.429)	-	-	(152.719)
Despesas gerais e Administrativas	8.151	(31.722)	(14.949)	(46.199)	(2.741)	-	(87.460)
Outras Despesas Operacionais	-	(9.195)	(2.204)	(22.759)	(121.236)	-	(155.394)
	8.151	(63.207)	(17.153)	(199.387)	(123.977)	-	(395.573)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	9.527	1.045.481	244.442	965.854	59.178	15.214	2.324.482
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(60.408)	(508.263)	(44.625)	(13.618)	(3.287)	411.460	(203.527)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(50.881)	537.219	199.817	952.235	55.891	426.674	2.120.955
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(10.223)	(769)	(1.502)	(24.715)	414	-	(36.795)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(61.104)	536.450	198.315	927.520	56.305	426.674	2.084.160
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.283	(188.428)	(25.325)	(334.330)	4.204	-	(527.596)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre o capital próprio	(44.821)	348.022	172.991	593.190	60.509	426.674	1.556.564
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓP.	169.067	190.666	46.428	181.963	7.617	(426.674)	169.067
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	(6.520)	-	-	(270)	-	(6.790)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	124.246	532.168	219.419	775.153	67.856	-	1.718.841

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	OUTRAS	ELIMINAÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	2.217.858	-	7.430.028	-	(491.855)	9.156.031
Reajuste Tarifário Diferido	-	-	-	591.010	-	-	591.010
Receita de Uso da Rede	-	-	396.611	1.200.587	-	(74.412)	1.522.786
Outras Receitas Operacionais	2.558	11.408	-	53.341	365.479	-	432.786
	2.558	2.229.266	396.611	9.274.966	365.479	(566.267)	11.702.613
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(19)	(512.555)	(46.643)	(2.878.119)	(72.633)	42.977	(3.466.992)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.539	1.716.711	349.968	6.396.847	292.846	(523.290)	8.235.621
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(13.733)	-	(1.890.075)	-	448.878	(1.454.930)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(160.782)	-	(554.363)	-	74.412	(640.733)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(155.948)	-	(155.948)
	-	(174.515)	-	(2.444.438)	(155.948)	523.290	(2.251.611)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(135.537)	(89.944)	(762.639)	-	-	(988.120)
Entidade de Previdência Privada	-	(19.809)	(13.317)	(108.358)	-	-	(141.484)
Matérias	-	(10.341)	(6.571)	(71.812)	-	-	(88.724)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(852)	-	-	-	-	(852)
Serviços de Terceiros	-	(53.355)	(21.070)	(280.628)	-	-	(355.053)
Depreciação e Amortização	-	(153.008)	(37.597)	(361.301)	-	-	(551.906)
Provisões Operacionais	-	(3.958)	(33)	(66.617)	-	-	(70.608)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(112.342)	-	(32.790)	-	-	(145.132)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	(28.781)	(387.126)	-	-	(415.907)
Pesquisa e Eficiência Energética	-	(36.243)	(1.541)	(172.804)	-	-	(210.588)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(97)	(17.009)	(279.025)	-	-	(296.131)
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	(194.265)	(1.616)	(82.285)	-	-	(278.166)
Outras	-	(37.761)	(5.902)	(81.527)	-	-	(125.190)
	-	(757.568)	(223.381)	(2.686.912)	-	-	(3.667.861)
CUSTO TOTAL	-	(932.083)	(223.381)	(5.131.350)	(155.948)	523.290	(5.919.472)
LUCRO BRUTO	2.539	784.628	126.587	1.265.497	136.898	-	2.316.149
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	-	-	(119.930)	-	-	(119.930)
Despesas Gerais e Administrativas	(111.216)	(18.266)	(10.275)	(68.460)	-	-	(208.217)
Outras Despesas Operacionais	-	(2.787)	(772)	12.819	(103.421)	-	(94.161)
	(111.216)	(21.053)	(11.047)	(175.571)	(103.421)	-	(422.308)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	(108.677)	763.575	115.540	1.089.926	33.477	-	1.893.841
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(102.519)	(445.211)	(70.358)	108.164	(2.871)	509.603	(3.192)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(211.196)	318.364	45.182	1.198.090	30.606	509.603	1.890.649
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(16.990)	(4.306)	(1.017)	(30.716)	614	-	(52.415)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	(228.186)	314.058	44.165	1.167.374	31.220	509.603	1.838.234
Imposto de Renda e Contribuição Social	46.372	(91.243)	(17.069)	(397.789)	(10.802)	-	(470.531)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	(181.814)	222.815	27.096	769.585	20.418	509.603	1.367.703
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	635.000	243.516	38.920	220.544	6.623	(509.603)	635.000
Participações Minoritárias	-	-	-	-	696	-	696
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	453.186	466.331	66.016	990.129	27.737	-	2.003.399

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual (controladora) e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais e consolidadas, detalhadas nos Anexos I e II, estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia e controladas e não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado individuais e consolidadas foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, tomadas em conjunto.

5. As informações suplementares contidas no Anexo III, referentes à demonstração do resultado segregado por atividade consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, são apresentadas por determinação do Órgão Regulador das atividades da Companhia e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação aos critérios descritos no Anexo III.
6. Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, as concessões de geração de energia elétrica detidas pela controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. referentes às usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia encontram-se expiradas em 31 de dezembro de 2006. Em 3 de outubro de 2006, a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL encaminhou para o Ministério de Minas e Energia - MME, um conjunto de alternativas para a renovação destas concessões. Caso o Ministério de Minas e Energia venha a indeferir os pedidos de renovação destas concessões ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos (“concessão onerosa”), os atuais níveis de atividade e de rentabilidade da Companhia e da controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. podem ser alterados.
7. Conforme descrito nas notas explicativas nº 8, 9 e 18 às demonstrações financeiras, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2006, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
8. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, em 7 de abril de 2004, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Cemig Distribuição S.A. em 37,86%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2003. Em 7 de abril de 2005, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 44,41%. Essa alteração resultou no aumento da receita bruta no montante de R\$591.010 mil e um aumento no lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 de R\$335.398 mil, líquido dos efeitos fiscais, na Companhia e na controlada Cemig Distribuição S.A..

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Gilberto Grandolpho

Contador

CRC-SP 139.572/O-5 S/MG